UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FERNANDO RIBEIRO COSTA SILVA

**Para além do homogêneo:
A representação imagética da região Nordeste nos livros
didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II**

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**Para além do homogêneo:
A representação imagética da região Nordeste nos livros
didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II**

A photograph of a handwritten note on a piece of paper. The text is written in cursive and includes the phrase "De acordo" at the top, followed by a signature that appears to be "Fernando Ribeiro Costa Silva". Below the signature, the date "14/12/18" is written.

Fernando Ribeiro Costa Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção de título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Amália Inés Geraiges de Lemos

**São Paulo
2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586p Silva, Fernando Ribeiro Costa
Para além do homogêneo: A representação imagética da região nordeste nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental 11 / Fernando Ribeiro Costa Silva ; orientador Amália Inés Geraiges de Lemos. - São Paulo, 2018.
168 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Regional. 2. Nordeste. 3. Ensino. 4. Imagem. 5. Região. I. Lemos, Amália Inés Geraiges de , orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**Nome do (a) aluno (a): FERNANDO RIBEIRO COSTA SILVAData da defesa: 23 / 11 / 2018Nome do Prof. (a) orientador (a): PROFA. DRA. AMÁLIA INÊS CERAGEZ DE LEMOS

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 01 / 04 / 2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

FERNANDO RIBEIRO COSTA SILVA

**Para além do homogêneo:
A representação imagética da região Nordeste nos livros
didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia
Humana do Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para a obtenção de título de
Mestre em Geografia**

Aprovado em _____

Banca Examinadora:

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Às três mulheres de minha vida. Minha mãe,
D. Marisa, minha tia querida Sú e à
amada Dani.

AGRADECIMENTOS

À professora Doutora Amália Inés Geraiges de Lemos pela competência na orientação, companheirismo e paciência;

Aos professores que me formaram na Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica e Centro Universitário Claretiano;

Aos meus alunos que sempre provocaram mais respostas.

Por fim, aos meus familiares queridos, minha mãe, D. Marisa, meu pai, seu Sérgio, minha tia querida, Sú, meus irmãos João, Serginho e sua esposa Karina e, sobretudo, a gratidão a minha amada e querida esposa Dani.

RESUMO

Resumo: A presente dissertação visa analisar as imagens introdutórias dos capítulos da região Nordeste encontrados nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2017. A abordagem por região está presente em dez das onze obras aprovadas pelo programa. Desta forma, a região é uma referência para as aulas de Geografia do Ensino fundamental II. Para a construção das várias propostas sobre a região Nordeste foi feito um levantamento histórico-geográfico desta temática. A partir destas coleções elementares do sistema educacional, a fundamentação teórica da análise das imagens teve como base os conceitos da semiótica, como: *dominante*, *estranhamento*, *contextualização* e *quadrado semiótico*. Sendo os principais autores Lucrécia D'Aléssio Ferrara e Antonio Pietroforte. O estudo das imagens constatou a presença de uma permanência da ruralidade do espaço nordestino com fraca relação das redes e expansão do sistema econômico com outras escalas geográficas maiores que a expressão local. Esta permanência de fracas relações econômicas, ausente de choques culturais, dificulta a interpretação do Nordeste como um espaço repleto de contradições, problemas sociais contemporâneos e sua função na divisão territorial do trabalho. Assim, pretende-se colaborar para a necessidade de abordagem mais plural das imagens desta região, já que funcionam como *paisagens* para a fruição dos alunos deste segmento.

Palavras-chave: ensino-aprendizagem, ensino de geografia, região, Nordeste, representações, imagens.

ABSTRACT

Abstract: This dissertation aims to analyze the introductory images of the chapters regarding Brazilian Northeast region found in the textbooks of Geography of Elementary School, approved by the National Program of Didactic Book (PNLD) 2017. The didactical approach by region is present in ten of the eleven works approved by the program. In this way, the region is a reference for Geography classes in schools. A historical and geographical survey on Northeast region was made in order to build the approaches regarding it. The theoretical basis to analyze such images considered concepts of semiotics, such as: dominance, estrangement, contextualization and semiotic square. The main authors are Lucrecia D'Alessio Ferrara and Antonio Pietroforte. The study of the images verified the presence of a rurality of the northeastern space with weak relation of the networks and expansion of the economic system with other geographic scales greater than the local expression. This permanence of weak economic relations, absent from cultural shocks, makes difficult to properly interpret the Northeast as a space full of contradictions and contemporary social problems, as well as their function in the territorial division of labor. Thus, we intend to collaborate in building a plural approach of the images about this region, since they serve as landscapes for the enjoyment the school students.

Key words: Teaching-learning: teaching-learning, geography teaching, region, northeast, representation, images.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Homem e espaço. Imagens do Nordeste.

Gráfico 2 - Por dentro da Geografia. Imagens do Nordeste.

Gráfico 3 - Para viver Juntos. Imagens do Nordeste.

Gráfico 4 - Geografia nos dias de hoje. Imagens do Nordeste.

Gráfico 5 - Vontade de saber Geografia. Imagens do Nordeste.

Gráfico 6 - Integralis. Imagens do Nordeste.

Gráfico 7 - Apoema. Imagens do Nordeste.

Gráfico 8 - Espaço e vivência. Imagens do Nordeste.

Gráfico 9 - Projeto mosaico. Imagens do Nordeste.

Gráfico 10 - Expedições geográficas. Imagens do Nordeste.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1 – ONG: “Amigos do bem” capa
- Imagem 2 – ONG: “Amigos do bem” p.1
- Imagem 3 – “Até a isso voltamos” Capa revista Veja- edição 2592
- Imagem 4 – Significante e Significado em Saussure
- Imagem 5 – Exercício, coleção espaço e vivência
- Imagem 6 – Exercício, coleção projeto Apoema
- Imagem 7 – Exercício, coleção Expedições Geográficas
- Imagem 8 – Capa Nordeste, coleção Homem e espaço
- Imagem 9 – Capa Nordeste, coleção Por dentro da Geografia
- Imagem 10 – Capa Nordeste, coleção Para viver juntos
- Imagem 11– Capa Nordeste, coleção Geografia nos dias de Hoje.
- Imagem 12– Capa Nordeste, coleção Vontade de saber Geografia.
- Imagem 13– Capa Nordeste, coleção Integralis.
- Imagem 14 – Capa Nordeste, coleção Projeto Apoema.
- Imagem 15 – Capa Nordeste, coleção Espaço e vivência.
- Imagem 16 – Capa Nordeste, coleção Projeto mosaico.
- Imagem 17 – Capa Nordeste, coleção Expedições Geográficas.
- Imagem 18 – Quadrado semiótico
- Imagem 19 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Espaço e vivência.
- Imagem 20 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Integralis.
- Imagem 21 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Vontade de saber Geografia.
- Imagem 22 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção projeto Apoema.
- Imagem 23 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção projeto Mosaico.
- Imagem 24 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Homem e espaço.
- Imagem 25 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Para viver juntos.

LISTA DE MAPAS

- MAPA 1 – Brasil: Divisão regional – André Rebouças
- MAPA 2 – Brasil: Divisão regional – Elisée Reclus
- MAPA 3 – Brasil: Divisão regional – Said Ali
- MAPA 4 – Brasil: Divisão regional – Delgado de Carvalho
- MAPA 5 – Brasil: Divisão regional – Betim Pais Leme
- MAPA 6 – Brasil: Divisão regional – Moacir Silva
- MAPA 7 – Brasil: Divisão regional – 1942 - IBGE
- MAPA 8 – Brasil: Divisão regional em macrorregiões e zonas fisiográficas
- MAPA 9 – Brasil: Divisão regional do Brasil – Pedro Geiger
- MAPA 10 – Brasil: Divisão regional do Brasil em microrregiões homogêneas
- MAPA 11 – Brasil: Divisão regional do Brasil em macrorregiões e microrregiões geográficas
- MAPA 12 – Nordeste – Regiões Geográficas em Manual Correa de Andrade
- MAPA 13 – Brasil: Divisão regional – Roberto Lobato Corrêa
- MAPA 14 – Brasil: Divisão regional – Milton Santos
- MAPA 15 – IDH em Pernambuco

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade.

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MASP – Museu de Arte de São Paulo.

MATOPIBA- Iniciais dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais.

PNLD- Programa Nacional do Livro Didático

ONG – Organização não governamental.

REGIC - Região de influência das cidades.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

TABELA 1– Materiais didáticos que utilizam algum tipo de regionalização no Ensino Fundamental II – PNLD - 2017

SUMÁRIO

Capítulo 1- A força da imagem.....	p.16
1.1) O problema a ser analisado.....	p.24
1.2) O método: o não textual.....	p.31
Capítulo 2 - Uma possível gênese da região nordeste	
2.1) Uma fundamentação Geográfica para o conceito de região: algumas contribuições.....	p.35
2.2) Região nordeste: do espaço natural ao espaço das perdas.....	p.49
2.3) A paralisia da interpretação do Nordeste para a História.....	p.76
Capítulo 3 - Uma análise semiótica das imagens dos capítulos sobre nordeste.	
3.1) Formação do <i>Contexto</i>	p.90
3.2) Fundamentos da semiótica para a leitura de imagens.....	p.95
3.3) A leitura não verbal do Nordeste: para além do homogêneo.....	p.104
Capítulo 4 - Uma comparação de imagens: O quadro semiótico como uma rede de relações.	
4.1) O quadrado semiótico.....	p.133
4.2) A rede de relações.....	p.136
Conclusão: Alguns caminhos.....	p.152

Das velhas e repetitivas noções do ensino médio – herdadas um pouco por todos nós – restaram observações pontuais e desconexas sobre o universo físico e ecológico do Nordeste seco. Sua região interiorana sempre foi apresentada como a terra das chapadas, dotada de solos pobres e extensivamente gretados, habitada por agrupamentos humanos improdutivos, populações seminômades corridas pelas secas, permanentemente maltratadas pelas forças de uma natureza perversa. Muitas dessas afirmativas, como ver-se-á, são inverídicas e, sobretudo, fora de escala, constituindo o enunciado de fatos heterogêneos e desconexos, por um processo de aproximações incompletas (AB'SÁBER, 1999 p.9)

Capítulo 1 - A força da imagem

Esta dissertação de mestrado buscou analisar as representações da região nordeste nos livros didáticos do Ensino Fundamental II e o ponto de partida foi a prática docente. Em vários momentos, preconceitos e visões simplistas acerca deste espaço eram e são proferidos pelos alunos. Evidentemente, a função de professor obriga tornar claro os erros e buscar novas formas de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, são julgamentos de um campo semântico muito parecido, como um Nordeste sempre pobre, rural, seco, sertanejo. Sabe-se que o conhecimento geográfico teve muitos avanços e que determinismos não têm mais sustentação, seja no meio acadêmico, seja no meio pedagógico. Com certeza, não é um discurso escrito, veiculado por nossos materiais didáticos. Assim, tentou-se buscar sinais que possam dar sustentação a interpretação de um Nordeste monolítico, seco e pobre, que vem ao encontro do senso-comum.

Uma parte destes sinais de Nordeste podem ser encontradas nas imagens retratadas nos livros didáticos, sobretudo em sua comparação com as regiões Sudeste e Centro-sul. A semântica das imagens tem uma operação completamente diferente da lógica formal atribuída a leitura verbal. Desta forma, o ferramental conceitual para a análise das imagens presentes nos livros de Geografia do Ensino Fundamental II foi extraído da ciência semiótica.

Com base nestes conhecimentos, foi possível analisar e decodificar as principais imagens das coleções didáticas. Como a análise de todas essas imagens torna-se tarefa extremamente longa, foram escolhidas as que constam de capa, pois dão destaque e funcionam como síntese de algo que é julgado muito importante para o capítulo em questão.

De nenhuma forma é objetivo demonstrar que a região Nordeste é um espaço rico e dotado de desenvolvimento social, os números não sustentam essa tese. Porém, é objeto analisar as recentes transformações espaciais, sobretudo de uma economia de escalas nacional e global com uma população urbanizada. Deixar de pensar o espaço nordestino com essas características pode nos levar

a uma interpretação insuficiente, pobre, superada sobre essa região, colocando de lado os desafios atuais que se colocam para a ela.

No prefácio da obra, *Introdução à análise da imagem*, de Martine Joly (Joly, 2006 p.9), há algo que, de início, já nos chama a atenção: nós somos a “civilização da imagem”. Embora a obra trate de imagens ligadas à publicidade, muito se tem a observar num livro didático de Geografia, cujas referências visuais são de extrema importância para a ligação entre *significante* e *significado* de uma dada região. Neste sentido, este movimento será dedicado à análise das imagens que constam nos capítulos concernentes à região nordeste dos livros didáticos analisados nessa dissertação.

Deve-se lembrar que o foco é o aluno do Ensino fundamental II que desconhece determinadas paisagens geográficas e tem como referência para a formação de sua representação as imagens que são oferecidas em seus materiais didáticos. Tais imagens têm forte influência na formação dos alunos.

Na obra, “O cinema, ensaios”(1985), de André Bazin, pode-se encontrar uma análise do papel da imagem fotográfica frente à pintura. No capítulo primeiro, “Ontologia da imagem fotográfica” (BAZIN, 1985), o autor constrói a consolidação da imagem fotográfica como um instrumento de extrema objetividade frente a uma obra de arte, que sofreria de uma interferência do homem, ou seja, carregada de subjetividade. Para tanto, Bazin utiliza uma breve história sociológica das artes plásticas.

Segundo o autor, no Egito antigo, o embalsamento era um ato fundamental daquela sociedade. Fazia parte dos processos religiosos e artísticos. Essas ações deviam-se, sobretudo, na busca pelo eterno, o não perecível, a luta contra a morte.

“A morte não é senão a vitória do tempo. Fixar artificialmente as aparências carnis do ser é salvá-lo da correnteza da duração: aprumá-lo para a vida. Era natural que tais aparências fossem salvas na própria materialidade do corpo, sem suas carnes e ossos[...] Assim se revela, a partir de suas origens religiosas, a função primordial da estatuária[no ambiente da múmia]: salvar o ser pela aparência” (BAZIN, 1985,p.19)

A conservação do corpo é base religiosa e estética para aquela sociedade. Com o passar dos séculos, sobretudo no período do Renascimento, as “funções mágicas” (grifo do autor), vão se dissociando das artes plásticas. A conservação do corpo não escapará da inexorável ação do tempo. O embalsamento perde sentido em uma sociedade ordenada pela lógica, racionalismo e da revolução científica do século XVII. Assim, o retrato e a pintura poderiam, em parte, assumir, uma função de lembrança após a morte. “O que conta não é mais a sobrevivência do homem e sim, em escala mais ampla, a criação de um universo ideal à imagem do real, dotado de destino temporal autônomo.” (BAZIN, 1985, p.20)

Contudo, na História da Europa ocidental, “o pintor ocidental começou a se afastar da preocupação primordial de tão só exprimir a realidade espiritual por meios autônomos para combinar a sua expressão com a imitação mais ou menos integral do mundo exterior” (BAZIN, 1985, p. 20). O avanço das técnicas, sobretudo, da fotografia e do cinema, é um duro golpe para aquilo que é chamado de verossimilhança das artes plásticas.

Por mais hábil que fosse o pintor, sua obra era sempre hipotecada por uma inevitável subjetividade. Diante da imagem uma dúvida persistia, por causa da presença do homem [a subjetividade]. Assim, o fenômeno essencial da passagem da pintura barroca à fotografia não reside no mero aperfeiçoamento material, mas num fato psicológico: a satisfação completa do nosso afã de ilusão para uma reprodução mecânica da qual o homem se achava excluído. A solução não estava no resultado, mas na gênese (BAZIN, 1985 p. 21)

A objetividade e o real seriam mais presentes na fotografia, que ganha um realismo que ultrapassa qualquer intenção subjetiva. O século XIX, será marcado, por exemplo, pela fundação da *National Geographic Society*, em 1888, com a finalidade de vulgarizar o conhecimento geográfico por meio da imagem fotográfica. Na *National Geographic*, não há espaço para retratos e/ou subjetividades. A fotografia é tida como verdade, *grosso modo*, uma forma de

conhecer a verdade sem a interferência de terceiros. No máximo, a subjetividade estaria na seleção do editor ou fotógrafo.

“A originalidade da fotografia em relação à pintura reside, pois, na sua objetividade essencial. Tanto é que o conjunto de lentes que constitui o olho fotográfico em substituição ao humano denomina-se precisamente “objetiva”. Pela primeira vez, entre o objeto inicial e sua representação nada se interpõe, a não ser um outro objeto. Pela primeira vez, uma imagem do mundo exterior se forma, automaticamente, sem a intervenção criadora do homem, segundo um rigoroso determinismo. A personalidade do fotógrafo entra em jogo somente pela escolha, pela orientação, pela pedagogia do fenômeno; por mais visível que seja na obra acabada, já não figura nela como a do pintor”(BAZIN, 1985, p.22)

Ainda, a fotografia, por força de sua gênese histórica, como expressão da objetividade, torna-se um modelo. Há uma hierarquização da estética com relação a sua aproximação da verdade e negação da subjetividade, pelo menos para o público não especializado. A fotografia torna-se, no determinismo dos séculos XIX e XX, a expressão da verdade, do modelo, do não subjetivo.

A imagem pode ser nebulosa, descolorida, sem valor documental, mas ela provém por sua gênese da ontologia do modelo; ela é modelo. Daí o fascínio das fotografias de álbuns. Essas sombras cinzentas ou sépias, fantasmagóricas, quase ilegíveis, já deixaram de ser tradicionais retratos de famílias para se tornarem inquietante presença de vidas paralisadas em suas durações, libertas de seus destinos, não pelo sortilégio da arte, mas em virtude de uma mecânica impassível; pois a fotografia não cria, como a arte, eternidade, ela embalsama o tempo, simplesmente o subtrai à sua própria corrupção (BAZIN, 1985, p.24)

Na “civilização da imagem”, a fotografia opera como prova e evidência, institucionalizando a verdade. Ainda que se leve em consideração elementos

tais, como: o interesse de quem a produziu, a manipulação (sobretudo nos dias de hoje), a utilidade a finalidade da fotografia, é possível verificar seu estatuto de aproximação com a verdade e distanciamento da subjetividade:

“A fotografia vem a ser, pois o acontecimento mais importante da história das artes plásticas. Ao mesmo tempo, sua libertação e manifestação plena, a fotografia permitiu à pintura ocidental desembaraçar-se definitivamente da obsessão realista e reencontrar a sua autonomia estética.[...] A imagem mecânica, ao opor à pintura uma concorrência que atingia, mais que a semelhança barroca, a identidade do modelo, por sua vez obrigou-a a se converter em seu próprio objeto.” (BAZIN, 1985, p.25)

Diante de uma função tão forte dedicada às fotografias e às imagens, um letramento ou um método que ofereça caminho para uma leitura deve ser fortalecido. Novamente, trata-se de uma leitura que opera com uma lógica que não é formal, sequencial e ordenada. A leitura não-verbal é simultânea, sem ordem de análise de forte dependência daquele que lê. Sua crítica, credibilidade, análise dependerá do grau de conhecimento do destinatário.

Como exemplo, temos as fotografias de uma Organização Não Governamental (ONG), chamada “Amigos do Bem” que atua com doações para Nordeste, notadamente o sertão. Não se trata, aqui, de questionar a credibilidade da instituição e, muito menos, desvalorizar suas práticas. A intenção é observar qual é a representação de sertão contida na propaganda da ONG, “Amigos do Bem”, que atua com ações de voluntários nos finais de semana em grandes redes de hipermercados, em busca de doações.

Imagem 1 – ONG: “Amigos do bem” capa

Fonte: <https://www.amigosdobem.org/>

Imagem 2 – ONG: “Amigos do bem” p.1

Fonte: <https://www.amigosdobem.org/>

O que mais chama atenção no panfleto, notadamente, são as imagens que a ilustram. Neste caso há de forma clara, a existência de um olhar determinista, a afirmação que se percebe em “no sertão vai faltar água, mas não vai faltar futuro”. Os problemas reais ligados ao sertão nordestino estão deixados de lado.

Além disso, o sertão já conta uma rede de transportes, com menor dependência de tração animal. Há escalas de produção globalizadas como a fruticultura no “Vale do São Francisco”. Casas de pau a pique existem, mas não representam um espaço com altos índices de urbanização.

Neste sentido, qual o papel possível do conhecimento geográfico para as imagens utilizadas nos materiais didáticos de Geografia? Tal dissertação de mestrado tem, por objetivo, analisar estas imagens partindo dos livros didáticos do Ensino Fundamental II utilizados largamente pelas instituições públicas e particulares do país.

1.1) O problema a ser analisado.

Em primeiro lugar, estabelece-se a necessidade de abordar a região como um conceito válido para o ensino da Geografia. Fortalecer seu caráter analítico e, ao mesmo tempo, apontar suas fragilidades, caso seja visto como única possibilidade de apreensão do real e da produção do conhecimento geográfico.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) destacam a validade do ensino de Geografia com base entre vários conceitos, inclusive a região: "Região se articula com território, natureza e sociedade quando essas dimensões são consideradas em diferentes escalas de análise. Permite a apreensão das diferenças e particularidades no espaço geográfico." (PCN, 2006, p.53)

É claro que a prática de ensino é muito mais complexa do que a produção de documentos. O currículo oficial é resultado de disputas intelectuais, políticas públicas e não é a expressão do cotidiano escolar. Sacristán, ao abordar a introdução do multiculturalismo no cotidiano escolar, destaca a complexidade do problema. Não se trata de uma simples mudança de documentos

Se aceitamos, por exemplo, que o currículo é a mera especificação, em um documento, tão exaustiva quanto se queira, de todos os objetivos, áreas, conteúdos ou de grandes temas e tópicos concretos que devem ser tratados na sala de aula, o problema de se chegar um currículo multicultural será relativamente fácil de ser resolvido, uma vez aceita a sua necessidade. Bastará revisar os conteúdos mínimos que são regulamentados pelas administrações educacionais e as programações realizadas pelas escolas e professores e incluir perspectivas multiculturais em partes de determinadas áreas ou em algumas delas, como as Ciências Sociais e a Linguagem, por exemplo. Seria introduzido aquilo que atualmente não faz parte do currículo ou se suprimiriam certos estereótipos culturais ou, ainda, se tornariam plurais visões etnocêntricas, dando aos conteúdos uma perspectiva diferente. (SACRISTÁN, 1995 p. 85).

Ainda, conforme Sacristán (1998), o currículo é resultado de uma cultura escolar, do currículo oculto, currículo nulo, disputa de correntes intelectuais, políticas públicas e, evidentemente, os materiais didáticos.

Cabe ao ensino de Geografia questionar a validade do senso comum com relação às apropriações sobre o espaço geográfico. Desta forma, a análise do material didático é parte necessária para o êxito do processo ensino-aprendizagem.

É muito claro e notório que o processo de ensino e aprendizagem não decorre somente da prática da utilização do material didático. Contudo,

A realidade brasileira nos revela que o discurso adotado em sala de aula pelo professor ainda está fundamentado, na maioria das vezes, nos manuais didáticos e em discursos apreendidos pela mídia. Nessa perspectiva, a memorização passa a ser o objetivo das aulas, a partir das informações obtidas por meio de jornais, programas de TV e internet. (CASTELLAR; VILHENA, 2010, p.1.)

Dessa forma, a mudança do material didático não é determinante para uma nova abordagem em qualquer área do conhecimento. Ao mesmo tempo, o material didático tem papel importante para novas formas de produção de aprendizagens

Além da recomendação do documento oficial, a região é extremamente discutida, conforme a breve análise realizada das divisões regionais do Brasil neste trabalho. Há poucos anos, tem-se a decadência do caráter analítico da região. Recentemente, alguns autores propõem uma nova leitura do conceito. Contudo, a região não é a negação do processo de mundialização da economia.

A partir daí, a escolha do conceito de região não é aleatória. A despeito da discussão da sua validade enquanto conceito válido para o conhecimento geográfico, ele está presente nas aulas de Geografia do sétimo ano, do Ensino fundamental II. Portanto, entender a concepção do Nordeste nas coleções didáticas faz-se necessário.

Além disso, uma Geografia somente com base nas redes, pode-nos trazer um grande problema. Os nós dos lugares polarizados, verticalizados, e as zonas do meio técnico científico informacional, não evidenciam as áreas/lugares de exclusão. No caso do território brasileiro este problema fica mais evidente pois:

Eis uma das interpretações possíveis da existência, de um lado, de uma região Concentrada e, de outro, de apenas machas e pontos desse meio-técnico-científico-informacional, mais ou menos sobreposto a outras divisões territoriais do trabalho nas metrópoles, capitais estaduais, capitais regionais, regiões agrícolas e industriais modernas. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.140)

Em obra recente, Rogério Haesbaert, *Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na geografia Contemporânea*, destaca o caráter de complementariedade dos dois conceitos, ou ainda, de uma dialética (no sentido de pares opostos e complementares).

O título Regional- Global que propusemos para este livro significa de saída, assumir a natureza do regional, hoje, ao mesmo tempo como condicionado e condicionante em relação aos chamados processo globalizadores – ou melhor, como seu constituinte indissociável- a ponto de, muitas vezes, regionalização e globalização se tornarem dinâmicas tão imbricadas e complementares que passam a ser, na prática indiscerníveis. (HAESBAERT, p10, 2010).

É necessário, também, destacar a ênfase econômica e política da análise dos ditos “processos globalizadores” ancorados em uma Geografia da circulação e em uma menor atuação dos Estados Nacionais. Além disso, deve-se entender a globalização como processo seletivo do espaço geográfico.

Mas a globalização como bem sabemos, está bem longe de ser um consenso, em primeiro lugar por não representar um processo uniforme e, neste sentido, não ser propriamente ‘global’. Muitos pesquisadores preferem mesmo utilizar o termo sempre no plural, ‘globalizações’, distinguindo aí suas múltiplas dimensões, a enorme desigualdade com que é produzida/difundida e seus diferentes sujeitos, tanto no sentido daqueles que prioritariamente a promovem e a desencadeiam quanto daquele que a ela, basicamente, encontram-se subordinados. (HAESBAERT, 2010, p.10)

Contudo, a “diferenciação de áreas” (CORREA, 1987, p.8) tem um caráter mais totalizante na relação homem-natureza. O meio, o clima, a herança geológica e a (re)produção cultural podem ficar em segundo plano em algumas análises pelas redes, pelos ditos “processos globalizadores”, pela Geografia da Circulação.

Apresentada esta problematização, percebe-se que o processo de ensino de Geografia que não exclui as regiões ou processo de regionalização. Esta dissertação visa, portanto, analisar as imagens sobre a região Nordeste e sua relação com as apropriações espaciais recentes. Explorar estas imagens por via do conhecimento da semiótica e verificar que concepção de Nordeste elas sustentam. É, ainda, um “lugar das perdas”? (CORREA, 1989), o determinismo

geográfico (neste caso, a seca) é tratado como justificativa para baixos índices sociais? Entre outras possibilidades.

Uma análise que sustenta um Nordeste como problema para o espaço brasileiro é de Roberto Lobato Corrêa. O Nordeste, como afirmou o autor é o “lugar das perdas”: é um lugar monolítico, mostrando-se seco, pobre, rural e decadente. A citação abaixo, embora longa, mostra exatamente essa descrição da região:

O Nordeste pode ser definido como a região das perdas. Das perdas econômica e demográfica, sobretudo, mas também, ainda que em menor escala, do poder político. O conjunto de perdas pode ser assim sistematizado:

- a) Importância declinante da agropecuária no contexto nacional. [...]
- b) Perda demográficas[...]
- c) As perdas vão traduzir-se, também, pelo fato de suas atividades mais dinâmicas serem controladas de fora da região. [...]
- d) As perdas efetivadas sobre um espaço organizado de modo a voltar-se para fora ratificam o pequeno grau de articulação interna. O Nordeste caracteriza-se pela pequena divisão intrarregional do trabalho. [...]
- e) O baixo nível de renda da maior parte da população é outra característica regional. Associado a isto estão os índices baixos de escolaridade e qualidade de vida, e o índice elevado de mortalidade infantil, entre outros. [...]
- f) Menor variedade e densidades das formas espaciais. Contrariamente a região centro-Sul. O Nordeste caracteriza-se por um menor acúmulo de obras do homem sobre o território. [...]
- g) A despeito das perdas econômicas e demográficas, o Nordeste, contudo, apresenta no plano político uma importância desmesurada face ao que representa economicamente. (CORRÊA, p 12-14, 1989)

O “lugar das perdas” do professor Corrêa (1989), a saber: das perdas demográficas, econômicas e políticas tem seu fundamento geográfico na época retratada. Contudo, passados alguns anos, as perdas podem ser relativizadas.

O problema do trabalho é fundamentado pelo uso da região como conceito para a construção do ensino-aprendizagem. Um levantamento prévio dos livros analisados pelo PNLD permite comprovar que o ensino por regiões, é um instrumento fortíssimo nos materiais didáticos. Os livros de sétimo ano do Ensino Fundamental II são quase unânimes em tratar a regionalização no Brasil.

Para dissertação de mestrado, será utilizada a versão mais atual do PNLD, do ano de 2017. A tabela 1 destaca onze livros do Ensino Fundamental II. Neste caso, encontramos dez obras que têm capítulos sobre divisão regional do Brasil. Assim, há a constatação da importância do conceito de região para o PNLD 2017.

TABELA 1– Materiais didáticos que utilizam algum tipo de regionalização no Ensino Fundamental II – PNLD - 2017

OBRA	CAPÍTULOS QUE ABORDAM REGIONALIZAÇÃO
1) INTEGRALIS – GEOGRAFIA Helio Garcia Paulo Roberto Moraes IBEP 1a edição – 2015	O Livro do Estudante do 7º ano tem 296 páginas, possui quatro unidades e doze capítulos, cada unidade contém de dois a cinco capítulos. São as unidades: Estudo da população; A vida em sociedade; Atividades Humanas; Regiões brasileiras
2) POR DENTRO DA GEOGRAFIA Wagner Costa Ribeiro SARAIVA EDUCAÇÃO 3ª edição	O Livro do Estudante do 7º ano, com 224 páginas, intitulado Geografia do Brasil apresenta as seguintes unidades: O território brasileiro; A Geografia regional do Brasil; O povo brasileiro; Geografia da produção no Brasil.
3) GEOGRAFIA CIDADÃ Laercio Furquim jr. AJS 1ª edição – 2015	O Livro do Estudante do 7º ano contém 288 páginas e divide-se em cinco unidades, compreendendo dezessete capítulos. São as unidades: Formação e organização do território brasileiro; A população brasileira; A Geografia do campo no território brasileiro; Brasil urbano e industrial; Energia e Sustentabilidade.
4) PROJETO MOSAICO – GEOGRAFIA Beluce Valquíria EDITORA SCIPIONE 1ª edição – 2015	O Livro do Estudante do 7º ano, com 216 páginas, está organizado nos módulos: O Brasil e suas paisagens; O território brasileiro; A população brasileira; Brasil: o rural e o urbano na organização do espaço geográfico; As regiões brasileiras; O Centro-Sul; O Nordeste; A Amazônia.

<p>5) GEOGRAFIA ESPAÇO E VIVÊNCIA Andressa Alves Levon Boligian Rogério Martinez Wanessa Gracia. SARAIVA EDUCAÇÃO 5ª edição – 2015</p>	<p>O Livro do 7º ano contém 208 páginas e está dividido em oito unidades temáticas e dezoito capítulos. Seguem as unidades: O Território Brasileiro; Território e População Brasileira; O Campo e as Cidades no Brasil; Região Nordeste; Região Sudeste; Região Sul; Região Norte; Região Centro-Oeste</p>
<p>6) VONTADE DE SABER – GEOGRAFIA Neiva Torrezani FTD 2ª edição - 2015</p>	<p>O Livro do Estudante do 7º ano é composto por 240 páginas, divididas em oito capítulos: O território brasileiro e sua regionalização; A população brasileira; O urbano, o rural 74 e a economia brasileira; Região Sudeste; Região Sul; Região Nordeste; Região Centro- - Oeste; Região Norte.</p>
<p>7) GEOGRAFIA NOS DIAS DE HOJE Claudio Giardino Ligia Ortega Rosaly Braga Chianca Virna Carvalho 2ª edição - 2015</p>	<p>O Livro do Estudante do 7º ano, com 288 páginas, apresenta dez capítulos distribuídos em quatro unidades. São essas: Brasil: um espaço em construção; Campo e Cidade: a organização do espaço brasileiro; Paisagem, Ação Humana e Natureza do Brasil; Território Brasileiro e diversidade regional.</p>
<p>8) EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS Melhem Adas Sergio Adas MODERNA 2ª edição – 2015</p>	<p>O Livro do do Estudante 7º ano possui 280 páginas, com as seguintes unidades: O território brasileiro; A população brasileira; Brasil: da sociedade agrária para o urbano-industrial; Região Norte; Região Nordeste; Região Sudeste; Região Centro-Oeste.</p>
<p>9) PROJETO APOEMA – GEOGRAFIA</p>	<p>O Livro do Estudante do 7º ano contém 240 páginas e divide-se em quatro unidades temá- ticas, subdivididas em 16 capítulos. São as unidades: Localização e caracterização do espaço geográfico brasileiro; Os diversos Nordestes; O Centro-Sul; A Amazônia brasileira.</p>
<p>10) GEOGRAFIA - HOMEM & ESPAÇO Anselmo Lazaro Branco Elian Alabi Lucci SARAIVA EDUCAÇÃO 6º ano - 26ª edição, 7º ano - 24ª edição, 8º e 9º anos - 27ª edição – 2015</p>	<p>O Livro do Estudante do 7º ano possui 240 páginas e estrutura-se em seis unidades e dezessete capítulos. São as unidades: Brasil: espaço geográfico, paisagens e regiões; Brasil: economia e sociedade; Brasil: urbanização e dinâmica populacional; O Nordeste; O Centro-Sul; A Amazônia.</p>

<p>11) PARA VIVER JUNTOS – GEOGRAFIA</p> <p>Fábio Bonna Moreirão Fernando dos Santos Sampaio SM 4ª edição - 2015</p>	<p>O Livro do Estudante do 7º ano contém 272 páginas, está organizado pelas seguintes unidades: O Território Brasileiro; A População Brasileira; Trabalho, Consumo e Sociedade; Brasil Rural; Indústria; A Urbanização Brasileira; As Regiões Sudeste e Sul; As Regiões Norte e Centro-Oeste; Região Nordeste</p>
--	---

Fonte: BRASIL, MEC. Secretaria do Ensino Fundamental II, *Guia de Livros Didáticos*, PNLD 2016, Geografia, Ensino Fundamental II

Conforme exposto, a análise regional ainda é instrumento muito presente no ensino de Geografia. E é possível extrair inúmeras análises das propostas didáticas são escolhidas. Além disso, pode-se entender quais usos são feitos das imagens nas divisões regionais propostas, sobretudo a região Nordeste.

A única coleção não utilizada para a análise é a Geografia Cidadã de Laércio Furquim Júnior. Não há uma opção de regionalização do espaço brasileiro em sua sequência didática.

1.2) O método: a leitura não verbal.

Com base nos fundamentos da semiótica, é possível analisar as referências, sinais e relações presentes nas imagens trabalhadas nos livros didáticos de Geografia do ensino fundamental II. A necessidade da observação das imagens é justificada na lógica diferenciada de leitura que não é verbal daquela que é verbal.

A leitura não verbal não segue a lógica da contiguidade, de uma sequência clara e ordenada dos textos que orientam a escrita dos materiais didáticos. A leitura é destinada para alunos de acordo com sua faixa etária e potencial cognitivo e, sendo assim, não é um objetivo dos autores de coleções didáticas proporem textos subjetivos, contraditórios, irônicos, entre outras possibilidades.

Seguindo nesta mesma linha, as imagens também assumem um caráter formativo, de mediação na formação do conhecimento geográfico. Para entender o papel das imagens no processo de formação do conhecimento, a semiótica foi um ferramental seguro para interpretações das imagens e suas relações como o objeto analisado, neste caso, o Nordeste.

No entanto, a lógica da leitura não verbal é a simultaneidade. Para o estudo das imagens, é necessário explorar uma rede de relações. Não há uma sequência ordenada na leitura desta rede de relações e alguns caminhos e conceitos são possíveis para a leitura destas redes de relações. Estas relações estão na própria imagem e fora dela. Assim, as impressões do senso comum podem se fortalecer ou serem quebradas na forma como as imagens são apresentadas. Por exemplo, apresentar o sertão por meio da seca oferece um baixo impacto no destinatário da mensagem. É uma representação homogênea, que não oferece nenhuma sensação de *estranhamento* para o destinatário, conceito importante para a análise das imagens

- 1) o homogêneo não é passível de leitura; 2) toda leitura não-verbal é um complexo ato de recepção. A definição e as características da

leitura não-verbal devem levar em consideração as duas variáveis acima para que seja possível compreendê-las e verificar em que medida e por que interferem naquele ato de leitura. (FERRARA, 1986, p.22)

Ao mesmo tempo, as imagens que trabalham com temas diferentes para o sertão podem estimular uma outra rede de relações e uma ressignificação do objeto analisado. O sertão que está urbanizado ou ligado à agricultura de larga escala de produção para a exportação convive com vários bolsões de pobreza. Este ato chamado de *estranhamento*, que não produz uma representação do homogêneo, poderá ter outra função na prática pedagógica e produzir novas redes de relações.

Além do *estranhamento*, é preciso perceber as redes de relações como atos incompletos. A ligação entre a imagem e aquele que lê dependerá dos referenciais que o destinatário possui e a forma como ele construiu o seu significado. Porém, é possível, pela mesma rede de relações, estabelecer várias características das imagens, como será feito nos capítulos três e quatro.

A incompletude e a falibilidade da leitura não-verbal trazem suas consequências para o método adotado nessa prática. Como ler? Como ensinar a ler o não-verbal? Que métodos e técnicas devem ser desenvolvidos? [...]1) há necessidade de se estabelecer um modo de ler; 2) esse modo se refaz ou se completa a cada leitura, visto que o próprio objeto lido sugere, na sua dinâmica, como deve ser visto; 3) é necessário ter presente que o que vemos no objeto lido é resultado de uma operação singular entre o que efetivamente está no objeto e a memória das nossas informações e experiências emocionais e culturais, individuais e coletivas; logo, o resultado da leitura é sempre possível, mas jamais correto ou total; 4) é necessário ousadia nas associações para que se possa flagrar uma idéia nova, uma comparação imprevista, uma hipótese explicativa inusitada (FERRARA, 1986, p.30)

Acrescenta-se ainda, que as imagens utilizadas nas coleções didáticas têm a função de paisagem humanizada, ou seja, o espaço geográfico. Segundo Santos (2008), a paisagem é um conjunto de elementos físicos, de materialidade: “A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais -concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”(SANTOS, 2008, p.103).

As imagens têm, também, o papel de mediar a construção do sentido do que é o espaço geográfico: “Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico” (SANTOS, 2008, p.104).

O espaço (a paisagem humanizada) é formado pela percepção dos elementos da paisagem junto a sua função naquela sociedade. O espaço pode ser entendido também, como uma sociedade que se apropria de sua paisagem, quais são as funções dos elementos da paisagem na sociedade em estudo: “No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, como resposta às necessidades atuais da sociedade.” (SANTOS, 2008, p.105).

Os componentes da paisagem não são dotados de vida própria ou têm uma dinâmica autônoma. A forma e função que esses elementos desenvolvem, em um determinado período histórico, revelam a natureza do espaço de uma sociedade. Mais uma vez, a apropriação dos itens paisagem, por uma sociedade, são as bases para que se produza seu espaço geográfico. A descrição dos elementos físicos e concretos não revelam as funções sociais destes mesmos elementos sociais da sociedade.

Desta forma, o método tem referência na leitura das imagens com conceitos da semiótica e sua uma relação constante em com a função dos elementos destas mesmas imagens. Conforme Santos (2008), é possível perceber a função atual ou histórica dos elementos que compõem as imagens das coleções didáticas.

Não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos (SANTOS, 1994, p.102)

Capítulo 2 - Uma possível gênese da região nordeste

O capítulo busca fundamentar o objeto de região Nordeste. No que diz respeito ao levantamento de regionalizações importantes feitas no campo geográfico. Tais regionalizações foram desenvolvidas por André Rebouças, Elisée Reclus, Said Ali, Delgado de Carvalho, Betim Pais Leme, Moacir Silva, Pedro Geiger, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos. Além das regionalizações propostas pelo IBGE. Há, também, especial destaque para a obra e regionalização de Manual Correa de Andrade.

Em seguida, foi feita uma análise da região Nordeste em outras ciências sociais. São trabalhos clássicos acerca do tema escritos por Durval Muniz de Albuquerque, Iná Elias de Castro e Francisco de Oliveira. Seus pressupostos teóricos e metodológicos são a base para análise empírica desta dissertação em seus capítulos três e quatro.

2.1) Uma fundamentação geográfica do conceito de região: algumas contribuições

Segundo Paulo César da Costa Gomes em *Geografia: conceitos e temas* (1995, p.50), a palavra região deriva do latim, *regere*. Essa expressão tem seu campo semântico ligado ao controle do Estado, da administração de áreas ou disputas desta, como ocorria no Império Romano.

A ideia de região não pertence somente à Geografia. Na verdade, a palavra surge muito antes da institucionalização deste conhecimento, no século XIX. Conforme Gomes (1995), podemos encontrar o uso da expressão região: a) no senso comum: como localização e/ou extensão, região montanhosa, região pobre, b) no sentido administrativo: com a hierarquização do poder público, muito próximo do sentido de *regere*, c) no campo das ciências: área que contém a regularidade de um fenômeno, como na Biogeografia, ao dividir a Terra, d) no sentido geográfico: neste último o conceito de região ganha estatuto geográfico. (GOMES, 1995, p. 53-54)

Para Sandra Lencioni, em *Região e Geografia*(2014), os gregos foram os primeiros a organizarem uma regionalização. Sobretudo, com Hecateu de Mileto e Estrabão, a corologia (diferenciação de áreas) tem uma ordenação, distanciando-se da mera descrição:

Consideramos Estrabão o marco inaugural da Geografia Regional, pois os recortes analíticos que elabora não são feitos a partir de parâmetros geométricos, embora considerasse a Geometria o fundamento da Geografia. Seus recortes são estabelecidos segundo a composição territorial das civilizações (LENCIONI, p.46, 2014)

Mesmo com essa referência temporal distante, é somente na Geologia do século XIX que Vidal de La Blache buscará sua referência. A ideia de região natural será o meio físico para um “estágio de civilização determinado” (GOMES, 1995 p.55), em determinado “gênero de vida”. A região geográfica é aquela que contém “seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade da escolha, segundo uma fórmula bastante conhecida – “o meio ambiente propõe, o homem dispõe”(GOMES, 1995, p56). A partir deste ponto, conceito de região terá uma ligação íntima com o devir do pensamento geográfico.

Para Antônio Carlos Robert Moraes, *Geografia: pequena história crítica* (2007), a Geografia, institucionalizada, tem início na Alemanha. Após a contribuição dos gregos, romanos e iluministas, é no contexto da formação do Estado Alemão que o problema do espaço torna-se evidente. O marco para essa geografia alemã nasce em Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt e Karl Ritter.

Humboldt, em suas obras, “Quadros da Natureza” e “Cosmo” buscou uma visão da natureza enquanto sistema. A Geografia, seria síntese das variáveis naturais.

“uma espécie de síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra. Tal concepção transparece em sua definição do objeto geográfico, que seria: “A contemplação da universalidade das coisas, de tudo que coexiste no espaço concernente a substâncias e forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra”. Caberia ao estudo geográfico: “reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos, descobrir pelo livre exercício do pensamento e

combinando as observações, a constância dos fenômenos em meio a suas variações aparentes”. (MORAES, 2005, p.62,)

Já, na obra *Kosmos* (Cosmo), Humboldt apontava a necessidade de se investigar as relações homem-meio. Assim, “é necessário investigar as relações entre a vida orgânica, incluindo aí o homem, e a superfície inorgânica da Terra” (LENCIONI, 2014 p.89). Contudo, a busca pela análise da conjunção dos fatores naturais é a base da Geografia de Humboldt. Um exemplo desta visão está na fundação das isotermas, para facilitar seus estudos sobre clima (LENCIONI, 2014, p.89)

Ritter tem uma obra muito mais metodológica (MORAES, 2005, p.62) e sua proposta se insere em uma Geografia comparada. Há, “sistemas naturais” uma área delimitada de individualidade frente à totalidade. Cabe à Geografia a comparação dos lugares.

Para Ritter, a Terra constitui um todo orgânico e a região, uma parte deste organismo. Esta visão do todo e suas partes o inspirou na proposta de uma Geografia Geral e Comparada, afirmando que o procedimento da comparação das partes desse todo pode ajudar na compreensão do todo.(LENCIONI, 2014, p.92).

Dessa forma, as regiões naturais vão ganhando destaque. Além disso, é na corologia (diferenciação de áreas) que estaria a essência da Geografia. Em Ritter, esta corologia é muito mais criteriosa e parte da totalidade e as divisões podem encontrar subdivisões mantendo relações com as totalidades.

Nos seus estudos sobre África, no primeiro volume da obra *Erdkunde* (Geografia), Ritter, procura dividir este continente a partir de diferenças naturais e, ao mesmo tempo, analisar o uso deste meio pela população que ali reside. Esse método, que primeiro, procede a análise física (clima, relevo e hidrografia), depois se analisa as características humanas para, enfim, atingir a síntese, faz parte do método de Ritter.

Com base na produção desta forma de Geografia, a região, em Ritter, pode ser assim definida:

Seu estudo das regiões baseou-se na comparação das relações causais e na afirmação da importância dos métodos empíricos. Sua visão contribui para o desenvolvimento das divisões regionais fundamentadas em critérios naturais, em vez de divisões regionais baseadas nos limites administrativos e políticos. Sem dúvida, é com Ritter que os fundamentos dos estudos regionais, ou de uma Geografia Regional, se estabelecem.(LENCIONI, 2014, p.93).

Essa influência empirista, com forte influência das regiões naturais, tem menor impacto em Friedrich Ratzel. Para além do simplismo difundido no rótulo de “determinista”, é neste autor que o homem se destaca pelo domínio da natureza e “reside no fato de haver trazido, para o debate geográfico, os temas políticos e econômicos, colocando o homem no centro das análises (MORAES, 2005, p. 74)

A obra de Ratzel tem íntima relação com o desenvolvimento do império alemão. Ele defende o espaço como um grande mediador social, mostrando que o domínio de uma porção do espaço é um caráter positivo e mediará características sociais, políticas, materiais. A perda do território, o menor domínio sobre este, equivale a um grupo social que corre perigo. É neste contexto que se desenvolve o conceito de *lebensraum* (espaço vital) que representaria a equivalência entre desenvolvimento técnico e recursos naturais.

Em, *Antropogeografia – Fundamentos da aplicação da Geografia à História*, o objeto da Geografia se define pelas influências que as condições naturais exercem sobre a humanidade. O surgimento do Estado nasceria da necessidade de proteção do território e da forma como os recursos naturais são apropriados para a organização social, política e econômica.

Estas influências atuariam, primeiro na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos e, através destes, na sociedade. Em segundo lugar, a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E ainda nas possibilidades de contato com outros povos, gerando assim o isolamento e a mestiçagem (MORAES, 2005, p 69-70)

A análise destas regiões, que se constituem como países (ao contrário de Ritter, onde as regiões são naturais) terão, inevitavelmente, relações históricas, como os processos migratórios, disputas por territórios e recursos naturais. É por isso que Ratzel terá influência na fundação da Geopolítica.

A determinação do ambiente nas relações sociais é muito mais forte nos seguidores de Ratzel, como Ellen Churchill Semple e Elsworth Huntington.

Para Sandra Lencioni, Paul Vidal de La Blache foi a maior expressão da Geografia Regional. É, ainda, com a obra dele que a Geografia Humana se sobrepõe a *Antropogeografia*. Lucien Febvre, por sua vez, é criticado por Lencioni (2009) e Moraes (2005), pois, segundo os autores, seria uma leitura que leva ao exagero os rótulos de possibilismo e determinismo difundidos pela leitura de Febvre.

Moraes, destaca o fundamento filosófico comum dos dois autores: o positivismo lógico derivado das ciências naturais. Lencioni, destaca que os dois autores trabalham com a relação homem-natureza. Contudo, o conceito vidalino que se diferencia é o “gênero de vida”. Este já existia na França e será utilizado por La Blache como: “o resultado das influências físicas, histórias e sociais, presentes na relação com o meio”.(LENCIONI, 2009. p 103.)

A obra de La Blache destaca-se, também, pela evolução material das populações. Há, uma visão ampliada sobre a economia das regiões, com base no meio físico, a ponto de o aumento da circulação desenvolver “uma divisão regional do trabalho” (LENCIONI, 2009, p. 105). Esta relação entre meio o desenvolvimento social produziria inúmeras paisagens diferentes. Acrescenta-se que nesta visão de região, a influência externa é muito menor e os fatores internos são muito mais determinantes em sua formação. A individualidade de um recorte da Terra é a base do conceito de “gênero de vida”.

Assim, como Ratzel, os discípulos de Vidal levam seus conceitos de forma muito restrita. Neste caso, inúmeras monografias regionais foram produzidas na França, deixando pouco espaço para outras formas de estudo geográfico. Estas monografias regionais deveriam ser da seguinte forma:

Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das

atividades humanas e de como o homem se ajustou à natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintática da região. (LENCIONI, 2009 p. 105,).

Gomes (1995) ainda acrescenta que esta região geográfica, estudada pelas monografias, destacam-se pela busca da individualidade e não por critérios pré-estabelecidos. Não se pode estabelecer a personalidade da região. A distinção poderá ser por “clima, morfologia, ou qualquer outro elemento, a partir do qual uma comunidade territorial cria uma forma diversa de se adaptar.” (GOMES, 1995, p.56). Este pressuposto faz com que a região exista antes do pesquisador, é um dado concreto, cabendo ao geógrafo descobrir sua individualidade.

Moraes (2005), resume a proposta da produção do conhecimento geográfico em Vidal de La Blache nos seguintes termos:

La Blache propôs o seguinte encaminhamento para a análise geográfica: observação de campo, indução a partir da paisagem, particularização da área enfocada (em seus traços históricos naturais), comparação das áreas estudadas e do material levantado, e classificação das áreas e dos gêneros de vida, em “séries de tipos genéricos”. Assim, o estudo geográfico, na concepção vidalina, culminaria com uma tipologia. (MORAES, 2005 p.84)

A busca constante do gênero de vida, com ênfase na produção exaustiva das monografias regionais apresenta um grave risco. A falta da síntese, a distância da Geografia Geral, atribuindo-se a região um caráter autônomo, sem relação com outras escalas geográficas.

Antes do rompimento do método da Geografia Tradicional, temos os estudos de Alfred Hettner e Richard Hartshorne. Para Moraes (2005), a Geografia Tradicional tem base no positivismo lógico do século XIX, na imitação do método desenvolvido pelas ciências naturais, sobretudo pela física, na produção de conhecimento das ciências humanas.

O século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, produziu mudanças profundas no espaço mundial. Por conseguinte, a base filosófica

herdada até então, seria incapaz de responder as demandas contemporâneas. As novas bases teóricas e metodológicas da geografia serão: a fenomenologia, estruturalismo, neopositivismo e o marxismo. Estes serão analisados posteriormente.

Nesse sentido, Hettner é um geógrafo alemão que busca responder as críticas formuladas pela escola francesa (com base em Vidal de La Blache). Seu esteio filosófico é da escola neokantiana, como destaque para os autores, Heinrich Rickert e Wilhelm Windelband. Este último é autor dos termos “ideográfico” e “nomotético”.

O campo do conhecimento deveria ser dividido em ciências que estudam fenômenos repetitivos, passíveis de previsão e criação de leis, fenômenos que ocorrem com regularidades, as chamadas ciências nomotéticas (produção de leis). Já as ciências idiográficas não estudam fenômenos repetitivos, como a História e a Geografia. Neste caso, os métodos variam para cada estudo, mudam, pois, os fenômenos ocorrem por outra ordem. É com base neste pressuposto que Hettner desenvolve seus estudos.

Hettner define a diferenciação de áreas, a corologia, como o objeto da Geografia. Cada recorte espacial, cada área, representa a integração de fenômenos heterogêneos. Contudo, é com Richard Hartshorne que esse método tem mais influência, a partir dos Estados Unidos da América.

A diferenciação de áreas, é objeto da Geografia e a região não é um dado exterior, como estudado na geografia regional francesa. O recorte espacial é um processo desenvolvido pelo pesquisador e a densidade das análises depende dele também.

“Os conceitos básicos formulados por Hartshorne foram os de “área” e de “integração”, ambos referidos ao método. A área seria uma parcela da superfície terrestre, diferenciada pelo observador, que a delimita por seu caráter, isto é, a distingue das demais. Essa delimitação é um procedimento de escolha do observador, que seleciona os fenômenos enfocados; dependendo dos dados selecionados, a delimitação será diferente (pois a abrangência destes varia desigualmente). Assim, na verdade, a área é construída idealmente pelo pesquisador, a partir da observação dos dados

escolhidos.[...]. Para Hartshorne, uma área possuiria múltiplos processos integrados, sendo uma fonte inesgotável de inter-relações. O conjunto de todas as inter-relações possíveis daria a realidade total da área, porém sua apreensão seria impossível; logo, buscar a exaustão seria anticientífico. Daí a necessidade de seleção dos elementos a serem analisados, que deveriam ser os mais significativos.”(MORAES, 2005, p.98)

Há um menor aprofundamento e uma maior generalização quando há o estudo da diferenciação de áreas. Por isso, este método ajudou a desenvolver as geografias temáticas, como: a geografia do petróleo e a geografia das indústrias. Ao mesmo tempo em que particulariza (análise do lugar) faz a relação com a distribuição do fenômeno (Geografia Geral).

Este método teve forte influência no planejamento dos Estados e a proposta de diferenciação de áreas, corologia, foi quantificada em alguns geógrafos posteriores. Estes foram conhecidos como pertencentes à geografia quantitativa.

Como apontado anteriormente, os paradigmas da Geografia, após a Segunda Guerra Mundial, não são mais capazes de fornecer respostas para uma realidade extremamente transformada. Neste sentido, a noção de região conhecida até aqui, também entra em colapso. Conforme Milton Santos:

Os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, a expansão de uma economia internacional que se tornou “mundializada” etc. explicam a crise da clássica noção de *região*. Se ainda quisermos conservar a denominação, somos obrigados a dar uma nova definição à palavra. Nas condições atuais da economia mundial, a *região* não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna: ela é, principalmente, definida do exterior, como observou B. Kayser, e seus limites mudam em função de critérios diversos. Nestas condições a região deixou de existir em si mesma.(SANTOS, 2004, p. 40)

Desta forma, novas propostas surgem. Para Moraes (2005), este movimento de renovação da Geografia dá-se nas seguintes influências: o neopositivismo, o estruturalismo, o marxismo e a fenomenologia. Além disso, podemos polarizar este movimento em uma geografia a serviço do Estado, como base do planejamento, a chamada Geografia Quantitativa e, um outro grupo,

preocupado em produzir uma ciência engajada nas transformações sociais, conhecida como Geografia Crítica.

A primeira resposta para a crise deste paradigma dá-se com o movimento da Geografia Quantitativa ou Neopositivismo ou ainda Geografia Teorética. Fred Schaefer destaca-se como um dos maiores expoentes.

A crítica fundamental é voltada para a Geografia enquanto ciência idiográfica. A análise de fenômenos específicos empobreceria o campo geográfico do ponto de vista pragmático. Com todas as transformações políticas, econômicas e sociais do século XX, a Geografia serviria como instrumento fundamental para a organização do espaço. Políticas de planejamento territorial, reconstrução dos espaços após a Segunda Guerra Mundial, serão baseados na quantificação dos fenômenos e com o uso de técnicas avançadas como o sensoriamento remoto e novos programas de computadores .

Nesta abordagem a região não é um fim. A região torna-se meio. A consequência é uma aproximação da ideia de regionalização e região. São vários critérios para que se estabeleça uma região. O processo histórico que individualizava a região não faz mais sentido frente às transformações do século XX, sobretudo as econômicas.

“É nesse sentido que a região passa a ser um meio e não mais um produto. A variabilidade das divisões possíveis é quase infinita, pois são quase infinitas as possibilidades dos critérios que trazem novas explicações, tudo depende da demonstração final a que se quer chegar. Na medida em que os critérios de classificação e divisão do espaço são uniformes, só interessa neste espaço aquilo que é geral, que está sempre no presente. O fato particular, o único ou excepcional, não é do domínio da ciência segundo esta perspectiva.”(GOMES, p.63 ,1995)

A nova concepção de região desenvolveu-se em dois conceitos: região homogênea e região funcional ou polarizada. Neste contexto, a região homogênea apresenta menos fluxos em seu espaço contíguo e:

à unidade agregada de áreas descrita pela indivisibilidade(estatisticamente considerada) de características analisadas estáticas, sem movimento no tempo e no espaço: a densidade população, a produção agropecuária, os níveis de renda da população, os tipos de clima e já mencionadas regiões naturais(CORRÊA, 2000, p. 34)

Já as regiões funcionais ou polarizadas têm fluxos intensos e são marcadas por um nó de articulação (uma cidade):

são definidas de acordo com o movimento de pessoas, mercadorias, informações, decisões e ideias sobre a superfície da Terra. Identificam-se, assim, regiões de tráfego rodoviário, fluxos telefônicos ou matérias primas industriais, migrações diárias para o trabalho, influencia comercial das cidades, etc. (CORREA, 2000, p.35)

Esta abordagem identifica-se com expansão da economia capitalista, com o planejamento estatal, com a desterritorialização do capital para os países de terceiro mundo (no contexto da Guerra fria).

Assim, para estes críticos, a Geografia ao produzir regionalizações baseadas nestas noções estaria na verdade colaborando com a produção de um desenvolvimento espacial desigual, visto sobre a máscara de uma complementariedade funcional hierárquica. Ao assumir a dinâmica de mercado como pressuposto da organização espacial, estes modelos “naturalizariam” o capitalismo, como a única forma possível de conceber o desenvolvimento social (GOMES, 1995, p.65)

É neste contexto que surge uma Geografia militante, conhecida como Geografia Crítica. A suposta neutralidade é deixada de lado em busca de uma sociedade mais justa. Temas relacionados à (re)produção da concentração de renda, a divisão territorial do trabalho, a formação sócio-espacial, serão frequentes nesta proposta de Geografia

A Geografia Crítica, conhecida também por Geografia radical, parte de conceitos marxistas para suas análises em busca do entendimento das dinâmicas espaciais. Conceitos como: modo de produção, relações de produção, formação sócio-econômica, formação sócio-espacial, expansão do sistema capitalista, processo de acumulação do capital e, sobretudo, o materialismo histórico, com suas contradições, passam a ocupar o esteio das análises espaciais.

Moraes (2005), destaca algumas origens para a formação da Geografia Crítica. Podemos citar Yves Lacoste com as obras, *A Geografia, isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra* e *A Geografia do subdesenvolvimento*, também, a *Geografia Ativa*, obra escrita por P. George, Y. Lacoste, B. Kauser e R. Guglielmo. No Brasil, o autor destaca Josué de Castro, com *Geografia da fome* e Milton Santos, *Por uma Geografia Nova*. É necessário lembrar que estas

obras diferem-se em vários aspectos. Contudo, são produções engajadas e que colocam o homem no centro da Geografia.

desespacialização do espaço reduzido a uma teia de coordenadas sem relação com o real, [...] ao mesmo tempo em que uma desistorialização: um conjunto de fórmulas matemáticas de onde a história – ou seja, o homem – era sistematicamente afastado (SANTOS, 2008, p. 115)

Com relação à região, destaca-se uma nova vertente. A região ganha relação com a totalidade, sobretudo, nos seus aspectos econômicos e políticos. A diferenciação das áreas, tem como base a divisão territorial do trabalho, a formação socioespacial e o processo de acumulação capitalista.

Esta corrente crítica, conhecida como geografia radical, argumentava que a diferenciação do espaço se deve, antes de mais nada, à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação do capital que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos.[...] Tal é o caso das regiões vistas como formações sócio-espaciais, que se aproxima, ou coincide, com o conceito de formação sócio-econômica. Para Marx, este último conceito corresponderia aos produtos histórico-concretos dos diversos modos de produção[...]

Com base no materialismo histórico, o modo de produção é uma totalidade no processo do materialismo histórico. Equivale a determinadas forças produtivas, relações de produção com determinadas técnicas dos meios de produção (infraestrutura, a base econômica). A organização da infraestrutura, determina a superestrutura jurídica e política de cada modo de produção.

Por conseguinte, a formação sócio econômica é a realidade espacial do modo de produção equivalente. Assim, as regiões são determinadas pela sua formação sócio-econômica, reagindo à totalidade e fazendo, também, parte dela:

Cada uma destas unidades deve, pois organizar seu espaço de uma maneira própria, sendo a base de uma regionalização, ou um princípio de diferenciação do espaço em cada diferente processo histórico[...] Surge também deste tipo de reflexão a ideia da região como de uma totalidade sócio-espacial, ou seja, no processo de produção da vida, as sociedades produzem seus espaços de forma determinada e ao mesmo tempo são determinadas por ele, segundo mesmo os princípios da lógica dialética.(GOMES, 1995 p. 65-66)

É necessário destacar que a base conceitual da Geografia Crítica está fora de seu campo epistemológico. Além de K. Marx, nomes como, M. Foucault, M. Castells, H. Lefebvre, são importantíssimos para a Geografia Crítica. Apropriação destes autores deve ser muito cuidadosa a fim de evitar a produção de uma Sociologia espacial ao invés de Geografia (MORAES, 2005).

Acrescenta-se, ainda, algumas críticas aos desdobramentos da Geografia Crítica. Primeiro, destaca-se o excesso das abordagens econômicas em detrimento da análise de outros entes geográficos. Com relação à região, as análises focaram nos processos globalizadores, com menor ênfase nas dinâmicas internas das regiões.

Em muitas análises, a região passou a ser analisada como produto de uma divisão territorial do trabalho tendo como referência o processo geral de produção capitalista. Isso acabou repercutindo em análises regionais, nas quais as regiões apareciam como derivações de processos gerais e, em muitos casos, suas características internas e particulares foram colocadas em segundo plano. Assim, as desigualdades de desenvolvimento, enfim, as diferenças na produção do espaço apresentam apenas a faceta derivada dos processos externos à região. (LENCIONI, 2009 168-169).

Além disso, a região torna-se um sujeito produtor de desigualdades. As regiões exploram e são exploradas. O Nordeste é exemplo muito claro desta concepção. Ora como fornecedor de mão de obra, enquanto exército industrial de reserva. Ora como uma fronteira econômica que pode ser explorada, a exemplo da SUDENE, como analisado por Francisco de Oliveira.

[...] de exploração capitalista de uma dada classe social pela outra para a formulação de que havia exploração de uma região por outra. Assim, mecanicamente transposta a noção de exploração para a análise espacial, a região passou a ser considerada equivocadamente, um sujeito social. (LENCIONI, 2009, 169)

Por fim, será analisada a corrente Humanista da Geografia. Sua base filosófica está assentada na Fenomenologia e nos processos identitários. Daí, a valorização de menores escalas geográficas.

Esta corrente tem forte influência da psicologia e fenomenologia. Na (re)produção espacial, os Homens imprimem marcas, materializam suas dinâmicas culturais, seus processos identitários.

Esse humanismo significou um novo trilhar da Geografia. O espaço, por causa da sua dimensão abstrata, deixou de ser a referência central. A referência passou a ser o espaço vivido, aquele que é construído socialmente a partir da percepção das pessoas. Espaço vivido e, mais do que isso interpretado pelos indivíduos. Igualmente, espaço vivido como revelador das práticas sociais. (LENCIONI, p. 153, 2009)

As instituições como Estado, família, formação do patrimônio cultural, as formas de segregação social, entre outras produções coletivas, são caracterizadas a partir de determinados grupos sociais. Assim, para entendê-los, é necessária a vivência. É preciso viver o espaço do “outro” para compreendê-lo. É necessário frisar que este espaço “vivido” não tem relação com a acepção dos termos espaço vivido, espaço percebido e espaço concebido de Henri Lefebvre.

O temário da pesquisa humanista foi resumido por MORAES (2005) nos seguintes termos:

As pesquisas efetuadas abordam temas como os seguintes: o comportamento do homem urbano, em relação aos espaços de lazer; a influência das formas, na produtividade do trabalho; a relação das sociedades com a natureza, expressas na organização dos parques; a atitude frente a novas técnicas de plantio, numa determinada comunidade rural; a concepção e as formas de representação do espaço, numa sociedade indígena africana, entre outros. Esta é uma perspectiva bastante recente, que ainda não acumulou uma produção significativa. (MORAES, 2005, 114)

A partir destas premissas, a região tem um caráter completamente diferente da Geografia Radical ou Crítica. Nesta, com sua influência econômica, tratará a região como uma consequência do processo totalizante. Ou seja, a região sofre com influências internas para sua formação. Já, para a Geografia Humanista, a região deve ser vivenciada, sentida, experimentada. As características necessárias à formação da região são internas dependem das relações sociais ali constituídas.

Consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais são alguns dos elementos que estes autores chamam a atenção para valorizar esta dimensão regional como espaço vivido [...] refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender a região é preciso viver a região” (GOMES, 1995, p.67)

Lencioni (2009), resume a análise regional da perspectiva humanista da seguinte forma:

A análise regional, na perspectiva fenomenológica, não se restringe à investigação geográfica da dinâmica econômica ou da estrutura social. O procedimento de investigação procura ultrapassar o nível socioeconômico, buscando compreender como o homem se coloca em relação à região e, a partir disso, procura analisar os aspectos estrutural, funcional e subjetivo da região. O primeiro, relativo ao modo de organização dos elementos que constituem a região; o segundo, diz respeito à dinâmica regional; e o terceiro, discute a relação do aspecto estrutural e funcional com o aspecto subjetivo; como, por exemplo, a relação das imagens mentais que os homens constroem acerca do espaço vivido, da região (LENCIONI, 156, 2009)

Com base nestes vários conceitos de região e seus respectivos contextos de formação e/ou superação, passa-se às análises das propostas regionais do Brasil com tais pressupostos teóricos.

2.2) Região Nordeste: do espaço natural ao “espaço das perdas”

Nessa seção será descrita as principais divisões regionais brasileiras, com suas respectivas influências teóricas. Neste caso, a ênfase será análise das várias regiões Nordeste que a literatura geográfica produziu.

Em artigo intitulado *Divisão regional do Brasil*, de Fábio Macedo Soares Guimarães (1941), há um levantamento das principais divisões regionais do Brasil feitas até o momento da publicação de seu artigo, em 1941.

Ele foi responsável pela primeira divisão regional proposta pelo IBGE. Seu referencial teórico tem como base as ideias de Camille Vallaux e Giuseppe Ricchieri. Sobretudo, este último, que estabelece a diferença entre a *região elementar*, que tem como critério a distinção espacial somente por um fenômeno (clima, relevo) e a *região natural*, que trata da inter-relação dos fenômenos físicos. Sua proposta de divisão regional do Brasil está apoiada no conceito de divisão regional por regiões naturais.

Até aquela década, Guimarães resumiu as divisões regionais e observou que poucas delas trabalha com o conceito de região natural. Os critérios para divisão regional eram únicos, seja natural, seja humano. Dada sua influência teórica, criticava as divisões regionais econômicas, por serem efêmeras, ao contrário das características da Geografia Física. A análise das divisões regionais feitas por Guimarães segue abaixo.

Para o autor, a primeira divisão regional de destaque é atribuída a Carl Friedrich Philipp von Martius em sua obra, *Como se deve escrever a História do Brasil*, Martius destacava a necessidade da análise do estudo das regiões em conjunto e não pelas análises dos espaços das províncias, praticados até então. “Embora tratando de assuntos históricos, MARTIUS apresentava argumentos de ordem geográfica afirmando que “deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas às outras”(GUIMARÃES, 1941, p. 343).

Outro autor, André Rebouças, concebeu uma divisão regional com base em critérios agrários, próximo de uma divisão econômica e não se tratava de

uma divisão em regiões naturais [...]trata-se aliás duma divisão prática, em que os Estados são considerados por inteiro. O autor não se preocupou, entretanto, exclusivamente com os aspectos econômicos, pois fez um amplo estudo geográfico de cada uma das zonas. (GUIMARÃES, 1941, p.343)

Abaixo, podemos analisar a divisão regional de André Rebouças. Destaca-se que a maior parte dos mapas a seguir foi desenvolvido na Universidade Federal de Goiás, para as aulas de didática e ensino de Geografia, pelos professores Loçandra Borges de Moraes e Tadeu Alencar Arrais. Os mapas encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da mesma instituição

MAPA 1 – Brasil: Divisão regional – André Rebouças

Fonte: GUIMARAES, apud MORAES; ARAIS, 2002, s/n

O Nordeste, na divisão regional de Rebouças, é tratado com zona do Paraíba. Nele, observamos quatro Estados (RN, PB, PE, AL). Sendo o Estado de Pernambuco o de maior extensão. Os outros Estados, como MA, PI, CE, SE, BA, aparecem fragmentados. A crítica de Guimarães mostra que há excesso de regiões de nesta proposta.

A próxima divisão regional analisada é de Elisée Reclus, em sua obra, *Estados Unidos do Brasil*. Guimarães, destaca o esforço de Reclus em buscar a divisão regional pelo critério de região natural. Contudo, há algumas incoerências nas escolhas das regiões.

êle[RECLUS] torna claro no texto, ao dizer que "as regiões naturais não confundem de forma alguma seus limites com os das antigas províncias". Levado contudo, por necessidades didáticas, êle agrupa os Estados por inteiro, ao definir as regiões; no texto, porém, prefere, de quando em quando, destacar alguns trechos que melhor seriam considerados como pertencentes a regiões vizinhas. Assim é que, por exemplo, prefere estudar o "sul de Minas", juntamente com São Paulo, na região por êle chamada "vertente do Paraná" .[...] O destaque de Goiaz é pouco defensável; o mesmo se dá com o Rio de Janeiro, considerado região à parte. Há porém .já um certo agrupamento mais lógico do que o de Rebouças.(GUIMARÃES, 1941, p.345)

MAPA 2 – Brasil: Divisão regional – Elisée Reclus

Fonte: GUIMARAES, apud MORAES; ARAIS, 2002, s/n

A região que hoje chamamos de Nordeste é, em Reclus, maior do que o de Rebouças, acaba por desde o Maranhão e vai até Alagoas. É necessário destacar que a escolha dos Estados só faz sentido com relação ao referencial teórico e metodológico. Para Rebouças, há uma análise que tende muito mais aos critérios de uma Geografia Humana. Já para Reclus, o “olhar geográfico” tende muito mais para a Geografia Física. Daí a derivação do nome para o Nordeste, *Costa equatorial*.

Em 1905, em *Compêndios de Geografia Elementar*, Said Ali propôs uma divisão regional com base em critérios econômicos. Assim, mostra-se uma proposta bem diferente das regiões naturais de Reclus. Contudo, Ali tentou relacionar as características econômicas com as características físicas das regiões analisadas.

A divisão foi feita "atendendo às afinidades econômicas dos Estados entre si e com elas conciliando, tanto quanto possível, as condições geográficas" Tal importância dada às afinidades econômicas explica a reunião de São Paulo a Minas Gerais, na mesma região.(GUIMARÃES, 1941, p.346)

MAPA 3 – Brasil: Divisão regional – Said Ali

Fonte: GUIMARAES, apud MORAES; ARAIS, 2002, s/n

A região Nordeste, tratada em Said, como *Norte Oriental*, é idêntico ao recorte de Reclus. Porém, destaca-se que o propósito desta divisão regional é, em primeiro lugar, a análise de sua produção econômica.

Um marco para o ensino de Geografia para a divisão regional brasileira é a proposta de Delgado de Carvalho. Com influência do conceito de “regiões naturais”, também desenvolvida por Reclus, Carvalho propôs uma divisão em cinco regiões. Acrescenta-se, ainda, que sua proposta toma como base a Geografia Física (regiões naturais) incluindo as relações humanas.

A escolha por “regiões naturais” é justificada permanência das suas características, dado que as variáveis humanas, sobretudo as econômicas, mudam muito rápido. Além disso, a divisão regional de Delgado de Carvalho teve forte impacto no ensino de Geografia, como observa Guimarães:

“Pela primeira vez surgia um livro didático, em que a Geografia Regional do Brasil merecia realmente tal nome. Em vez do estudo feito até então pelas unidades políticas isoladas, eram estas agrupadas, e dentro de cada quadro regional passava a ser estudada, quer a Geografia Física, quer a Geografia Humana. A campanha vigorosamente defendida pelo professor Delgado de Carvalho foi vitoriosa poucos anos após e os novos programas do ensino secundário, elaborados pelos professores Fernando Raja Gabaglia e Honório silvestre, consagraram a nova orientação. A divisão proposta pelo eminente professor acha-se assim, há quase vinte anos, adotada no ensino da Geografia do Brasil.” (GUIMARÃES, 1941, p. 348)

MAPA 4 – Brasil: Divisão regional – Delgado de Carvalho

Fonte: GUIMARAES, apud MORAES; ARAIS, 2002, s/n

Delgado optou por manter as divisões regionais nas divisas dos Estados por uma questão didática. Contudo, baseou-se em regiões naturais nas quais as fronteiras não equivalem exatamente com as divisas estaduais. Além disso, as regiões naturais seriam divididas em sub-regiões. Com este ponto de vista, ao tratar do Nordeste:

Como exemplo, relativo às considerações acima, podemos citar o Nordeste, que comporta certamente sub-divisões. A chamada "zona da Mata", faixa litorânea que se estende do cabo São Roque para o Sul, encosta oriental da chapada que constitue a maior parte da região, distingue-se certamente das zonas chamadas "agreste e sertão". Destacá-la, seria porém quebrar a unidade dêste grande "todo" regional que é o Nordeste. (GUIMARÃES, 1941, p.348)

Entretanto, o referencial teórico para estas subdivisões é pautado pelo determinismo geográfico, diferentemente da tradição brasileira, que é muito influenciada pelos franceses.

Tais laços refletem-se claramente nos fatos da Geografia Humana, sobretudo nos fatos econômicos. Conforme salientámos na parte II (págs. 338 e 339), os fatos humanos podem servir como elemento de caracterização das "regiões naturais" desde que se considerem apenas aqueles que resultem do determinismo geográfico. As ligações entre os habitantes da "mata" e os do "agreste" e do "sertão" não são artificiais, não resultam de nenhum capricho do livre arbítrio humano, mas foram determinadas pelas próprias condições naturais (GUIMARÃES, 1941, p.348)

Segundo Guimarães, a proposta de visão regional de Carvalho é vista como a mais adequada para os estudos regionais. As cinco “grandes regiões naturais” diferem-se profundamente entre si, e “explica também de modo adequado a diferenciação regional que se observa em muitos fatos humanos, naqueles mais fortemente ligados ao determinismo geográfico, mais estáveis e normais.” (GUIMARÃES, 1941 , p.349)

Outra proposta de divisão regional antes da proposta oficial do IBGE é de Betim Pais Lemes. Em sua cátedra de Geografia Regional da Universidade do Distrito Federal, Betim produziu uma divisão regional do Brasil pela sua estrutura geológica.

MAPA 5 – Brasil: Divisão regional – Betim Pais Leme

Fonte: GUIMARAES, apud MORAES; ARAIS, 2002, s/n

Para Guimarães, o “caráter mais interessante, porém, do seu trabalho, consiste na caracterização, pelas estruturas geológicas predominantes. Trata-se, pois, não duma divisão em "regiões naturais" propriamente, mas sim em "zonas estruturais" (GUIMARÃES, 1941 p. 350)

A região que hoje mais se aproximaria do Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL) é caracterizada como zona estabilizada por pediplanação. Novamente, o Maranhão, Sergipe e a Bahia, oscilam em pertencer a região Nordeste nas divisões regionais estudadas até então.

O engenheiro Moacir Silva concebeu uma divisão regional com base nos critérios de região natural e região econômica. Esse esforço de síntese trouxe algumas contradições e estas foram resolvidas com a introdução das zonas de transição, conforme destaca Guimarães:

Conciliam sobretudo as discordâncias entre "regiões naturais" e "regiões humanas". São Paulo, por exemplo, quanto ao meio físico deve ser incluído no "Brasil Meridional"; já quanto aos fatores econômicos, tende a ser unido a Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Espírito Santo, na região econômica "Sul-oriental". Seu destaque, como zona à parte, faria cessar a discordância. (GUIMARÃES, 1941, p.351)

MAPA 6 – Brasil: Divisão regional – Moacir Silva

Fonte: GUIMARAES, apud MORAES; ARAIS, 2002, s/n

Conforme a divisão proposta por Moacir a região hoje chamada de Nordeste é caracterizada por três regiões. As zonas de transição são: Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe. Estas sempre oscilaram em pertencer ao Nordeste. Porém, há um núcleo praticamente indivisível, trata-se dos Estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Em todas as divisões analisadas até este ponto há esta unidade nordestina. Na proposta de Moacir, esta região é chamada de Brasil Norte oriental. A divisão regional de Moacir Silva é uma das últimas propostas antes do IBGE.

Com o Estado Novo e as transformações econômicas da década de 1930, há uma necessidade de criação de divisão regional oficial, para fins estatísticos e práticos. Em 1942, a Secretaria da Presidência da República determina que todos os ministérios utilizem a divisão regional definida pelo IBGE

O engenheiro Fábio Guimarães foi o responsável pela primeira divisão regional do IBGE. Pela influência das “regiões naturais” (vários fatores do meio físico conjugados), Guimarães propõe uma divisão regional com base em Delgado de Carvalho.

Abaixo, podemos observar a proposta de divisão regional em cinco “Grandes regiões naturais”. O princípio da divisão regional é a estabilidade. A justificativa é a produção de estatísticas e o conhecimento territorial.

MAPA 7– Brasil: Divisão regional – 1942 - IBGE

**DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL
1942**

FONTE: MAGNAGO, A.A. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v 57, n4, p. 70, 1995.

A proposta de divisão foi feita a partir do território nacional com sucessivas divisões menores. Assim, temos cinco “Grandes divisões regionais”, divididas em trinta regiões, estas foram divididas em setenta e nove sub-regiões e, por fim, a divisão em duzentas e vinte e oito zonas fisiográficas, ganhando algumas modificações, entre 1942-1969, conforme o mapa abaixo.

MAPA 8 – Brasil: Divisão regional em macrorregiões e zonas fisiográficas

FONTE: MAGNAGO, A.A. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v 57, n4, p. 71, 1995.

A divisão de 1942 sofreu uma série de críticas que abaram por apresentar uma outra divisão regional em 1969. A primeira delas consiste na contradição entre as “Grandes regiões naturais” e as “zonas fisiográficas”. Guimarães,

argumenta que seria necessária uma divisão pelo meio físico, pois teríamos poucas mudanças e, assim, poderíamos realizar análises e estatísticas. As análises dos fatores humanos seriam realizadas a partir da divisão em regiões naturais.

Desta forma, as “Grandes regiões naturais” seguem os critérios do meio físico (com inspiração determinista) e, as menores unidades de divisão, as zonas fisiográficas, seguem os critérios socioeconômicos (com inspiração possibilista). Em pouco tempo, as contradições começam a ganhar peso e esta divisão regional vai perdendo a eficácia. Novos municípios vão sendo formados (eram próximos de 4 mil frente aos 5570 municípios de hoje) com profundas mudanças econômicas nas zonas fisiográficas.

Este processo de divisão continha, assim, em sua estrutura, uma contradição com o princípio de lógica, segundo o qual uma divisão deve seguir em todos os escalões, ou níveis, o mesmo critério, apenas com diferentes graus de generalização. Por outro lado, uma Divisão Regional estruturada em função de regiões naturais, pelo fato de ser mais estável e, portanto, melhor satisfazer à comparação de dados estatísticos em diferentes épocas, parte de um pressuposto pouco científico: o de que a homogeneidade dos espaços físicos seja significativa para o propósito de análise dos aspectos humanos e econômicos da área considerada. (GALVÃO; FAISSOL, 1969, p.182)

Na década de 1950, novas concepções sobre o conceito de região ganham força. Dois autores são fundamentais para a compreensão da mudança de região natural para região geográfica. Jorge Zarur e Orlando Valverde destacam o caráter dinâmico da região e a combinação dos elementos físicos e humanos com características homogêneas.

“Zarur apresentava, nesse artigo, o conceito de região como sendo: “uma área concreta, na qual a combinação dos fatores ambientais e demográficos criaram uma estrutura econômica e social homogênea.” [...]Valverde, apesar de utilizar preferencialmente elementos do meio físico na definição da região, dava muito destaque ao papel do povoamento, privilegiando a análise da evolução da estrutura econômica na caracterização das regiões. (MAGNAGO, 1995, p. 72-73)

Contudo, as profundas mudanças das décadas de 1950 e 1960 tornam inviáveis a proposta de região geográfica, de inspiração possibilista. Não se trata mais de conhecer o território nacional, sobretudo, após 1964. Os critérios de

divisão regional e as linhas destas divisões não atendem mais as demandas do país. Esta tendência fica bem clara com o Congresso de Integração Nacional, em 1966, realizado em Salvador.

Novas influências marcam os técnicos do IBGE, como: a teoria dos lugares centrais de Walter Christaller, os polos de desenvolvimento de François Perroux. Neste congresso, geógrafos do IBGE já apresentam estudos para a definição de polos de desenvolvimento no Brasil.

A partir daí, a divisão regional do Brasil confunde-se com políticas de desenvolvimento regional. Conceitos, como: regiões homogêneas, polarizadas serviram para analisar a expansão do sistema econômico no Brasil através da intervenção Estatal. É neste contexto que Pedro Pichas Geiger em artigos nos anos de 1964 e 1969 produz sua regionalização em três grandes espaços: Amazônia, Nordeste e Centro-sul.

Geiger apregoava, ainda nesse artigo, que o processo de regionalização estava vinculado à homogeneização do País, considerando, porém, que o desenvolvimento capitalista traria consigo especialização de regiões em determinadas produções ou atividades. Baseado, portanto, no reconhecimento da importância da divisão territorial do trabalho (MAGNAGO, 1995, p.76)

Esta abordagem é muito próxima daquela que, futuramente, será desenvolvida por Francisco de Oliveira, em *Elegia para uma re(li)gião*. Contudo, a espacialização da proposta de Geiger é muito mais complexa do que a divisão do Brasil em três.

A utilização de sua regionalização em livros didáticos do ensino básico de Geografia, não apresenta o mapa em suas subdivisões. Além disso, o Nordeste é apresentado com lugar estagnado economicamente (e realmente era). Passado mais de cinquenta anos, profundas transformações ocorreram em sua diferenciação territorial do trabalho.

MAPA 9 – Brasil: Divisão regional do Brasil – Pedro Geiger

FONTE: MAGNAGO, A.A. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v 57, n4, p. 77, 1995.

Segundo Angélica Magnago, a extensa produção aceca da divisão regional do Brasil nestes anos (1950-1970), foi capaz de mudar o campo semântico do conceito de região.

“Passaram a conceituar região como um espaço “um espaço organizado pelo homem”, privilegiando, em seus estudos, a compreensão da **evolução de estruturas econômicas e sociais** e a análise dos fluxos (mercadorias, pessoas ou capital) **regionais**.”(MAGNAGO, 1995, 76)

Em 1969, a segunda divisão regional oficial foi concluída e utilizada a partir de 1970. As referências teóricas e metodológicas são conceituadas em regiões homogêneas (características estatisticamente próximas) e regiões funcionais (exercem centralidades).

Os critérios para determinação das regiões homogêneas são: domínios ecológicos e sua relação com a produção, distribuição espacial da população, estrutura agrária, estrutura industrial, infraestrutura de transportes, atividades terciárias. São levantadas 361 regiões homogêneas (28 no Norte, 128 no Nordeste, 111 no Sudeste, 64 no Sul, 30 no Centro-oeste). As zonas fisiográficas (sub-regiões da divisão regional de 1942) deixam de existir com o surgimento das regiões homogêneas. Desta forma, difere da primeira divisão regional do IBGE.

MAPA 10 – Brasil: Divisão regional do Brasil em microrregiões homogêneas

FONTE: FONTE: MAGNAGO, A.A. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v 57, n4, p. 79, 1995.

Outros estudos quantitativos são produzidos no Brasil. Com a finalização do mapa de microrregiões homogêneas, é necessária a produção de mapas das regiões funcionais urbanas, aquelas que exercem centralidades. Speridião Faissol é um estudioso de referência para este tema: apoiado na Teoria Geral dos Sistemas introduz técnicas quantitativas para o estabelecimento de nós nos estudos de hierarquia urbana.

Com os estudos de 1972, foram mapeados 718 centros urbanos, com a seguinte hierarquia: metrópoles, centros regionais, centros sub-regionais e centros locais. A última atualização destes estudos é de 2007 com o nome de REGIC (Região de influência das cidades).

Contudo, as décadas de 1970/1980, dado o contexto histórico do país, segue com novas propostas e críticas à divisão regional. Bertha Becker, Pedro Geiger e Milton Santos desenvolvem trabalhos com outros referenciais teóricos, completamente diferentes da Nova Geografia ou Geografia Quantitativa. Sobretudo, Milton Santos, na sua obra, *Por uma Geografia Nova*, traz conceitos como: formação sócio-espacial, totalidade, modo de produção, divisão territorial do trabalho, que passaram a contribuir na análise Geográfica.

Com a valorização do tempo na análise geográfica, a proposta de regiões homogêneas fica enfraquecida. A leitura da paisagem consiste em perceber marcas econômicas pretéritas e suas novas utilizações. Com a historização dos espaços, não será possível encontrar espaços homogêneos. Neste contexto, estudos sobre a influência da Globalização, também impactam a discussão sobre região.

Assim, a região é um sub-espço da totalidade e não pode ser analisado de forma isolada. Autores mais radicais defenderam o fim da região enquanto categoria de análise. Em 1988, o IBGE passou a rever suas divisões regionais.

No contexto de redemocratização, a nova divisão regional do Brasil terá três categorias espaciais, a saber: as cinco grandes regiões, mesorregiões geográficas e microrregiões geográficas.

Como **mesorregião geográfica** passou-se a denominar uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresentasse

formas do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: "... o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial" Já as **microrregiões geográficas**, consideradas como partes das mesorregiões, foram definidas por suas especificidades quanto à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva, utilizaram-se, também, informações sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares, compondo a vida de relações locais. (MAGNAGO, 1995, 85-86)

MAPA 11 – Brasil: Divisão regional do Brasil em macrorregiões e microrregiões geográficas

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL
EM MACRORREGIÕES E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS
1989

FONTE: MAGNAGO, A.A. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v 57, n4, p. 88, 1995.

Ao analisar a evolução da divisão regional do Brasil, fica muito claro que a divisão em “grandes regiões” (são praticamente cinco desde o começo do século) não é o mais relevante. Os critérios de análise e as subdivisões da região são os itens que mudam intensamente, a partir do referencial teórico e contexto histórico.

Neste sentido, a regionalização que mais marca os livros didáticos, inclusive nas coleções analisadas, PNLD 2017, é fundamentada nos estudos de Manuel Correia de Andrade na obra *A terra e o homem no Nordeste*. Este texto buscou as raízes históricas e as práticas econômicas e sociais que organizaram o espaço rural nordestino

Daí poderemos, em um ensaio de síntese como este sobre o nordeste, dividi-lo em quatro grandes regiões que são, a um só tempo, naturais e geográficas, dando as mesmas os nomes consagrados pela tradição: Mata, agreste, Sertão e Meio-Norte. .(ANDRADE,1998, p.25)

Manuel Correia destaca os rótulos utilizados no tratamento do espaço que chamamos de Nordeste. Desde que os ciclos de crise atingiram a região, representantes políticos sempre fundamentam um discurso para garantir verbas para obras emergenciais para secas. Há uma semântica utilizada até hoje, inclusive, para construção de obras de grande porte

Na realidade, conforme o aspecto abordado e o ponto de vista em que se coloca o Autor, o Nordeste é apontado ora como a área da secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda per capita dos seus habitantes ou, então, como a região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manuel Bandeira em seu poema *Evolução do Recife*.(ANDRADE,1998, p.23)

A zona da mata e o sertão seriam consideradas áreas marcadas por suas condições naturais contrárias, entre clima, solo e hidrografia. Uma favorecida pela natureza, lugar da produção com solo úmido e que beneficia alguns

homens. Já, a outra, o sertão, marcado por sua rigidez. Um clima com secas periódicas, um solo pobre e que expulsa muitas pessoas.

No Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distinguir-se desde o tempo colonial a “Zona da Mata”, com seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas –uma chuvosa e outra seca-, do Sertão, também quente, porém, seco, e não só seco, como sujeito, desde a época colonial, as secas periódicas que matam a vegetação, destroçam animais e forçam os homens à migração.

As zonas de transição, Agreste e Meio –Norte, são caracterizadas de forma menos polarizada. No agreste, os latifúndios são menos predominantes. A policultura volta ao mercado interno é mais presente do que a monocultura de exportação. Suas conexões, as redes geográficas, encontram-se organizadas, em maior parte, para o litoral.

No caso do Meio-Norte, historicamente a produção de algodão para exportação, com alta demanda de mão de obra escrava e, no século XX, com destaque para produção de babaçu e carnaúba. A atividade pecuarista também se destaca pela ocorrência de baixos períodos de seca.

Entre uma área e outra se firma uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como o da Mata e outros tão secos como o do Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste. Dessa diversidade climática surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se completam economicamente, mas que política e socialmente se contrapõem: O Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste gado, observando-se entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura e, ao Oeste, o Meio-Norte, ainda extrativista e pecuarista. .(ANDRADE,1998, p.25)

Em outra proposta de regionalização e, também ponto de partida para esta dissertação, Roberto Corrêa de Andrade, em conferência realizada na 10ª semana de Geografia, do departamento de Geociência da Universidade Federal de Santa Catarina, apresenta uma divisão regional do Brasil, em seu artigo, *A organização regional do espaço brasileiro*.

Corrêa estabelece como critério de região a divisão territorial do trabalho:

As três grandes regiões podem ser reconhecidas como expressão de uma nova divisão territorial do trabalho vinculada a dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe. Ambos, por sua vez, impactaram sobre a natureza e a organização espacial previa que, já se caracterizava por enorme desigualdade.(CORRÊA, 1989, p.9)

Esta visão de divisão regional é muito próxima daquela proposta por Pedro P. Geiger. Contudo, uma diferença fundamental, é divisão das regiões pelas unidades da federação. Assim, o norte de Minas (pertencente ao Nordeste em Geiger), pertenceria ao Centro-sul. A base desta divisão territorial do trabalho está vinculada aos seguintes itens:

a) Distintas especializações produtivas, ou seja, diferenças naquilo que é produzido e no modo como a produção se realiza, envolvendo, de um lado, produtos distintos e, do outro, os meios de produção e as relações sociais de produção. b) Distintos modos e intensidade como se verifica a circulação, o consumo e a gestão das atividades. c) Distintas organizações espaciais, isto é, diferentes formas materiais, criadas pelo trabalho social, em seu arranjo espacial. A distinção refere-se a natureza e a densidade dos **fixos** criados pelo homem (campos, estradas, dutos, portos, cidades, etc.). d) Distintos níveis de articulação interna, inter-regional e internacional.(CORRÊA, 1989, p. 9)

Com referência nestes critérios, temos o seguinte mapa:

MAPA 13 – Brasil: Divisão regional – Roberto Lobato Corrêa

Fonte: SILVA, A.S. apud. CORRÊA, R. Organização regional do espaço brasileiro, 1989.

O centro-sul, é definido como a *core area* do país. Com centros de gestão, as maiores concentrações urbanas e industriais, densa rede de circulação e a maior agropecuária do país. “O **Centro-Sul** pode ser definido como sendo a “core area” do país, o coração econômico e político da nação”. (CORRÊA, 1989, p. 9)

Já o Nordeste, como apontado no início desta dissertação, é classificado como “espaço das perdas”. Uma “região problema”, com “perdas econômica e demográfica, sobretudo, mas também, ainda que em menor escala, do poder político.” (CORRÊA, 1989, p. 12)

O Nordeste é definido como uma condição de permanência da pobreza. É um espaço homogêneo, fadado ao fracasso:

O Nordeste pode ser definido como a região das perdas. Das perdas econômica e demográfica, sobretudo, mas também, ainda que em menor escala, do poder político. O conjunto de perdas pode ser assim sistematizado:

- a) Importância declinante da agropecuária no contexto nacional. [...]
- b) Perda demográficas[...]
- c) As perdas vão traduzir-se, também, pelo fato de suas atividades mais dinâmicas serem controladas de fora da região. [...]
- d) As perdas efetivadas sobre um espaço organizado de modo a voltar-se para fora ratificam o pequeno grau de articulação interna. O Nordeste caracteriza-se pela pequena divisão intrarregional do trabalho. [...]
- e) O baixo nível de renda da maior parte da população é outra característica regional. Associado a isto estão os índices baixos de escolaridade e qualidade de vida, e o índice elevado de mortalidade infantil, entre outros. [...]
- f) Menor variedade e densidades das formas espaciais. Contrariamente a região centro-Sul. O Nordeste caracteriza-se por um menor acúmulo de obras do homem sobre o território. [...]
- g) Apesar das perdas econômicas e demográficas, o Nordeste, contudo, apresenta no plano político uma importância desmesurada face ao que representa economicamente. (CORRÊA, p 12-14, 1989)

Por fim, a Amazônia destaca-se com uma região que passa por um processo de integração, sobretudo, com o centro-sul. Trata-se da apropriação dos recursos naturais, com dizimação física e cultural dos autóctones. Há, intenso fluxos migratórios nesta fronteira econômica.

A **Amazônia** é definida como a fronteira do capital. Trata-se, em realidade, de uma nova integração regional ao sistema capitalista, que se verifica pós-1970. Trata-se agora, diferentemente do que ocorreu no passado, quando do "boom" da borracha, de uma integração real, submetida ao capital financeiro e industrial, nacional e internacional (CORRÊA, 1989, p. 12)

O artigo escrito pelo professor Corrêa tem cerca de trinta anos e guarda uma estreita relação com sua época de produção. Contudo, as transformações ocorridas no espaço brasileiro podem apontar outras conclusões. Por fim, segue a última divisão regional, proposta por Maria Laura Silveira e Milton Santos.

Ambos os autores optam pela divisão regional do Brasil de acordo com a densidade técnica materializada no espaço. A partir da densidade técnica, da presença de objetos técnicos, é possível a historização do espaço social “simultaneamente, numa atualidade marcada pela difusão diferencial do meio

técnico-científico-informacional e nas heranças do passado”(SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.268)

Contudo, é necessário lembrar, como já apontado no início deste relatório, a existência de uma área concentrada de um lado e do outro (as outras três regiões) pequenas manchas do meio técnico científico informacional, convivendo de forma sobreposta com outros meios antigos de produção. Não se trata simplesmente de um desequilíbrio regional, mas de uma forte concentração técnica.

“Cada região instala aquilo que, a cada momento, vem constituir rugosidades diferentes. Essas rugosidades estão ligadas, de um lado, à tecnicidade dos objetos de trabalho e, de outro, ao arranjo desses objetos e as relações daí resultantes. A constante é o espaço, isto é, um conjunto indissociável, solidário, mas também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações.”(SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.268)

A região concentrada, controla a maior parte dos fluxos urbanos e comerciais, produzem espaço especializados, sobretudo, em finanças e informação, dá funcionalidade a uma densa rede de circulação. São Paulo, constitui-se um nó de toda a região concentrada.

O Centro-Oeste, é uma área de ocupação recente. A sobreposição das técnicas é mais rarefeita. É uma área de produção agrícola moderna, uma “área de ‘ocupação periférica’ recente. O meio técnico-científico-informacional se estabelece sobre um território praticamente ‘natural’ ou melhor ‘pré-científico’ onde a vida de relações era rala e precária”(SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 271). Esta região em forte relação com a economia globalizada, a partir da agricultura de exportação.

Já, o Nordeste tem uma população densa, dado o processo histórico de ocupação do país com um baixo índice de mecanização. Este baixo índice é responsável por urbanização menos intensa na região, convivendo apenas com algumas manchas do meio-técnico-científico-informacional.

Desta forma, se “[...]as aglomerações são numerosas, a urbanização é, de modo geral, raquítica. São causas e consequências da fraqueza da vida de relações, formando um círculo vicioso”(SANTOS; SILVEIRA, 2008 ,p. 272)

Por fim, a Amazônia, também, apresenta baixa densidade técnica. Sua população é rarefeita e concentra-se em manchas de urbanização, sobretudo em Manaus e Belém. Esses núcleos urbanos apresentam-se como nexos importantes do processo de globalização. Ao mesmo tempo, convive com práticas econômicas de tempos lentos, as atividades tradicionais. Diferentemente do restante do país, apresenta destaque nos fluxos aéreos e hidroviários. Os quatro “brasis” apresentam-se da seguinte forma:

MAPA 14 – Brasil: Divisão regional – Milton Santos

Fonte: GUIMARAES, apud MORAES; ARAIS, 2002, s/n

O objetivo deste breve capítulo é apresentar uma gênese das divisões regionais do Brasil, observando seus critérios de análise, suas propostas teóricas e metodológicas. Fica, portanto a notória complexidade do tema. Ao mesmo tempo, podemos apontar algumas conclusões. A primeira, é que a divisão em “regiões naturais” ainda é um fator importante para a maior parte das divisões regionais. As cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Centro –Oeste, Sudeste e Sul) são muito utilizadas. Em alguns casos são transformadas em três grandes áreas.

Desta forma, a diferenciação das abordagens regionais não se dá pelas grandes regiões, mas sim, pelos critérios, pelos processos teóricos e metodológicos e, sobretudo nas divisões sub-regionais.

2.3) A paralisia da interpretação do Nordeste para a História

Em, *Seca e migração do NE: Reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica*, Isabel Cristina M. Guillen analisa dois temas muito presentes na história da região Nordeste: migração e seca. Guillen analisa as possibilidades do processo migratório e busca criticar a naturalização de seca e migração como fenômenos históricos

Quando se trata de migração nordestina, tudo se passa como se fosse uma decorrência econômica e social natural, levando-se em conta a construção imaginária do tripé Nordeste/ seca/ migração. Essa construção imaginária "destina" ao homem nordestino a condição de migrante, pobre e flagelado. (GULLIEN, 2001 p.2)

As correntes migratórias não estariam somente na região Nordeste. Outras porções do território participaram destes vários movimentos demográficos do século XX. As motivações, também, não estariam justificadas apenas pelo fator climático, a seca. A busca por trabalhos em regime formal, a dificuldade cotidiana da vida rural (as distâncias, o contato com outras áreas, presença de escolas multiserriadas e de Ensino Fundamental I) constituem outros elementos para a migração.

De certo modo, essa representação social contribui para criar a invisibilidade histórica em torno do migrante, deslocando as questões para outros campos que não favoreciam o surgimento de uma história social que os incluísse. A discussão que proponho caminha em direção oposta, e se abre no sentido de entender que migrar não é uma via de mão única, e não há homogeneidade de objetivos entre os que migram, nem das condições sociais para migrar. Em suma, não há destinação. E tampouco migrar se constituiria necessariamente numa fatalidade. (GULLIEN, 2001 p.2)

A história do sertão não está ligada somente à causa ambiental. Faz parte de um cenário muito mais amplo. Com falta de políticas públicas, planejamento,

extensão técnica rural e uma classe política capaz de organizar a emissão de recursos federais em benefício próprio

É frequente na historiografia da seca encontrarmos afirmações do tipo: "o problema da seca e das migrações no sertão nordestino é histórico." O que significa nesse contexto ser histórico? Há duas possíveis leituras dessa adjetivação - em primeiro lugar, é o que ocorre com frequência há muito tempo e, em segundo lugar, trata-se de um problema social que não tem solução. Histórico nesse caso tem o significado de permanência. É nesse sentido que a falta de solução para o problema da seca é histórico, os problemas políticos são históricos, ou seja, os políticos é que sempre saem lucrando com a seca, a ausência de políticas públicas e a falta de recursos do governo federal para solucionar os problemas do sertão são históricas... O histórico é de tal forma banalizado que acaba por transformar o semi-árido em uma região aparentemente sem história, dadas a permanência e a imutabilidade dos problemas. "Como se com o decorrer das décadas nada tivesse se alterado e o presente fosse um eterno passado." (GULLIEN, 2001 p.3)

A naturalização do problema da seca anula os agentes sociais e a própria história do sertão. A interiorização do Nordeste, pelo vale do São Francisco, teve intensa ocupação. Atividades como gado bovino, produção de algodão, conexões com os portos de Parnaíba, Recife, Alagoas e Pernambuco são fases desta ocupação. O problema da seca ganha intensidade no século XIX com a posterior organização do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) que já previa a transposição do São Francisco.

Gullien, destaca a **paralisia da história** (grifo da autora) ao problematizar o sertão como um eterno fornecedor de matéria-prima e uma área sem agentes sociais. Para compreensão da estrutura economia e a dinâmica demográfica é preciso abandonar a ideia de que a seca é uma limitação ambiental sempre existente com a função de repulsão populacional e economia de subsistência.

Quando se pensa sobre a trajetória das pessoas na região do semi-árido, há uma quase que **paralisia da história**: nada muda, é sempre a mesma coisa, as mesmas propostas recorrentes, as mesmas medidas, etc. Nesse sentido, quando afirmam que a pobreza e a migração são históricas, parece-me que se lhes dispensa o mesmo tratamento dado às secas, ou seja, busca-se naturalizar um dado que

é social. Ser histórico não é ser natural, nem sequer remete ao fim dos tempos e, principalmente, não que dizer que sempre foi assim. Acima de tudo, que não há a obrigação, por ser histórico, de ser sempre assim. (GULLIEN, 2001 p.4)

Além da “paralisia histórica”, há uma grande contribuição para o entendimento da região Nordeste pelo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Durval Muniz de Albuquerque. Ele desenvolveu sua tese de doutoramento para compreensão da construção do Nordeste enquanto ideia, o que incluiria uma identidade regional por meio das músicas, dos romances regionalistas da segunda fase do modernismo, da virilidade. Sua obra é intitulada *A invenção do nordeste e outras artes*.

Para Muniz, o conceito de Nordeste é um campo de visibilidade e apagamento da multiplicidade. Em sua análise, o *Manifesto regionalista*, escrito por Gilberto Freyre, fundamentou a construção de *imagético-discursiva* (grifo do autor) do Nordeste. As instituições derivadas da mentalidade do manifesto regionalista serão Ariano Suassuna e Luis Gonzaga.

A procura por uma identidade regional nasce da reação a dois processos de universalização que se cruzam: a globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais, provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado. A identidade regional permite costurar uma memória, inventar tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente e passado, que atribuem um sentido a existências cada vez mais sem significado. O “Nordeste tradicional” é um produto da modernidade que só é possível pensar neste momento (ALBUQUERQUE, 1999, p.77)

Albuquerque (1999) sustenta que a invenção do Nordeste é uma resposta aos processos de inserção na economia globalizada com novas escalas de relação de produção, choque culturais e novas territorialidades comerciais. Para tanto, faz uma análise dos romances, músicas e das artes em geral, convergindo para um espaço não físico, mas um espaço da saudade, cunhado pelo autor de unidade *imagético-discursiva*, com características pré-

capitalistas, dotadas de uma ruralidade eterna, fora das relações econômicas e da organização do espaço brasileiro do século XX.

Não é à toa que as pretensas tradições nordestinas são sempre buscadas em fragmentos de um passado rural e pré-capitalista; são buscadas em padrões de sociabilidade e sensibilidade patriarcais, quando não escravistas. Uma verdadeira idealização do popular. Da experiência folclórica, da produção artesanal, tidas sempre como mais próximas da verdade da terra. (ALBUQUERQUE, 1999, p.77)

Com início em Gilberto Freyre, outros intelectuais e artistas deram fundamento para construção da ideia de Nordeste. Muniz não está em busca do “Nordeste real”; seu problema é construir a gênese desta unidade *imagético-discursiva*. Esta construção se afirma por autores do século XX.

Esta construção do nordeste será feita por vários intelectuais e artistas em épocas também variadas. Ela aparece desde Gilberto Freyre e a “escola Tradicionalista de Recife”, da qual participam autores como José Lins do Rego e Asceno Ferreira, nas décadas de vinte e trinta[do século XX], passando pela música de Luiz Gonzaga, Zé Dantas e Humberto Teixeira, a partir da década de quarenta[do século XX], até a obra teatral de Ariano Suassuna, iniciada na década de cinquenta. Pintores como Cícero Dias e Lula Cardoso, o poeta Manuel Bandeira, os romancistas Rachael de Queiroz e José Américo de Almeida, embora guardem enormes diferenças entre si, possuem em comum esta visão do Nordeste e dele são construtores. (ALBUQUERQUE, 1999, p.78)

Como resposta ao processo de inserção do Brasil na lógica da economia internacionalizada, do intenso processo de urbanização das grandes cidades (inclusive nordestinas) o Nordeste é retratado como o inverso deste processo. Os ciclos correspondem ao tempo da natureza. Não se trata de uma subordinação do controle do tempo da natureza como as técnicas podem realizar nos processos produtivos modernos.

Ao encontro da afirmação de “paralisia da história” de Isabel Gullien, o sertão será retratado como um lugar parado no tempo. Sem encontro com a técnica, fadado a sua organização rural e de subsistência. Aos poucos, este

discurso supera a ideia de sertão e vai ganhando a expressão de todo o Nordeste.

Até nas músicas de Luis Gonzaga esta consciência do caráter dilacerador do tempo, essa visão moderna da temporalidade, cede lugar, várias vezes, a uma visão cíclica, que advém da própria imagem da região estar muito próxima da natureza. Um Nordeste onde o tempo descreve um círculo entre seca e inverno. Tempo do qual participam não só os homens, mas os animais, as plantas, até os minerais. Uma região dividida entre os momentos de tristeza e de alegria. Mesmo para quem dela sai, o migrante, o Nordeste aparece como este espaço fixo da saudade. O Nordeste parece estar sempre no passado, na memória; evocado como espaço para qual se quer voltar; um espaço que permaneceria o mesmo. Os lugares, os amores, a família, os animais de estimação, o roçado, ficam como que suspensos no tempo a esperarem que um dia este migrante volte e reencontre tudo como deixou. Nordeste, sertão, espaço sem história, infenso às mudanças. Sertão onde a fogueira ainda esquentava o coração, sem rádio e sem notícias das civilizadas. (ALBUQUERQUE, 1999, p.83-84)

À medida que este discurso do Nordeste vai se consolidando como espaço que se paralisou na História e não é palco de transformações sociais, resta a aceitação de cumprir seu destino, suas injustiças, sua seca. O discurso não é progressista, mas conservador. O seu problema ambiental, sempre dependerá da imprevisível natureza que oferecerá uma possibilidade de chuva para a permanência da subsistência.

Este Nordeste é uma máquina imagético-discursiva que combate a autonomia, a inventividade e apoia a rotina e a submissão, mesmo que esta rotina não seja o objetivo explícito, consciente de seus autores, ela é uma maquinaria discursiva que tenta evitar que os homens se apropriem de sua história, que façam, mas sim que vivam uma história pronta, já feita pelos outros, pelos antigos; que se ache “natural” viver sempre da mesma forma as mesmas injustiças, misérias e discriminações. Se o passado é melhor que o presente e ele é a melhor promessa de futuro, caberia a todos se baterem pela volta dos antigos territórios esfacelados pela história. (ALBUQUERQUE, 1999, p.85)

Ao mesmo tempo em que a paralisia domina o cenário da região Nordeste, o Sudeste, sobretudo São Paulo, vai tomando para si a missão de locomotiva da nação, do lugar dos fluxos, econômicos, informacionais,

aeroviários, demográficos. Os papéis atribuídos a estas duas regiões vão ganhando cada vez mais notoriedade e aceitação.

O Brasil seria um país cindido entre a inteligência do Sul, mais bem aparelhada em seus conceitos de realidade; e, de outro lado, o “nortista”, fantasioso, imaginoso e sensitivo, delirante e compadecido. Razão e sentimento, dilema em que se cindia a identidade nacional, representada pela divisão entre suas duas regiões. Para Menotti del Picchia, o paulista era aventureiro, autônomo, rebelde, libérrimo, com uma feição perfeita de dominador de terras, emancipando-se da tutela longínqua e afastando-se do mar, investindo nos sertões desconhecidos. Já o sertanejo nordestino, em luta aberta com o meio, era extremamente duro, nômade e mal fixo à terra, sem capacidade orgânica para estabelecer uma civilização mais duradoura. (ALBUQUERQUE, 1999, p.104)

A representação de São Paulo é afirmada pela negação dos valores atribuídos pela ideia de Nordeste. O estado do Sudeste é contrário à cultura popular, ao rural, ao artesanal, às pequenas cidades. O racionalismo, a cidade sóbria, cinza, ligada ao progresso econômico se fortalece. São Paulo não é mais o lugar da cultura caipira. Torna-se a principal referência da organização econômica do país.

Ao comparar imagens utilizadas nos materiais de Geografia do Ensino Fundamental II, no capítulo quatro, é possível notar que as características destas regiões ainda permanecem presentes. O Nordeste estagnado e o Centro-sul ou Sudeste como personificação do progresso.

São Paulo é visto, na maioria das vezes, como área da cultura moderna e urbano-industrial, omitindo-se sua cultura tradicional e a realidade do campo. Já o nordeste se verifica o inverso. Este é quase sempre pensado como região rural, em que as cidades, mesmo sendo desde longa data algumas das maiores do país, são totalmente negligenciadas, seja na produção artística, seja na produção científica. As cidades nordestinas, quando tematizadas, parecem ter parado no período colonial são abordadas como cidades folclóricas, alegres, cheias de luz e arquitetura barroca. Já São Paulo é vista como uma cidade que já passou do burgo pobre, feio, triste e sem luz do período colonial, para a cidade moderna, rica, movimentada, multicolorida, polifônica e cheia de luminosidades contemporâneas (ALBUQUERQUE, 1999, p.104-105)

O Nordeste torna-se mais mítico e sertanejo. As sub-regiões conhecidas como Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte vão cedendo espaço para uma unidade da ideia de Nordeste. O sertão torna-se “coração do Nordeste”, lugar do coronel, do cangaço, do profeta. É o lugar das subjetividades, frente ao sudeste do progresso.

Um sertão que é Nordeste, espaço mítico já presente na produção cultural popular, no cordel e em romancistas do século XIX, como Franklin Távora e José de Alencar, sistematizado definitivamente por Euclides da Cunha e, agora, agenciado para representar uma região. O sertão deixa de ser aquele espaço abstrato que se definia a partir da “fronteira da civilização”, como todo o espaço interior do país, para ser apropriado pelo Nordeste. Só o nordeste passa a ter sertão e este passa a ser o coração do Nordeste, terra da seca, do cangaço, do coronel e do profeta. “A negação do Brasil verde, do Brasil aquático, do, do Brasil de jardins amáveis. Terra angustiada pelo sol, gretada pela decomposição violenta, esboroada, desfazendo-se nos pés dos redemoinhos.” (ALBUQUERQUE, 1999, p.117)

Essa unidade da ideia de Nordeste é assinalada pelo fim da heterogeneidade da língua. Muniz destaca a evidência de um “falar nordestino” que anula as diferenças linguísticas da região.

Essa realidade devia ser dita em sua própria linguagem, com sua própria língua. O regionalismo tradicionalista terá como uma de suas empresas resgatar o linguajar regional, estabelecer uma “língua regional”. O “falar nordestino” começa a ser sistematizado nestes romances e será, posteriormente, alvo de estudos de folcloristas, linguistas, glotólogos e etnógrafos. Esse “falar nordestino” se constitui, na elaboração paulatina de uma língua imaginária, um sotaque imaginário que abarcaria todo o regional, desconhecendo as variações de pronúncia e usos linguísticos do Nordeste. O romance de trinta tinha a preocupação de superar a visão exótica do falar regional, tomando-o como um material a ser trabalhado e como um meio de se construir um material a ser trabalhado e como um meio de se construir um novo falar “culto” (ALBUQUERQUE, 1999, p.117)

Em outro campo de estudo, Iná Elias de Castro, desenvolveu uma pesquisa acerca do discurso e prática do regionalismo nordestino. Em sua tese de doutoramento, analisou a prática parlamentar dos políticos do Nordeste. Em certa medida, é possível vincular a formação de identidades de um Nordeste dos

políticos, conforme a tese levantada por Albuquerque, de uma região que reage aos processos da expansão espacial da economia.

A necessidade de maior articulação com o território nacional, de participar do processo de expansão da economia, produziu um grupo político coeso capaz de intervir em escala federal.

As regiões, percebidas como espaços geográficos, constituem, na realidade, territórios diferenciados e interligados por importantes fluxos demográficos, econômicos e de poder. A articulação regional pode ser mais ou menos equilibrada. Quando menos, maiores os conflitos. Maiores conflitos ameaçam a integridade do Estado e impõem-lhe a necessidade de intervenção. Portanto, a mobilização regional qualquer que seja o seu caráter, tem claras implicações para o sistema político (CASTRO, 1992, p.15)

A autora também destaca o crescimento econômico do espaço nordestino. Porém, chama a atenção para pouca alteração das relações sociais e políticas. A permanência das condições estruturais (política e social) da região Nordeste decorre da preservação da estrutura de poder de suas elites

Ao mesmo tempo, a região foi sendo marcada pelos avanços econômicos, espacialmente diferenciados.

Com relação à Região Nordeste, uma análise das características sociais e econômicas indica que apesar da modernização e do avanço de setores da economia regional nas últimas décadas, suas questões sociais e políticas permaneceram pouco alteradas. Esta situação coloca uma questão mais geral, ou seja, aquela dos processos que definem ritmos e profundidade de mudanças econômicas e sociais, de modo espacialmente diferenciado. (CASTRO, 1992, p. 17)

Com a materialização da expansão econômica, as elites tradicionais da região Nordeste realizaram estratégias com base em suas vantagens históricas, como o latifúndio, os dividendos do rentismo, ou até mesmo enquanto industriais da seca. (CALLADO, 1960)

O problema a ser analisado refere-se em particular, às estratégias da elite nordestina para preservar o *status quo* politicamente favorável à sua posição na sociedade local. Tomamos então como ponto de partida a existência de uma elite regional, historicamente beneficiária das condições estruturais da região, sejam estas socialmente vantajosas ou problemáticas. Subsequentemente, o Nordeste é tratado como um *locus* de elaboração e ação política que se materializa na organização do espaço regional. (CASTRO, 1992, p. 17)

Para a análise do termo elite, foi proposta a definição de classe de Gaetano Mosca, em sua obra *The ruling class*, de 1939. A elite pode ser definida como a classe que dispõe dos meios de acelerar ou retardar processos de mudança social. Daí a importância de pesquisar o comportamento parlamentar, com seus desejos e práticas no cenário federal.

O campo de lutas políticas sempre estará marcado por interesses econômicos. Há uma fusão dos dois campos. Ao perceber os interesses da bancada nordestina no Congresso Nacional, as intenções esclarecem-se.

Como ponto de partida dos pressupostos elitistas, está a aceitação da assimetria nas relações sociais, sejam de caráter político e econômico. Portanto, trabalhar empiricamente com o conceito de elite significa trabalhar teoricamente com diferenças sociais, ou seja, com níveis hierárquicos de poder na sociedade. Como relações sociais assimétricas são conformadas pela distribuição desigual do poder econômico e político, o conceito de elite contém, implicitamente, uma qualificação de poder, no qual o político e o econômico interagem e se reforçam.[...] classe que dispõe, em um dado momento histórico, dos meios de acelerar ou retardar os processo de mudança social.(CASTRO, 1992, p. 28)

Contudo, a formação de uma região não está pautada na vontade de uma elite. É fundamental a construção de uma identidade. A base para a formação dessa identidade deste discurso regional do Nordeste, Iná utiliza os conceitos de topofilia de Bachelard na obra, *A poética do espaço*, e enraizamento de Jean Brunhes, em *Geografia Humana*.

A topofilia está ligada ao espaço vivido (LEFEBVRE, 2000) . Neste caso as mazelas ambientais, a pobreza, a fome, destacam-se como características do cotidiano do nordestino. Ainda que não seja uma condicionante para todos,

outros percebem estas características em seu entorno. É a identidade primária, base a construção coletiva de região Nordeste.

Queremos dizer que há em termos de relação homem meio/meio, dois níveis de identidade, um imediato, ou primário, estruturado individualmente, que podemos chamar de tofília, e outro estruturado coletivamente, na dinâmica das relações sociais, que caracterizara um espaço de vivência mais ampla, conformando uma identidade espacialmente maior, que seria a região .(CASTRO, 1992, p. 32)

Ainda que o objeto de estudo da autora seja a prática política, a formação de uma região e identidade do Nordeste é construída. Suas características regionais estão no campo semântico, de forma negativa: no atraso econômico, na luta pela sobrevivência, no cotidiano sertanejo. Por outro lado, no campo semântico positivo, destaca-se a cultura, a história. O uso oportuno destes processos identitários ocorre da necessidade do momento.

Em outra abordagem sobre a região Nordeste, o sociólogo Francisco de Oliveira nos dá outra conclusão sobre o que é a região no sistema econômico capitalista. Em sua obra, *Elegia para uma re(li)gião*, Oliveira estuda a expansão da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), enquanto um processo social (não se trata de luta de homens contra homens) de expansão do capital.

A região é fundamentada enquanto parte da reprodução do capital e da divisão territorial do trabalho. Um desdobramento da economia mundial que acabaria por homogeneizar as regiões de diferentes tendências econômicas. Em linha de investigação marxista, outros modos de produção seriam implodidos frente ao avanço do modo de produção capitalista e suas respectivas relações de produção.

Assim, as distinções das regiões estariam muito menos ligadas às características físicas, como: clima, relevo, hidrografia, entre outros. O recorte regional estaria condicionado a divisão territorial do trabalho.

“Desse ponto de vista, podem e existem “regiões” em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômico de base capitalista, existe uma

tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer “as regiões”, no sentido proposto por esta investigação” (OLIVEIRA, p. 27, 1977)

O ponto de partida da obra, *Elegia para uma (re)ligião*, está na função de planejamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. Para Oliveira, a categoria de desequilíbrio regional não é um caminho para o desenvolvimento do Nordeste.

O marco teórico dessa investigação recusa, pelas considerações já expostas, a compreensão da emergência do planejamento regional no Nordeste do Brasil sob o enfoque dos “desequilíbrios regionais” para examiná-los sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil. (OLIVEIRA, p. 25, 1977)

O papel da SUDENE reside na expansão das várias escalas da economia no Nordeste, desde os capitais excedentes da própria região aos investimentos do “Sul” e da economia global. Os setores agropecuário e, sobretudo, o industrial são o foco do planejamento proposto pela SUDENE.

Sua definição de região abandona os fundamentos geográficos e adota a principal característica como um reflexo da divisão territorial do trabalho. O Nordeste seria um exemplo da expansão do planejamento (no sentido espacial) do modo de produção capitalista. Vale lembrar que o contexto da obra é o mundo bipolarizado. Desta forma, há a comparação entre o modo de planejamento espacial do capitalismo e do socialismo.

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de parecer no produto social e nos pressupostos da reposição. Tal especificidade é passível de determinação rigorosa, no contexto metodológico e teórico esposado por esta investigação. [...] A especificidade de cada “região” completa-se, pois num quadro de referências que inclua outras “regiões”, com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção; pelo menos quando se está em presença de uma “economia nacional”, que globalmente se reproduz sob os esquemas da reprodução ampliada do capital, é que o enfoque adotado, de *diferenças na divisão regional do trabalho* (OLIVEIRA, p. 29, 1977)

Com a intensificação da expansão econômica, o Nordeste seria mais um exemplo da divisão territorial do trabalho. Sua função estaria ligada a economia nacional e globalizada. Desta forma, caberia as regiões as diferenças culturais. Estas diferenças também acabariam, dado o processo da Indústria Cultural.

[as contradições da expansão capitalista no Brasil] indica, no final, uma redefinição do próprio conceito de região num sistema de base produtiva capitalista e talvez até uma completa desaparecimento destas “regiões”.]afinal de contas, qual é a diferença essencial ,num país capitalista plenamente desenvolvido como os Estados Unidos da América do Norte, entre a Califórnia e New York, entre Michigan e a Nova Inglaterra? À parte certas diferenças que chamamos aqui de “culturais” – e que a própria evolução capitalista, sob forma das comunicações, da televisão, da indústria “cultural” em suma, se encarrega de dissolver – na essência do movimento de reprodução do capital, na estruturação das classes sociais, não há mais “regiões” no país norte-americano; há *zonas de localização diferenciada* de atividades econômicas. (OLIVEIRA, p. 26, 1977)

Ainda, na oposição Nordeste vs Sudeste/Sul, as regiões assumem características em sua função de divisão territorial do trabalho. As contradições da reprodução do capital personificam-se nas regiões. Uma em processo de crescimento e outra em estagnação. Porém, esta é uma falsa contradição para Oliveira.

O processo de expansão da economia capitalista, por ser contraditório, terá nas regiões as funções complementares. O Nordeste como fornecedor de mão de obra, com seu *exército industrial de reserva*, também recebe investimentos da expansão do capital, materializando-se neste espaço. Ao passo que o Sudeste/Sul podem pressionar os salários para baixo, dado a mão de obra vinda do Nordeste, e reinvestir seus capitais em outras espacialidades. O conflito inter-regional, para Oliveira, torna-se falso.

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma ou, pelo menos, nas duas principais “regiões” do país, sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho *no conjunto do território nacional*, começam a aparecer como conflito em duas regiões, uma em crescimento, outra em estagnação. E nesse

contexto, e tendo por objetivo explícito a atenuação ou pelo menos a contenção da intensificação das disparidades regionais, a correção dos “desequilíbrios regionais” que nasce o planejamento regional para o Nordeste. A SUDENE, sua forma institucional é uma espécie de revolução de 30 defasada de pelo menos duas décadas: seu surgimento, segundo um diagnóstico muitas vezes equivocado – matéria para discussão em outra parte deste trabalho- incorpora elementos do falso conflito inter-regional (OLIVEIRA, p. 37, 1977)

Estes exemplos apontam a complexidade de abordagem do conceito de região. Este não pertence só a Geografia, é polissêmico. Além disso, na produção do conhecimento geográfico, encontraremos várias propostas teóricas-metodológicas sobre região.

“o texto não-verbal é mudo porque não agride nossa atenção. O hábito de atuar nos mesmos espaços e ambientes faz com que eles sejam cada vez mais iguais e imperceptíveis. Ora, não se lê o homogêneo” (FERRARA, 1986 p. 23)

Capítulo 3- Uma análise semiótica das imagens dos capítulos sobre Nordeste.

Este capítulo está ligado à parte empírica desta dissertação. Elementos básicos da teoria da comunicação como significante, significado, signo, código, emissor, destinatário serão conceituados.

Também, outros conceitos da semiótica serão apresentados, como: contextualização, dominante e estranhamento. Estes são fundamentais para leitura do não verbal. Este campo simbólico irá apontar para imagens de um Nordeste ainda ruralizado, arcaico, como baixas relações escalares, como se verá adiante.

Os gráficos construídos ao fim de cada análise têm suas referências nos anexos, que se encontram no final desta dissertação.

3.1) A formação da contextualização

Os capítulos um e dois são fundamentos para a compreensão das várias interpretações do Nordeste. Seus recortes espaciais, sua gênese histórica-geográfica, as impressões do senso comum são formas de contextualizar o significado do objeto de estudo, as imagens de Nordeste.

O conceito de *contextualização* foi retirado da semiótica e permite compreender a inserção das imagens na sociedade envolvida neste processo. A história, o senso comum, os preconceitos sobre o objeto são fatores presentes na condução da leitura das imagens.

Como um exemplo da formação do *contexto*, e outros fundamentos da semiótica, será feita a análise da capa da revista Veja, edição 2592, de 25/07/2018. A principal notícia, o aumento da mortalidade infantil no Brasil pela primeira vez nos últimos 26 anos, traz a obra “Criança morta” de Cândido Portinari.

Imagem 3 – “Até a isso voltamos” Capa revista veja

Fonte: Capa da revista Veja “Até a isso voltamos”. Edição 2592 - 25/07/2018.

Quadro: Cândido Portinari, criança morta.

O referido quadro faz parte da série, *Retirantes*, 1944, com exposição no Museu de Arte de São Paulo (MASP). O *site* desta mesma instituição faz uma análise por áudio (com vozes de crianças) sobre o quadro. Segue abaixo a transcrição deste áudio, com base no Projeto de estudo da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo¹.

Sobre o quadro *Criança Morta* (1944), de Candido Portinari:

Criança de, aproximadamente, seis anos de idade (A):

A: A obra conta uma história de vidas no sertão ...a vida é seca no sertão ... tem pouca água...a plantação morre...as pessoas passam fome...

Outra criança, também de, aproximadamente, seis anos (B):

B: algumas pessoas resolvem sair do sertão...procuram lugares com mais água...comida...e também uma casa para se abrigar...

Outra criança, um pouco mais nova que as demais (C):

C: essa família do sertão é tão sofrida que até uma criança morre de sede e fome...a pele está seco (sic)...os corpos estão magros e nem sapatos têm...aliás as roupas são rasgadas...

A criança B retoma a fala:

B: choram lágrimas que parecem chuva de granizo...o chão está tão quente que mal podem pisar...

Esta transcrição é construída com o tempo verbal sempre no presente. Não existe uma introdução sobre as transformações do sertão nordestino ou, até mesmo, de sua localização histórica, analisando sua temporalidade e seus agentes sociais. Por conseguinte, não é uma situação, mas uma condição de permanência, de eterna condição de migração e pobreza.

¹ Organizado pelos Profs. Dres. Dino Preti e Hudnilson Hurbano, o NURC tem como objetivo estudar aspectos organizacionais, estruturais e linguísticos da língua falada, ou da norma linguística urbana culta praticada pelos usuários da cidade de São Paulo, por meio da modalidade oral, ou da escrita na interface com a oralidade. A partir de gravações dos falantes da capital e do interior, estudam-se as variantes da Língua em suas conversas.

Trata-se de uma visão que nos leva ao senso comum. Há tempos, é sabido que o problema do sertão nordestino não é tão somente uma ecologia de evapotranspiração negativa. A repulsão populacional não abarcou só o sertão e inclui as outras sub-regiões de Manuel Correa de Andrade (1967), como a Zona da Mata, Agreste e Meio Norte.

Na busca por uma melhor condição de vida, estes brasileiros vindos de “todo canto” do Nordeste como, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia ganharam o rótulo de “nordestinos”, “povo do Norte”, “nortistas”. Não se trata, por exemplo, de um alagoano, vindo da zona da mata, que não é oriundo de um ambiente seco.

Ainda, a recepção destes migrantes tem efeitos contemporâneo presentes na análise sociolinguística dos termos “coisa de baiano” em São Paulo, ou “paraíba” no Rio de Janeiro. O campo semântico destas expressões “coisa de baiano” ou “paraíba” carregam um conteúdo de negatividade, de não-identidade, de desaprovação com relação à população do “Sul”/ “Sudeste”.

Como quase sempre acontece, o Nordeste da SUDENE assume os contornos da ideologia da classe dominante da “região” da indústria: desde que os movimentos migratórios do Nordeste para São Paulo ganharam força e identidade, os migrantes de todos os Estados do Nordeste e mesmo os dos Estados do Norte são apelidados em conjunto de “bahianos”(OLIVEIRA, 1977, p.38)

Com referência a isso, podemos entender como uma obra de arte da década de 1940 pode ser colocada sem nenhuma crítica na capa da revista com a maior circulação do país.

Este espaço sofreu profundas transformações, sobretudo com um intenso processo de urbanização, que não mais permite uma análise apenas rural acerca dos problemas sociais do Nordeste. É possível perceber a mudança do discurso verbal nos livros didáticos com relação ao espaço Nordestino. Porém, a leitura não-verbal ainda carrega traços como a capa da revista *Veja*.

A reportagem faz o levantamento de mais uma tragédia da “epopeia” brasileira, o aumento da mortalidade infantil. O alerta feito pela reportagem tem toda a legitimidade e revolta qualquer pessoa que visa ao bem comum. Não se trata de uma análise da credibilidade ou não deste veículo de comunicação, mas sim, de uma leitura não-verbal de sua capa.

A primeira relação entre a capa e o *dominante* (a principal característica da imagem) que a população carrega sobre o quadro é que o sertão é mais uma vez protagonista da situação de miséria no Brasil. Cabe lembrar que a demografia do sertão é muito menor que a população da chamada zona da mata ou das grandes capitais nordestinas.

Além disso, a legenda “Até a isso voltamos”, com fonte de letra muito grande, apenas perdendo em tamanho para a marca da revista (VEJA), revela a *dominante* do sertão. Este é tratado com negatividade, como lugar do passado, como vergonha, como miséria, com graves problemas sociais.

Os personagens choram granizo, o solo é tão quente que não é possível colocar os dois pés no chão, não há solo (há desagregado de minerais), não há bioma, não há a tradicional riqueza natural (turística) do Nordeste.

No entanto, esta associação entre o sertão e o aumento de mortalidade infantil no Brasil é desautorizada pela própria reportagem em questão. O município com a maior taxa registrada está na zona metropolitana de Fortaleza. Aquiraz tem 24,9 óbitos de crianças a cada grupo de 1000 nascidos (VEJA, 2018, edição 2592, p.60). Em outra escala, a capital com a maior taxa, é Macapá com 17,75 óbitos de crianças a cada grupo de mil. A reportagem ainda cita problemas no complexo do alemão, na cidade do Rio de Janeiro, e o município litorâneo de Ilhéus.

Portanto, deve-se problematizar porque a escolha de uma obra que retrata uma triste história de migração forçada de milhões de pessoas com a taxa de mortalidade infantil em centros urbanos. Ademais, deve-se ressaltar que o grave problema de saneamento básico, presente no processo de urbanização brasileira, é um dos maiores responsáveis por tristes números.

A legenda “Até a isso voltamos” perde o sentido. Não há êxodo urbano para o sertão. Há falta de políticas públicas básicas, sobretudo saneamento básico, em espaços urbanos.

3.2) Fundamentos da semiótica para a leitura de imagens

Para a ordenação da leitura não-verbal pela via semiótica, faz-se necessário a fundamentação de alguns conceitos. Neste primeiro momento, há o levantamento dos conceitos de código (JAKOBSON, 2003), significante e significado (SAUSSURE, 1973)

A base para qualquer sistema linguístico está no código, remetente e o destinatário. Para o envio de qualquer mensagem por meio físico ou não, há sua codificação e decodificação realizada pelo destinatário. A comunicação não pode ser efetiva se uma das partes não é capaz de entender o código.

No caso da problematização desta pesquisa, o código se dá pela língua portuguesa e, no caso das imagens, o código visual, sendo os livros didáticos responsáveis pela formação da mensagem para os alunos do Ensino Fundamental II. Cabe lembrar que essa é uma introdução de um processo muito complexo da comunicação.

A linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções. Antes de discutir a função poética, devemos definir-lhe o lugar entre as outras funções da linguagem. Para se ter uma idéia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo processo linguístico, de todo ato de comunicação verbal, O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (Ou "referente", em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. (JAKOBSON, p.122-123)

Além do código, uma das partes iniciais do processo comunicativo, tem-se a produção do signo. Este é o resultado da relação entre significante e significado. Para tanto, segue a conceituação de significante e significado trazido pelo linguista Ferdinand de Saussure em sua obra *Curso de Linguística Geral*.

Para Saussure, quando pronunciada a palavra árvore (significante) dentro de um sistema de comunicação com o mesmo código, há representação para o destinatário da ideia de árvore (significado). O destinatário irá construir a representação da ideia de árvore a partir de suas referências culturais. A esta relação entre significante e significado dá-se o nome de signo:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som, a representação que dêle nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chama-la "material", é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (SAUSSURE, 1973 p.80).

Imagem 4 – Significante e Significado em Saussure

Fonte: SAUSSURE, F. Curso de linguística geral 1973 p.80-81.

Com base na imagem 4, há a relação entre o significado e o significante. Estas construções dependem da formação cultural, histórica, espacial e outras referências antrópicas de um grupo social. Com base em uma referencial

geográfica, por exemplo, os significantes de árvores assumiriam relações completamente diferentes dado os vários biomas que se encontram no mundo.

Assim, a construção dos signos, dependem da lógica social na qual o remetente, destinatário estão inseridos. O significante “Nordeste” terá, então, seu significado. Este irá se constituir, representar, a partir dos referenciais que o remetente terá sobre este conceito. Neste caso, trata-se do aluno do sétimo ano do Ensino Fundamental II, que ficará com a tarefa de dar o significado de Nordeste. Mais uma vez, isto dependerá dos referenciais que o destinatário terá, para a formação de suas ideias.

Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro. Quer busquemos o sentido da palavra latina arbor, ou a palavra com que o latim designa o conceito "árvore", esta claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade, e se possa imaginar, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar(SAUSSURE, 1973,p.80)

Estes conceitos são fundamentais para a análise da comunicação. No caso da comunicação não-verbal, há outros conceitos que deverão ser analisados. Para isso, foi feito um levantamento de conceitos de autores da semiótica que analisam a leitura não verbal. As duas principais referências são, “Leitura sem palavras”, de Lucrécia D álessio Ferrara e “Semiótica Visual”, de Antonio Vicente Pietroforte. Este último será base para a análise de imagens comparadas no próximo capítulo.

Ferrara (1986) desenvolve sua análise da leitura não-verbal pelo fundador da semiótica Charles Sanders Peirce. Seus estudos sobre a lógica da linguagem deram origem ao termo semiótica

O modo dessa representação, essa linguagem e sua lógica constitutiva terminam por ser o elemento de comunicação do sistema socioeconômico-cultural: o modo de representação é o significado do próprio sistema. Logo, ao lado do social, do econômico e do cultural,

a estrutura informacional constitui um dos elementos básicos de apreensão do real. (FERRARA, 1986, p.6)

A organização da leitura, pode ser realizada sem o processo escrito. Desta forma, procedemos a leitura sem palavras. Esta exige outras estratégias para sua compreensão e não segue a lógica da leitura verbal.

Na leitura verbal, é realizado um encadeamento lógico do processo de escrita. Há uma ordem de explicação, ordenamento, regras de sintaxe, busca por uma semântica. Estas estruturas nem sempre estão presentes na leitura não-verbal.

Entretanto essa estrutura informacional não precisa ser nem é exclusivamente verbal. O traje usado para cobrir o corpo, o meio de transporte adotado não são de ordem estritamente funcional, ao contrário, dizem, sem palavras, nossas preferências, explicitam nossos gostos. Escolher cores, modelos, tecidos, marcas significa expectativas socioeconômicas, mas sobretudo revela o que queremos que pesem de nós; aquelas escolhas representam, são signos da auto-imagem que queremos comunicar. Estes signos falam sem palavras são linguagens não-verbais altamente eficientes no mundo da comunicação humana. (FERRARA, 1986, 6-7)

A leitura não-verbal traz uma série de questões metodológicas e é necessário cuidado pelo receptor (destinatário). No caso do destinatário dos livros didáticos analisados, o leitor tem uma visão de mundo ainda muito restrita dada a sua faixa etária, há diminuição de seu espectro crítico sobre a contextualização, por exemplo. Além disso, a seleção de uma imagem que busca retratar uma totalidade, sempre será parcial. Por conseguinte, poderá produzir um estereótipo relativo a este objeto, como no caso do sertão nordestino. As ideias pretéritas sobre este lugar, também, poderão corroborar o significado proposto pela imagem.

visto que todo processo de comunicação é, se não imperfeito, certamente parcial. Assim, corrigindo, toda codificação é representação parcial do universo, embora conserve sempre, no horizonte da sua expectativa, o desejo de esgotá-lo. É dessa parcialidade e dessa expectativa que brotam o interesse e a pertinência da ação interpretante do receptor: uma ação interpretante sobre o modo de representação de uma linguagem é, necessariamente, uma relação entre a face do objeto realmente representada, a expectativa não exaurida dessa representação e os demais e eventuais modos ou possibilidades de representação. Toda ação interpretante é, pois, uma relação entre uma representação presente e outras representações possíveis, eventuais e virtuais. O resultado dessa relação é o significado de uma linguagem, ou seja, o significado é uma resultante de um modo de representação, é consequência e vem embutido no próprio modo de representação: uma íntima e indissociável aliança significante-significado. (FERRARA, 1986, p.7)

Um exemplo clássico desta relação pode se dar pelas imagens trabalhadas com relação ao espaço sertanejo e, além disso, uma ênfase muito grande na retratação deste espaço em detrimento de outros. É comum encontrar na lista de exercícios das coleções didáticas estudadas, imagens que reforçam uma visão monolítica, de um sertão paralisado no tempo seco e pobre:

Imagem 5 – Exercício, coleção espaço e vivência

Análise de imagem

O pintor brasileiro Candido Portinari (1903-1962) retratou na obra *Retirantes* (1959) o sofrimento do povo sertanejo. Observe a imagem ao lado.

- 1 Descreva a pintura de Portinari e indique os detalhes que você acha mais interessantes.
- 2 Que sentimento os personagens do quadro parecem estar demonstrando?
- 3 Na sua opinião, o que inspirou o artista na composição dessa obra?
- 4 De acordo com o que foi estudado neste capítulo, a migração dos nordestinos ocorre por causa de fenômenos da natureza, de ações da sociedade ou de ambos? Por quê?

Candido Portinari - Retirantes (1959). Coleção Espaço e Vivência. unidade IV

Fonte: ALVES, A.; BOLIGIAN, L.; GARCIA, W.; MARTINEZ, R. Geografia: espaço e vivência. p.101

Imagem 6 – Exercício, coleção projeto Apoema

a) Justifique a afirmação “viver no semiárido nordestino não é fácil”.

b) Que soluções você sugere para amenizar o problema da seca no Nordeste?

2. A palavra **retirante** se refere a uma pessoa que migra durante as grandes secas. Observe a tela reproduzida ao lado e justifique o título atribuído pelo artista para a obra.

1. a) Chove pouco e de forma irregular, há longos períodos de seca, o calor predomina na maior parte do ano, existe pouca água para abastecer a população. A fome e a sede são corriqueiras.
1. b) Resposta pessoal.
Integração dos reservatórios (águas represadas) com as adutoras por meio de canalização, assim como o reuso da água, a construção de cisternas, a utilização de águas do subsolo ou ainda a dessalinização são algumas possibilidades de resposta.

Jorge Di Farias, *Retirantes ao pôr do sol*, 2004. Acrílico sobre tela, 100 x 70 cm.

2. O aluno poderá fazer referência à seca, à pobreza e ao ambiente árido, entre outros.

Coleção particular. Recife

Fonte: MAGALHÃES, C. ; SOURIENT, L.; GONÇALVES, M.; RUDEK, R. Projeto Apoema p.125

Imagem 7 – Exercício, coleção Expedições Geográficas

Fonte: ADAS, M; ADAS,S Expedições Geográficas p.175

As imagens 5, 6 e 7 não contextualizam o problema da migração de centenas de milhares de pessoas que assolaram o Nordeste do século XX. A migração de retorno, estudada desde a década de 1990 (QUIROZ e BAENINGER, 2013) segue com pouco destaque nas coleções didáticas.

Destaca-se, ainda, que são lógicas imagéticas muito parecidas com a coleção *Retirantes*, de Cândido Portinari. Percebe-se o tempo verbal do presente nos exercícios em destaque. É uma condição de permanência e não se trata de uma conjuntura. É uma determinação de eterna condição de pobreza e necessidade de migração.

É necessário destacar que o sertão convive com diversos bolsões de pobreza. Contudo, novas relações econômicas, sociais, como a própria urbanização do sertão, devem ser abordadas.

Os exercícios ajudam a consolidar ideias do senso-comum, sobretudo do determinismo ambiental, não produzindo novos efeitos sobre o entendimento das várias representações do espaço nordestino.

Seguindo a análise para o melhor entendimento da leitura não-verbal, alguns pontos de diferenciação devem ser levantados. A leitura verbal está calcada na lógica da contigüidade. Ela consiste num ordenamento sequencial, formal na construção de seu sentido.

A experiência da cultura ocidental, que nos ensinou a operar e a associar por linearidade[s/v/o], capacitou-nos também a inferir, principalmente por contigüidade, de forma que qualquer elemento de um sistema é capaz de suscitar, despertar, em nossa mente, todo o conjunto de que faz parte: assim um específico sinal de trânsito em relação a todo o código de sinalização viária, por exemplo. É o hábito da associação por contigüidade que orienta toda a cultura ocidental (FERRARA, 1986, p.9-10)

Já a leitura não-verbal é completamente dependente de uma rede de relações que ocorrem de forma simultânea e dependem o conhecimento do receptor. Desta forma, para a leitura não-verbal é necessário adotar a prática da similaridade

A leitura das imagens é processada de forma aleatória por parte do leitor. Dependerá de suas referências, a exemplo dos exercícios utilizados, além da imagem representada e a forma como constrói a rede de relações presentes no objeto não-verbal.

Ao lado de Hume, Charles Sanders Peirce, ao estudar a produção do conhecimento a partir de inferências associativas, caracterizou que:

1) a associação por similaridade não é uma subclasse da associação por contigüidade, conforme insinuava a Psicologia na sua época; 2) ao lado da associação por contigüidade, há também uma outra patente associativa: a similaridade; 3) contigüidade e similaridade se cruzam e talvez até se confundam, assim como a experiência quotidiana com produções mais complexas da mente humana, como a consciência da linguagem. A associação por similaridade sugere claramente que, ao lado do verbal falado ou escrito, a comunicação humana utiliza outros

recursos expressivos que se agrupam ou se compõem com o próprio verbal, mas cuja constituição só pode ser apreendida se superarmos a lógica da associação por contigüidade.(FERRARA, 1986,p.9-10)

Portanto, a leitura não verbal consiste no abandono de uma lógica de contigüidade, pautada em uma sequência, num encadeamento semântico. A similaridade é a forma como é realizada a leitura não-verbal. As redes de relações, os pontos de identificação do leitor com a imagem são elementos que marcam este procedimento metodológico.

3.3) A leitura não-verbal do Nordeste:

Com referência leitura por similaridade, adotou-se três conceitos para a leitura não-verbal: o processo de *contextualização*, o *estranhamento* e a *dominante*.

A observação é a válvula de onde decorre a contextualização, o estranhamento e a dominante. E dela que depende a interação com o espaço ambiental não-verbal no sentido de produzir uma leitura; é, por assim dizer, uma condição e uma atitude de conhecimento que dirige nosso modo de ver e, principalmente, nosso relacionamento com tudo o que nos envolve. (FERRARA, 1986, p.34)

A *contextualização* é todo o referencial fora do texto não-verbal. Trata-se de todo o ferramental que o leitor tem para realizar sua leitura por similaridade. Ao pensar as coleções didáticas para crianças do Ensino fundamental II faz parte do horizonte de expectativas que as referências são limitadas. No caso de regiões fora do cotidiano dos estudantes, a tarefa é ainda mais difícil.

A contextualização supõe o levantamento da memória ambiental encontrada na documentação de arquivos, bibliotecas, jornais, revistas, fotos antigas — é importante saber como foi determinado ambiente, que usos estimulou, que histórias, que fatos agasalhou. Essa volta ao passado nada tem de nostálgica ou pitoresca; ao contrário, para se conseguir penetrar mais profundamente na analogia do presente, é necessário buscar propositalmente o passado. Ao lado dessa documentação, também tem sentido buscar fontes visuais ou auditivas; comparar flagrantes fotográficos ou gravações de ontem e de hoje pode ser motivo para a descoberta de similaridades que ajudarão a enxergar a dinâmica presente. (FERRARA, 1986, p 34-35)

Ao mesmo tempo, a aprendizagem pela leitura não-verbal terá mais êxito caso ela se apresente de forma diferente do senso comum ou de todo juízo de valor atribuído ao objeto:

Para que seja possível a leitura é necessário tornar heterogêneos os ambientes através de uma operação da mente capaz de provocar um valor, um predicado, um juízo que atraia nossa atenção para fragmentos espaciais específicos e os imponha à nossa percepção, ou seja, que projete uma imagem valorativa desses fragmentos, a fim de que possam valer pelo ambiente como um todo e atuem como um prolongamento, um índice dele. A produção dessas imagens valorativas constitui uma complexa operação da mente receptora acionada, de um lado, pela sensação, de outro, pela atenção (FERRARA, 1986, p.23)

A proposta de tornar o homogêneo em heterogêneo é conceituada com *estranhamento*. Esta é base de análise dos capítulos três e quatro desta dissertação. Entender o grau de estranhamento pode ser uma ferramenta que auxilia no processo de ensino e aprendizagem.

Apresentar o sertão, em alguns casos o próprio Nordeste, por meio da seca, da pobreza e migração não provoca nenhum *estranhamento*. Atribuindo, neste caso, pouca contribuição do conhecimento geográfico aos nossos alunos.

Ao mesmo tempo, a apresentação da região Sudeste ou Centro-sul com sinônimo de prosperidade pode ser mais um risco. Estas regiões também têm seus sertões, interiores e uma série de problemas sociais. Dada a função e importância da imagem na nossa representação de significados, a escolha delas deve ser muito minuciosa e uma saída é a pluralidade das representações

percepção do universo que nos circunda mais densa e mais sagaz. Assim como não é possível ler o homogêneo, não é possível

ler/ver/perceber o que não conseguimos estranhar. Entretanto, o absolutamente novo não é passível de conhecimento, porque esta faculdade inicia seu processo a partir de um elemento anterior, já sedimentado na memória informacional. Apreender esse novo a partir do velho pressupõe um “reconhecimento” do velho e uma “parada” perceptiva diante do novo. Esse descentramento da informação passou para a história das teorias artísticas com o nome de estranhamento. Para a leitura não-verbal, tal procedimento é básico e revelador da realidade que nos envolve e à qual estamos habituados (FERRARA, 1986, p.33)

Toda imagem carrega uma *dominante* e será tarefa do leitor identificá-la, compreendê-la e realizar uma posterior rede de relações por similaridade. A *dominante* é a característica que predomina e fornece a linha para rede de relações na leitura das imagens. No caso do Nordeste, encontra-se a dominante acerca dos seguintes temas: migração, seca, pobreza, ruralidade, e outras possibilidades, com menor recorrência.

O linguista Roman Jakobson, em artigo famoso intitulado “A dominante”¹, alerta-nos para o fato de que todo texto é organizado a partir de uma dominante, o que lhe garante a coesão estrutural, e hierarquiza os demais constituintes, a partir de sua própria influência sobre eles. A dominante é, como todos os demais elementos do texto, um índice, porém é aquele que “governa, determina e transforma” os demais. Logo, entre os índices, fragmentos de signos que compõem o texto não-verbal é indispensável a identificação da sua dominante.(FERRARA, 1986, p.34)

A *dominante* é um elemento interno, pertence à imagem. Ao mesmo tempo, a *contextualização*, que leva em consideração os elementos internos e externos da leitura não-verbal carrega traços de um discurso construído, um caráter ideológico (CHAUÍ, 2008).

Em outras palavras, todo processo de representação é ideologicamente informado, visto que é sempre parcial e seletiva toda representação do objeto de um signo. O signo não é simplesmente expressivo, mas transmite uma impressão, certo modo de ver o objeto. Em outras palavras, trata-se, não de falar ou ler sobre ideologia, mas de interagir com ela e tê-la como objeto de leitura. (FERRARA, 1986, p.29)

Entender a construção do discurso ideológico, localizá-lo historicamente e apontar seus atores, constituem tarefa do método de leitura não-verbal. O conceito de ideologia é amplo. Nesta dissertação é colocado como uma visão de mundo que se sobrepõe às demais (CHAUÍ, 2008). A imagem, como já apontada na introdução desta dissertação, é mais um instrumento para corroborar verdades (BAZIN, 1985).

Em resumo, o método está organizado:

1) o homogêneo não é passível de leitura; 2) toda leitura não-verbal é um complexo ato de recepção. A definição e as características da leitura não-verbal devem levar em consideração as duas variáveis acima para que seja possível compreendê-las e verificar em que medida e por que interferem naquele ato de leitura. A leitura de um texto não-verbal re-propõe, em muitos aspectos, a Teoria da Recepção, de raiz alemã, que se desenvolveu com os estudos de Hans Robert Jauss e que, a partir da Teoria Literária e do estudo de textos literários, caracteriza a necessidade de se estabelecer a dimensão histórica da receptividade de uma obra, para que se possa compreender sua matriz produtiva. (FERRARA, 1986, p.22)

Com base nos conceitos de *contextualização*, *estranhamento* e *dominante*, será feita a análise das principais imagens dos capítulos sobre a região Nordeste. As imagens selecionadas são das aberturas dos capítulos. Tais imagens foram escolhidas porque, ao iniciar o capítulo, acaba por ser o primeiro

contato/impacto com o leitor. Sua forte representação mostra um destaque ao assunto que será tratado.

Com relação à contextualização, leva-se em consideração os significantes produzidos fora do ambiente escolar como: a capa da revista Veja (edição 2592), as campanhas de doação de alimentos, a paralisia histórica na interpretação do Nordeste e a “invenção” do Nordeste de Alburquerque.

Das dez obras analisadas, somente uma utiliza o espaço urbano como abertura do capítulo do Nordeste. As nove restantes tratam de espaços rurais, alguns irrigados, praias ou cultura regional.

Imagem 8 – Capa nordeste, coleção Homem e espaço

A coleção “Homem e Espaço” traz o espaço nordestino como representações do mundo rural, conforme a imagem 8. A *dominante*, neste caso, é a ruralidade. Pela imagem, vemos a divisão social e sexual do trabalho do trabalho: mulheres colhem, os homens cortam. Não há uma agropecuária intensiva, trata-se de técnicas tradicionais.

No primeiro plano da imagem, há fartura nos alimentos e nos solos. Já no segundo plano, vemos um espaço natural intocado, seco, sem esta prosperidade: a referência das limitações do sertão.

O *estranhamento* não ocorre, pois trata-se de uma cena corriqueira do imaginário acerca do Nordeste. Não difere muito do contexto já conhecido da região. A fonte nos indica a produção do quadro 1950. Semelhante à época da coleção de Cândido Portinari, “Os Retirantes”, de 1944.

A utilização após setenta anos de sua publicação exige do leitor um esforço de *contextualização* em comparar o espaço nordestino, na primeira metade do século XX, com as transformações econômicas do mesmo espaço do século XXI. Parte de suas relações econômicas não são mais endógenas, mas ligada à região com algumas funções na economia global.

O gráfico 1 permite afirmar a presença da ruralidade na abordagem da região Nordeste quando há a classificação do conjunto de imagens.

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em LUCCHI, E.; BRANCO, A. Geografia: Homem e espaço

Imagem 9 – Capa Nordeste, coleção Por dentro da Geografia

Fonte: RIBEIRO, Wagner Costa. Por dentro da geografia. P.82

Em *Por dentro da Geografia*, imagem 9, verifica-se, novamente, uma dominante ligada à ruralidade. Neste caso, a literatura de cordel é relacionada à região Norte e Nordeste.

Infelizmente, a literatura de cordel, não é considerada parte do cânone literário e suas abordagens na sala de aula é, ainda, muito restrita. É enquadrada como literatura *popular* e distante das obras tradicionais que caracterizam a literatura brasileira. A prova desta afirmação decorre do reconhecimento do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, órgão que pertence ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da literatura de cordel como patrimônio cultural imaterial do Brasil somente em 19/09/2018.

O espaço, indeterminado, é São João na roça. O lugar é o interior em tempo de festa, é possível perceber a vegetação de cacto. Os casais aproveitam a festa. O luar é estrelado no sertão, a fogueira, balão (prática, hoje, ilegal) e os rojões compõem o cenário.

É um universo onírico, mítico. Está longe da realidade da produção econômica racionalizada. É uma população folclórica, sem problemas ambientais e sociais.

O *estranhamento* para o aluno do sétimo ano pode ocorrer por não saber o que é a literatura de cordel. É uma ótima oportunidade para analisar este gênero. Porém, certamente, uma tarefa muito mais produtiva para o professor de Língua Portuguesa.

Para além da festa de São João, a imagem retratada será de pouca utilidade para o entendimento sobre as relações espaço nordestino.

A *contextualização* do Nordeste, neste caso, está ligada às festividades. O espaço é abstrato, não real, mas contempla o interior do Nordeste, dada sua vegetação.

Contudo, a obra, *Por dentro da Geografia*, retrata mais imagens urbanas do que rurais na abordagem do capítulo, como vemos no gráfico 2. Das dez obras analisadas, somente três fazem isso.

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em RIBEIRO, Wagner Costa. Por dentro da geografia

Imagem 10 – Capa nordeste, coleção Para viver juntos

Fonte: SAMPAIO, F.;MEDEIROS, C. Para viver juntos. p.242

Em *Para viver juntos*, imagem 10, há a única imagem de abertura de capítulo do Nordeste urbanizado entre todos os materiais analisados. A *dominante* da imagem 10 é um sistema portuário de pequena escala ligado a um conjunto arquitetônico herdado da era colonial. Em sua lenda, há o seguinte comentário: “Salvador, capital da Bahia, banhada pelo Oceano Atlântico. Por seu porto são exportados muitos produtos com as frutas. Na imagem percebemos a existência de construções antigas junto a edifícios mais recentes.” (SAMPAIO, 2015, p.242)

Ao construir a *contextualização* da imagem 10, percebe-se que não é possível verificar as *rugosidades* citadas na legenda. A historização da paisagem não é tão evidente. Com referência a edifícios “velhos” e “novos”. A possibilidade desta interpretação poderia ser feita com relação ao elevador Lacerda. Este aparece no segundo plano da imagem 10, entre a cidade alta e a cidade baixa. Esta última sendo o centro antigo de Salvador, com atuação do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2008).

Já a cidade alta destaca-se pelo maior conjunto arquitetônico colonial do Brasil, o Pelourinho. Localidade com alta especulação imobiliária. Destaca-se o elevador Lacerda, que tem cobrança por sua utilização, e historicamente, a cidade alta e a cidade baixa sempre foram segregados. A cidade alta como a parte mais rica, do circuito superior da economia, e a cidade baixa caracterizada como área mais pobre, do circuito inferior da economia e com graves problemas sanitários.

Torna-se muito difícil a leitura da imagem 10 sem estes recursos. Para que a legenda e imagem 10 façam correspondência, seria necessária a ampliação do recorte da Imagem 10. Ao mesmo tempo, é a única retratação urbana do Nordeste dos livros didáticos estudados. É uma contribuição importante para o feito do *estranhamento*, e a construção de que se trata de uma região com partes incorporadas à formação espacial do país e com determinado grau de urbanização e inserção econômica.

Com relação ao conjunto do capítulo, as imagens urbanas prevalecem. Porém, com a diferença de uma imagem.

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em SAMPAIO, F.;MEDEIROS, C. Para viver juntos. São Paulo: Edições SM, 4ªedição, 2015

Imagem 11– Capa Nordeste, coleção Geografia nos dias de Hoje.

FONTE: Geografia nos dias de Hoje p. 221

Passa-se, então, à análise da coleção *Gegografia nos dias de Hoje*. A introdução do capítulo sobre o Nordeste é o único a trazer três imagens. Este é um fator extremamente positivo, por acrescentar mais pluralidade a dinâmica espacial e ao *significado* (representação) do que é o Nordeste. Ao estender as várias possibilidades de *signos* (relação entre significante e significado), há possibilidade de provocar mais *estranhamento* e construir uma rede de relações e comparações para a efetiva aprendizagem significativa.

A *dominante* da imagem 11 é a ruralidade. Tem-se, na seguinte ordem: o agreste minifundiário, a exploração de petróleo *on shore* e a exploração de babaçu. O *estranhamento* proporcionado tem grau muito baixo, pois persiste o homogêneo.

A *contextualização* permite ir um pouco mais além. O agreste destaca-se por seu intenso processo de urbanização, assim como o sertão. O município de Ingá, no Estado da Paraíba, localiza-se a menos de trinta quilômetros de Campina Grande, uma das maiores cidades do Agreste. A relação entre dois espaços merece destaque. Não se trata da substituição da imagem de Ingá por Campina Grande para uma representação mais próxima do que é o Agreste. Mas apresentar a relação entre estes dois espaços com as muitas variáveis geográficas: especulação imobiliária, mobilidade, hierarquia (em algumas abordagens, como o estudo de Região de Influência das cidades – REGIC do IBGE) ou rede urbana. Ingá faz parte do próprio crescimento de Campina Grande, seja fornecendo produtos agrícolas, ou sofrendo influência de uma economia com escalas maiores de produção.

A unidade de prospecção de petróleo em Mossoró não representa a complexidade da maior produção de petróleo *on shore* do Brasil. O Estado do Rio Grande do Norte tem refinarias controladas pela Petrobrás que rendem muitos dividendos ao Estado, a Federação e seus acionistas. Problematizar a utilização deste recurso para melhorias no Estado e nas cidades da região é estratégico para melhora dos índices sociais. Isto é possível se for rompida a ideia de uma produção pequena, como retratada na imagem 11, e abordar as grandes próteses de refinaria de petróleo neste Estado.

Por fim, a exploração de babaçu e carnaúba na Mata dos Cocais já não tem mais a mesma importância de algumas décadas anteriores. O município de Balsas, no Maranhão, faz parte da região apelidada de MATOPIBA, ou seja, as iniciais dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esta é considerada a área de maior crescimento econômico relativo do país.

Balsas destaca-se por sua forte relação com o agronegócio e pela inserção nesta recente fronteira agrícola do país. Neste caso, é um município com recentes próteses ligadas a exportação de grãos e a futura ligação com a ferrovia Norte –Sul (trecho entre Palmas/TO e São Luís/MA).

Este processo é extremamente complexo, dá-se por expropriação de terras, migração de grandes empresários da região Sul e Centro-oeste, com vários impactos ambientais. Trata-se de uma representação muito difícil de ser atingida somente com a apresentação de uma produção de babaçu. Daí, a necessidade do *estranhamento* mais efetivo, que retrate estas contradições, para uma aprendizagem, uma representação de Nordeste mais complexa.

O gráfico 4 destaca a permanência de uma visão ruralizada do Nordeste.

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em CARVALHO,V; CHIANCA, R; GIARDINO, C; ORTEGA,L. Geografia nos dias de hoje

Imagem 12– Capa Nordeste, coleção Vontade de saber Geografia.

Fonte: TORREZANI, Neiva Camargo. Vontade de saber Geografia. p.157

A imagem 12, da praia do Meio, em Fernando de Noronha, coleção Vontade de Saber Geografia, aponta para uma representação clássica do Nordeste, suas belezas naturais, sua riqueza e uma “vocação” para o turismo. Neste caso, no senso comum, mais um signo para o campo semântico do Nordeste. Se não é lembrado por migração, problemas sociais, secas, o turismo é uma opção positiva.

Neste caso, o *estranhamento* é muito baixo, pois a retratação do Nordeste por suas belezas naturais é algo corriqueiro. Outras imagens terão que assumir esta função para provocar novas representações de paisagem sobre a região, como: concentração de renda, urbanização, áreas de intensa seca, entre outras.

A *dominante* da imagem é o meio natural, praticamente sem técnica. Um espaço sem homens, pronto para ser explorado. Há uma pergunta, na mesma página 157 do livro, acerca da sua representação: “Qual aspecto econômico da

Região Nordeste pode ser identificado com base na fotografia? Verifique com seus colegas” (TORREZANI, 2017,p.157)

Independente da resposta, ampliar o leque sobre as representações acerca do espaço nordestino se constitui uma missão para o capítulo desta coleção.

A *contextualização* sobre Fernando de Noronha não é nenhuma tarefa simples. Trata-se de um arquipélago, sendo a maior parte um Parque Nacional com controle do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), declarado patrimônio natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foco de programas de pesquisa científica e presença militar. Seu turismo é de altíssimo custo e voltado para um público específico. Não é um destino muito comum dos brasileiros, pois, além de caro, há controle de acesso e taxa diária de permanência.

Por fim, o gráfico 5, traz, novamente, a ruralidade como uma condicionante das imagens da região

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em TORREZANI, Neiva Camargo. Vontade de saber Geografia

Imagem 13– Capa Nordeste, coleção Integralis.

FONTE: GARCIA, H; MORAES, P. Geografia – Integralis. P.201

A imagem 13, que identifica a coleção Integralis, é uma das maiores expressões artísticas do Nordeste, Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré. Cabe ressaltar o risco de uma abordagem etnocêntrica e classificatória entre cultura popular e erudita. A ciência antropológica, por vezes, apresenta a necessidade da etnografia, do distanciamento da nossa lógica cultural (etnocentrismo) para a compreensão das outras lógicas que regem um outro grupo cultural, o relativismo cultural

Neste ponto é importante a interdisciplinaridade para uma leitura mais adequada da imagem 13. A apresentação de Patativa do Assaré (patativa de pássaro e Assaré sua cidade de origem) como expressão da cultura “popular” e não como figura para a compreensão da realidade agrária nordestina pode hierarquizar lógicas de cultura inferiores e superiores, culturas ricas e pobres.

Desta forma, o *dominante* da imagem 13 é uma obra plástica, localizada em Fortaleza, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, feita por Murilo de Sá Toledo. A apresentação de Patativa deve ser nova para maior parte dos alunos do Ensino Fundamental II. Daí, o cuidado em localizá-lo em um Nordeste rural, sertanejo, do sul do Ceará. Assaré é uma cidade vizinha da região metropolitana do Cariri (RMC), no sul do Ceará, a antiga CRAJUBAR, conurbação dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Nesta *contextualização*, novamente é destacada a ruralidade do Nordeste. As músicas e os poemas exploram temáticas caras aos nordestinos do sertão como: regimes de trabalho rural, a vida dura do sertanejo, a concentração de renda, a falta de ações do Estado e a migração forçada. O conhecimento geográfico tratou destes temas. Contudo, hoje há uma outra relação espacial desta área.

O *estranhamento* dependerá muito dos conhecimentos do destinatário. A começar por localizar a valorização de Patativa do Assaré, um sertanejo, na região metropolitana de Fortaleza. Uma problematização da identidade pode ser formulada. Identidade essa ligada não ao clima ou à vida rural. Mas da persistência, de permanecer no *lugar*, da virilidade, entre outras. Porém, este início de estranhamento dependerá do tratamento e mediador do professor. O

gráfico 6, aponta para ocorrência de três vezes mais imagens rurais do que urbanas.

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em GARCIA, H; MORAES, P. Geografia – Integralis

Imagem 14 – Capa nordeste, coleção Projeto Apoema.

Fonte: MAGALHÃES, C. ; SOURIENT, L.; GONÇALVES.M.; RUDEK, R.
Projeto Apoema p.90-91

A coleção projeto Apoema, imagem 14, tem mais uma imagem corriqueira sobre o senso comum do Nordeste: suas belas paisagens naturais e uma “vocaço” para o turismo. Ao mesmo tempo, o subttulo do captulo bem enftico: “os diversos nordestes” (Projeto Apoema, 2017, p.90). Neste caso, a relao entre o enunciado e a imagem poderiam estar em sintonia.

O destinatrio, o aluno do stimo ano do Ensino Fundamental II, no tem outras referncias pela imagem 14. Ao contrrio, ela j refora o senso-comum. Para superar a viso de uma natureza privilegiada para o turismo, ser necessria a desconstruo da imagem 14 durante o percurso do captulo.

A *dominante*, como na obra Vontade de Saber Geografia, imagem 12, explora a temtica do turismo, das riquezas naturais da praia ou em pequenos

trechos de mergulho. Ao mesmo tempo, o emprego informal, o circuito inferior da geografia urbana, é observado pelos trabalhadores desta área.

Sua *contextualização* é o município de Tibau do Sul, Rio Grande do Norte, conhecido como praia do Pipa. Em abordagem de maior escala geográfica é perceptível os vários problemas desta área. Com médio IDH, 0,645,² distante, aproximadamente, cem quilômetros da capital Natal, Tibau do sul convive com a especulação imobiliária das áreas litorâneas, com expansão de diversos hotéis e pousadas. Já, nas áreas com maior altitude, as margens da BR-101, bolsões de pobreza permanecem.

O problema ambiental é muito claro, com edificações e construções de acesso à praia, nas falésias e tabuleiros do município. Suas relações econômicas estendem-se ao turismo de Natal.

O grau de *estranhamento* é baixo. É uma cena peculiar do imaginário nordestino. Apesar do questionamento dos diversos nordestes. Para a faixa etária em questão, alunos de doze e treze anos, é mais uma bela praia nordestina. Novamente, conforme o gráfico 7, a ruralidade permanece.

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em MAGALHÃES, C. ; SOURIENT, L.; GONÇALVES.M.; RUDEK, R. Projeto Apoema

² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/tibau-do-sul/pesquisa/37/30255>

Imagem 15 – Capa nordeste, coleção *Espaço e vivência*.

Fonte: ALVES, A.; BOLIGIAN, L.; GARCIA, W.; MARTINEZ, R. Geografia: espaço e vivência. p.82

Já, em Espaço e Vivência, imagem 15, contempla seis imagens acerca do Nordeste. Todas elas exploram a literatura de cordel e, mais uma vez, há predominância da ruralidade.

A flor do mandacaru, a peleja do repentista, o zé do boi preto e a carranca encantada são temas típicos do sertão e agreste sertanejo. Já, *sol e mar e ferve o frevo*, referem-se ao litoral e, sobretudo, no caso de *ferve o frevo*, Recife.

A *dominante* esta ligada ao que entende como entes pertencentes à cultura nordestina. O meio é a literatura de cordel e, sem dúvidas, elementos presentes na história da região.

Por conseguinte, o Nordeste destaca como uma região isolada do restante do país. Em sua *contextualização*, vê-se um Nordeste com baixa densidade de objetos técnicos, com pouca articulação com outras regiões e escalas geográficas.

Há uma dependência da interferência natural para relação dos homens ou técnicas ligadas ao meio natural. A flor do mandacaru é o sinal de esperança, o repentista busca lutar contra a noite, o zé preto conduz a boiada com seu berrante, a carranca que é protetora.

É um Nordeste com baixa taxa de urbanização. Exceto o fato de uma análise mais detida sobre o frevo. Os espaços mencionados pelas imagens não são isolados de relações econômicas e culturais de outras áreas. Aprofundar estas relações tornam a *contextualização* mais clara. Porém, são ilustrações de expressões artísticas que têm liberdade poética e não, necessariamente, compromisso com a “representatividade real” do temas tratados. A apropriação das imagens, fora de sua proposta, podem representar riscos.

O *estranhamento* ocorrerá pelo desconhecimento, talvez, pela função do mandacaru nas secas, o que é uma carranca, como o boiadeiro consegue conduzir o gado, entre outras possibilidades. Porém, com relação a dinâmica espacial, sobretudo em suas atuais relações de produção, o *estranhamento* tem pouca eficácia. O gráfico 7 aponta a permanência das imagens rurais.

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em ALVES,A.; BOLIGIAN, L; GARCIA, W; MARTINEZ, R. Geografia: espaço e vivência.

Imagem 16 – Capa nordeste, coleção Projeto mosaico.

Fonte: GARCIA, V; BELLUCCI, B. Projeto Mosaico. p.160-161

Imagem 17 – Capa nordeste, coleção Expedições Geográficas.

Fonte: ADAS, M; ADAS, S Expedições Geográficas p.143-144

Embora sejam obras diferentes, *Projeto Mosaico* e *Expedições Geográficas*, retratam a mesma área como abertura da região Nordeste. Trata-se, da zona rural do município de Petrolina, Pernambuco, no médio vale do São Francisco. Assim, será feita uma única análise.

A *dominante* das imagens 16 e 17, é a agricultura irrigada. O grau tecnológico da área retratada não pode ser determinado com precisão. Sua escala geográfica é pequena, não há grandes prôteses para o transporte de água e não há maquinários nas imagens. Ao mesmo tempo, trata-se de uma possibilidade de produção agrícola em uma parte do Nordeste.

Porém, a *contextualização*, que sempre depende do destinatário, pode ser muito além da *dominante*. A área retratada é a segunda expressão urbana do Sertão, perdendo somente para o sul do Ceará, na área metropolitana do Crato.

A área em questão é uma das economias mais prósperas do sertão nordestino. Conta com uma rede de conexão aerovia de carga (fruticultura) para a Europa. O circuito superior também já se destaca com redes atacadistas, transportadoras e universidades (SANTOS,2008).

O *estranhamento* ocorre somente com relação à agricultura irrigada. Esta apresenta um pequeno espaço frente ao sertão intocado; ocorre que outras questões poderiam ser trabalhadas nesta imagem, tais como: a migração de empresários e força de trabalho para produção de uva, dado que a área conta com várias empresas do sul produtoras de vinho. É uma dinâmica recente que envolve muito conhecimento técnico para produção em climas mais áridos.

Neste ponto, encontram-se duas características que negam o “lugar das perdas”: um incremento demográfico consolidado nos últimos anos e um avanço econômico significativo. Os IDHM dos municípios de Petrolina(PE) e Juazeiro (BA) só são mais baixos do que suas respectivas áreas metropolitanas, Recife e Salvador.

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em GARCIA, V; BELLUCCI, B. Projeto Mosaico.

FONTE: Elaborado por Fernando Ribeiro Costa Silva com base em ADAS, M; ADAS, S. Expedições Geográficas

A obra, Expedições Geográficas, é a que mais destaca os avanços recentes no espaço nordestino. Do conjunto de coleções didáticas, apresenta a maior quantidade de imagens urbanas.

“Neste discurso, a esperança dos retirantes da seca, dos pobres da região, de sua terra da promessa, aparece sempre num indefinido lugar do sul. Seja o sul de Pernambuco com suas usinas, seja o sul da Bahia com o seu cacau, ou do Rio de Janeiro e de São Paulo com o café e a indústria. Este sul, além de ser uma miragem de melhoria de vida, de fim da miséria, de “encontro com a civilização”, é também visto como local da transformação do camponês alienado em operário, classe portadora do futuro. O Sul é o caminho da libertação do nordestino, mesmo que possa significar, inicialmente, o aprisionamento na máquina burguesa de trabalho. Talvez, por isso, estas obras [que retratam o nordeste] tenham grande aceitação no Sul, já que reproduzem uma visão do Nordeste que reforçava a própria identidade do Sul, como área responsável por levar adiante o desenvolvimento capitalista do país, tornando-o um país rico como acreditava sua orgulhosa burguesia” (ALBURQUEQUE, 1999, p.199)

Capítulo 4 - Uma comparação de imagens: O quadro semiótico como uma rede de relações.

O corrente capítulo é uma análise de imagens comparadas. A construção desta rede de relações terá como base o quadrado semiótico. Ele é um método de leitura verbal, leitura não-verbal ou sincrético. Sua principal característica é organizar uma forma de interpretação, a partir das contradições, para atingir alguns significados.

A principal referência é Antonio Vicente Pietroforte e sua proposta de construção do *percurso gerativo do sentido*. Uma forma de interpretação com base no quadrado semiótico.

4.1) O quadrado semiotico

Com base em Algirdas Julien Greimas, Antonio Vicente Pietroforte, em *Percursos do Olhar*, analisa a teoria geral do signo, a semiótica. A corrente semiótica criada por Greimas é pautada na ênfase do processo de significação e menos nos signos (a relação significante/significado).

A ênfase do processo de significação é análise da construção do discurso. A esta construção dá-se o nome de *percurso gerativo do sentido*. Essa técnica poderá revelar elementos que estão em um segundo plano, em menor destaque. Porém, as análises detalhadas destes itens podem fornecer características fundamentais do *percurso gerativo do sentido*.

Recorrendo às definições de plano de expressão e plano conteúdo, de Louis Hjelmslev, Greimas define os domínios da semiótica no plano de conteúdo, já que o conjunto significante mencionado por ele pertence aos domínios da expressão, e a manifestação em línguas naturais distintas também. Nos domínios do conteúdo, a significação é descrita pela semiótica no modelo de percurso gerativo do sentido, que prevê a geração do sentido por meio do nível semi-narrativo, geral e abstrato, que se especifica e se concretiza na instância da enunciação, no nível discursivo. (PIETROFORTE, 2007,p.8)

Pietroforte destaca dois planos para o início de uma interpretação. O plano de expressão e o plano conteúdo. O primeiro, o plano de expressão, trata do formato, a saber: verbal, não-verbal ou sincrético. Já, o segundo, o plano conteúdo é onde se dá o *percurso gerativo do sentido*.

Uma técnica para o entendimento do percurso gerativo do sentido é a construção do quadrado semiótico. Este consiste em uma rede de relações dos contrários para compreensão do que é aceito e o que é negado.

Para explicar o percurso gerativo do sentido, Pietroforte, utiliza uma história infantil, um conto indiano chamado “O mais lento pode vencer a corrida”. Neste, um pássaro faminto, avista uma tartaruga, e pretende devorá-la. Em um ato de busca pela sobrevivência, a tartaruga lança um desafio: apostar uma corrida. Caso o pássaro ganhasse, ele poderia saciar sua fome.

Ao começar a corrida, a tartaruga convoca milhares de outras tartarugas. Idênticas e unidas desconcertam o olhar de Garuda (o pássaro) que desencontra sua comida. A aposta foi perdida e a tartaruga sobrevive.

Se o sentido é estabelecido em uma rede de relações, no nível fundamental busca-se determinar não uma relação fundamental, mas uma rede fundamental de relações. Essa rede fundamental é formalizada no modelo do quadro semiótico. No caso do conto indiano, a relação entre os termos *vida* vs. *morte* é responsável pela orientação de seu sentido mais geral e abstrato. Do ponto de vista da tartaruga, ao pretender comê-la, o pássaro afirma o termo *morte* em seu fazer. Ao propor a corrida, ela nega esse termo e, ao vencê-la, afirma o termo *vida*. Desse modo, o conto realiza o percurso morte → não morte → vida. Esse é um dos percursos possíveis, já que a orientação contrária vida → não vida → morte também está prevista no modelo. Assim, além dos termos contrários vida e morte, há nessa rede de relações os termos contraditórios não-vida e não-morte. (PIETROFORTE, 2007, p. 14)

Imagem 18 – Quadrado semiótico

Fonte: PIETROFORTE, 2007, p. 14

Ao construir o *percurso gerativo do sentido* a sequência vida → não vida → morte significa a perda. A semântica atribuída a perda é a morte da tartaruga. A trajetória mais longa vida → não vida → morte → não morte → vida é a semântica da astúcia. A vida representa a inteligência frente ao improvável.

A saída positiva para a protagonista tartaruga é chamada de *euforia*. É uma sensibilização positiva. A não realização deste *percurso gerativo de sentido* seria uma *disforia*. A perda da sabedoria, da astúcia frente ao pássaro levaria à sua morte.

“Chama-se euforia a sensibilização positiva e disforia, a negativa. Como termos contrários, euforia vs disforia formam a categoria fórica que[...] estrutura o nível fundamental” (PIETROFORTE, 2004, p. 15)

A rede de relações contrárias é uma forma de construção do *percurso gerativo de sentido*. As contradições, alteridade vs. identidade, natureza vs. cultura, rural vs. urbano, erudito vs. popular, são formas de construção de sentido.

4.2) A rede de relações

A rede de relações dá-se pela construção dos contrários. Das dez obras analisadas, seis apresentam clara relação opositora. Sobretudo, com a espacialidade rural e urbana.

Imagem 19 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Espaço e vivência.

Fonte: ALVES, A.; BOLIGIAN, L.; GARCIA, W.; MARTINEZ, R. Geografia: espaço e vivência. p.82 e 102

Na imagem 19, é possível observar as várias redes de relações contrárias. A mais evidente é a oposição rural e urbana. O Sudeste é destacado pelo intenso processo de verticalização, enquanto o Nordeste destaca-se por sua paralisia histórica da eterna ruralidade.

Outra oposição possível é a relação entre o folclórico e o concreto, o real. O Sudeste tem movimento, há sombras por trás dos arranha-céus que indicam construções maiores ainda.

Em seguida, os fluxos são passíveis de contradição. O Nordeste é de tração animal, tradicional. Já, o Sudeste, é motorizado, moderno, com fluxos contrários na mesma via. As imagens do Nordeste tem margens fechadas. Os limites são claros. Essas limitações não existem para o Sudeste. Não há margens em sua imagem, sua ideia é de intenso e infinito crescimento, como aponta as verticalizações.

Por fim, a maior posição, colocada no plano central da expressão Sudeste: uma canção sobre a cidade. Trata-se da música, *A cidade*, de Chico Science. Ela explora a concentração de renda, os trabalhos arriscados, as relações econômicas globais e o problema do saneamento básico de Recife (trecho não incluído no livro didático em questão). Este ponto, muito contraditório, descreve a cidade do Sudeste com uma música dedicada à Recife. E, mais uma vez, a paisagem atribuída ao Nordeste é não-urbana. A letra da canção segue abaixo:

A cidade

O Sol nasce e ilumina as pedras evoluídas,
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas.
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas,
Não importa se são ruins, nem importa se são boas.

E a cidade se apresenta centro das ambições,
Para mendigos ou ricos, e outras armações.
Coletivos, automóveis, motos e metrô,
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs.

A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.

A cidade se encontra prostituída,
Por aqueles que a usaram em busca de saída.
Ilusora de pessoas e outros lugares,
A cidade e sua fama vai além dos mares.

No meio da esperteza internacional,
A cidade até que não está tão mal.
E a situação sempre mais ou menos,
Sempre uns com mais e outros com menos.
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o debaixo desce.
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o debaixo desce.

Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tú.
Pra gente sair da lama e enfrentar os urubus. (haha)
Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tú.
Pra gente sair da lama e enfrentar os urubus. (ê)

**Num dia de Sol, Recife acordou
Com a mesma fedentina do dia anterior.**

A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o debaixo desce.
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o debaixo desce.

Chico Science; Nação zumbi. A cidade. In Da lama ao caos. São Paulo/Rio de Janeiro:
Sony BMG, 1994 1cd

Imagem 20 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Integralis.

FONTE: GARCIA, H; MORAES, P. Geografia – Integralis. p.201 e 224.

Na coleção Integralis, imagem 20, a construção de oposição forma-se na arriscada abordagem cultura popular *versus* cultura erudita. Esta valoração foi muito problemática para a Antropologia e em casos extremos levou ao Neocolonialismo da Ásia e da África com o discurso do processo civilizatório (ELIAS, 1994). Outras linhas, mais contemporâneas, como de Pierre Bordieu abordam os bens simbólicos e suas escolhas por classes sociais.

É necessário destacar que de forma alguma o capítulo sobre Nordeste da coleção Integralis faz menção a uma cultura menor, mais pobre ou popular. Contudo, o lugar da “cultura popular” é o Nordeste e o lugar da cultura “erudita” é o Sudeste. Sobre as legendas das imagens, tem-se: “Orquestra sinfônica Municipal de São Paulo, sob a regência do maestro Alex Klein, apresenta repertório baseado em compositores russos na Sala Olívia, região central de São Paulo, em 2011.”

repertório baseado em compositores russos na Sala Olido, região central de São Paulo, em 2011.” (GARCIA . 2015,p 224).

Para o Nordeste, a “Estátua de bronze em homenagem ao poeta Patativa do Assaré (1909-2002), localizada no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza (CE)(GARCIA, 2015, p. 201)

A região Sudeste conta com diversos “sertões” e interiores. *Grande Sertão: Veredas* obra prima de Guimarães Rosa (Guimarães Rosa, 1986) explora as distantes terras, desconexas áreas, do norte de Minas Gerais. A tese de doutoramento de Antônio Cândido, *Os parceiros do Rio bonito* (Cândido, 2001), aborda o choque cultural entre a cultura caipira da cidade de Bofete e sua integração com a expansão urbana da cidade de São Paulo. Além disso, várias cidades nordestinas contam com orquestras sinfônicas, tais como Paraíba, Fortaleza, Recife.

A expressão cultural de um povo reside na reprodução cultural de suas práticas sociais como: costumes, vestuário, folclore, língua, entre outros fatores. A análise de práticas sociais por comparação pode provocar, no mínimo, um etnocentrismo, ainda mais se levarmos em consideração o público para o qual é voltada a coleção supracitada, isto é, os alunos do sétimo ano do Ensino Fundamental II, que carregam uma referência muito básica sobre a espacialidade e as práticas culturais brasileiras.

Imagem 21 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Vontade de saber Geografia.

Fonte: TORREZANI, Neiva Camargo. Vontade de saber Geografia. p.110 -157

Na coleção Vontade de Saber Geografia é possível construir mais uma rede de relações de contrários. A mais evidente é o Sudeste com fortíssima urbanização frente ao Nordeste do espaço quase natural. A imagem 21, faz referência à cidade de Belo Horizonte, integrada ao meio-técnico-científico informacional, com torres de transmissão e intensa verticalização.

Já a imagem 21, que representa o Nordeste, é o lugar praticamente intocado, do turismo, das belas naturais. Não é urbanizado, por conseguinte, não é verticalizado. Também, representa o lazer, ao contrário da cidade do Sudeste representada pelo trabalho.

Os problemas urbanos das principais grandes cidades do mundo em desenvolvimento também não ficam evidentes na imagem 21: áreas periféricas, concentração de renda, circuito inferior da economia, falta de saneamento básico, entre outras possibilidades.

Nesse sentido, conforme afirma (ALBUQUERQUE, 1999), o Sudeste toma para si o papel de responsável pelo crescimento econômico do país. É o lugar do progresso, do crescimento econômico, onerado por outras regiões que não detêm essas características.

Imagem 22 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção projeto Apoema.

UNIDADE 2

Os diversos nordestes

A imagem que você vê retrata uma parte do Nordeste brasileiro conhecida como Zona da Mata. Essa área, que apresenta um extenso litoral, é visitada anualmente por milhares de pessoas do Brasil e do exterior. É um retrato do mundo tropical, com lindas praias e clima quente.

O Nordeste não se resume a essa paisagem, pois trata-se de uma região onde os contrastes naturais e sociais são marcantes.

Mais panorâmica do litoral do PIA (PIA, 2011)

1 Como você descreveria essa paisagem?

2 Por que a beleza natural dessa paisagem passou a ter interesse econômico?

3 Que outras imagens você associa ao Nordeste?

UNIDADE 3

O Centro-Sul

Nesta unidade, vamos estudar o Centro-Sul, uma região que chama a atenção pelo dinamismo econômico – que contribui para a geração de empregos.

Assim como todo o Brasil, o Centro-Sul apresenta contrastes sociais e econômicos, com áreas que evidenciam desenvolvimento tecnológico e outras que ainda usam técnicas mais tradicionais.

Vista aérea de Sorocaba, SP, 2011, mostrando, em primeiro plano, as instalações de uma indústria.

1 Você sabe quantos e quais são os estados que fazem parte do Centro-Sul?

2 Você conhece algumas características dessa região?

3 Qual é a relação dessa imagem com o desenvolvimento econômico e a acelerada urbanização do Centro-Sul?

Fonte: em MAGALHÃES, C. ; SOURIENT, L.; GONÇALVES.M.; RUDEK, R. Projeto Apoema p.92 e136

É possível começar com a análise da imagem 22, pelo título atribuído a cada das regiões. Um é no plural: os diversos nordestes. A outra é no singular: o Centro-sul. Estes contrários estabelecem que o Nordeste tem várias possibilidades de abordagem e, o Centro-sul, somente uma.

Sorocaba, espaço escolhido para representar o centro-sul, é destacado por suas indústrias de base e alto grau de urbanização. Novamente, os problemas urbanos não são detectados na imagem 22. Também, percebe-se um planejamento territorial. O espaço industrial não está no meio da cidade e tem seu contorno ordenado por vias que dão fluxo ao seu processo produtivo.

O caso dos “diversos nordestes” está representado por várias características contrárias. Há uma economia do circuito inferior, do trabalho informal e sem qualquer planejamento de sua organização. Não se trata de um espaço industrial e muito menos urbanizado.

O nível técnico é muito mais baixo. As embarcações para atividade extrativista pesqueira são rudimentares e as voltas para o turismo. Por fim, ao contrário de um espaço organizado pelo trabalho e com alto nível técnico, como as indústrias de base de Sorocaba, o Nordeste está representado como o espaço do lazer, do não-trabalho. A exceção existe para os trabalhadores da praia que podem ser percebidos por um olhar mais atento.

Imagem 23 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção projeto Mosaico.

Fonte: em GARCIA, V; BELLUCCI, B. Projeto Mosaico. p. 140 -161

A coleção, projeto mosaico, traz mais uma rede de relações de contrários na comparação Nordeste e Centro-sul. Novamente, o Nordeste é representado pela ruralidade e o centro-sul pelo seu alto grau de urbanização.

Os fluxos da região Centro-sul são intensos. Fluxos de carros, de objetos informacionais. O fluxo do rio Pinheiros não assume importância. Inclusive por ter sido retificado e seu sentido modificado pelo projeto da usina hidrelétrica de tração. O rio não exerce tanta influência em São Paulo, ao contrário do papel do rio São Francisco, no Nordeste, revelando seu alto grau de dependência da natureza.

No caso do Nordeste quase não há fluxos. A única indicação que não se trata de um espaço natural dá-se pela agricultura irrigada. Esta agricultura ocupa uma parte de toda natureza seca do sertão. Áreas mais distantes do rio não têm essa condição de irrigação. O fluxo do São Francisco é fundamental para a existência da agricultura irrigada da região.

Ao mesmo tempo, é válido lembrar que o nível técnico da agricultura irrigada é alto. Trata-se de parreirais voltados para a fabricação de espumantes. Como já mencionado, é uma região ligada à escala globalizada da produção com intensa exportação de sua fruticultura.

Imagem 24 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Homem e espaço.

9

A organização do espaço nordestino

2. Aspectos do processo de colonização e de ocupação do Nordeste. Professor, recorde com os alunos o que eles já sabem sobre o Brasil colonial, tanto pelos estudos de História como pelos da Geografia do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. É provável que façam referência ao início da ocupação do território pelo

1. Os alunos deverão mencionar as várias cenas do cotidiano do trabalhador rural nordestino, sobretudo no cultivo da cana, em destaque, mas também no cultivo do algodão e do cacau e na atividade pecuária. Verifique se eles aludem à paisagem do Nordeste, o que pode ser deduzido pelas atividades econômicas retratadas e pelas características naturais da região.

Para contextualizar

▶ Observe esta obra:

Cana (1950), painel de Lula Cardoso Ayres, que decora o salão nobre da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

desenvolvimento da atividade canieira na atual Região Nordeste, assim como ao cultivo de cacau e algodão e

Vista de comunidade na margem do Rio Paraíba do Sul, em Resende (RJ), 2014.

Fonte: LUCCHI, E.; BRANCO, A. Geografia: Homem e espaço. p. 118 -158

Em Homem e espaço, há um sudeste mais próximo do “real” e com algumas relações de contrários em relação ao nordeste. Nesta coleção, o Nordeste é retratado com várias características rurais. A oposição fundamental entre urbano e rural é mantida.

Ao mesmo tempo, o Sudeste é apresentado, com uma série de problemas urbanos. Em Resende, no vale do Paraíba, há falta de planejamento urbano, ocupação de áreas de várzea, concentração de renda, segregação sócio-espacial e poluição dos rios.

A comparação Nordeste/Sudeste é menos idealizada, antes com uma região próspera e outra estagnada. A oposição euforia (positiva) e disforia (negativa) não se concretizam de maneira tão intensa como ocorreu com as comparações anteriores. É um sudeste rico em problemas.

Ao mesmo tempo, o Nordeste permanece no passado. Em suas relações de produção, mão de obra, técnica e papel na divisão territorial do trabalho.

Imagem 25 – Comparação Nordeste e Sudeste, coleção Para viver juntos.

Região Nordeste

As regiões Sudeste e Sul

Fonte: SAMPAIO, F.;MEDEIROS, C. Para viver juntos. p.182 e 242

A coleção para viver juntos é uma das que não permitem uma construção de pares opostos. Neste caso há inexistência de *disforia* e *euforia*. A expectativa dos contrários não se realiza, pois são espaços urbanos e com diferentes historicidades em suas paisagens. É uma contribuição positiva de *estranhamento* para a região Nordeste.

A urbanização não é condição somente de uma região e traz novas implicações econômicas com relação as escalas. O espaço não é mais rural, fechado em si mesmo em suas relações.

Porém, seis das dez coleções didáticas trabalham um *percurso gerativo de sentido* de Nordeste em *disforia* e o Sudeste/Centro-sul como *euforia*. Sessenta por cento das coleções trabalham oposições de um Nordeste arcaico, rural, atrasado, mítico, onírico. Frente a isso, temos um Sudeste, rico, próspero, moderno e erudito.

Estas características, evidentemente, não são defendidas na explicação da constituição do espaço tanto do Sudeste como do Nordeste em sua lógica verbal. Elas estão presentes no simbólico, no não-verbal. As imagens ajudam a fortalecer estereótipos ao encontro de características levantadas por Durval Muniz.

São Paulo é visto, na maioria das vezes, como área da cultura moderna e urbano-industrial, omitindo-se sua cultura tradicional e a realidade do campo. Já o nordeste se verifica o inverso. Este é quase sempre pensado como região rural, em que as cidades, mesmo sendo desde longa data algumas das maiores do país, são totalmente negligenciadas, seja na produção artística, seja na produção científica. As cidades nordestinas, quando tematizadas, parecem ter parado no período colonial, são abordadas como cidades folclóricas, alegres, cheias de luz e arquitetura barroca. Já São Paulo é vista como uma cidade que já passou do burgo pobre, feio, triste e sem luz do período colonial, para a cidade moderna, rica, movimentada, multicolorida, polifônica e cheia de luminosidades contemporâneas (ALBUQUERQUE, 1999, p.104-105)

Por fim, três coleções não tratam de temas opostos. Assim, não foram utilizadas neste capítulo. A coleção *Expedições Geográficas* trabalha com a área de agricultura irrigada no Nordeste e com uma paisagem da ferrovia do que liga Belo Horizonte a Vitória, o vale do aço. Em *Por dentro da Geografia*, o norte e nordeste são retratados com a literatura de cordel e o sul sudeste retratados pela dança tradicional gaúcha. A coleção *Geografia nos dias de hoje* não traz imagem de abertura de capítulo do centro-sul não sendo possível sua análise.

From United States of Piauí

*A minha prima lá do Piauí
Deixou de fazer renda só pra ver novela
A minha prima lá do Piauí
Não bebe mais garapa vai de Coca-cola*

*Luz de candeia não se usa mais
Luz artificial substitui o gás
Calça de couro, alvorá de brim
Deram seu lugar pra tal de calça Lee*

*A minha prima escreveu pra mim
E não fala venha cá, só fala come here
Vou mandar minha resposta breve
Para o United States of Piauí.*

*Gonzaguinha, From United States of Piauí, lançada em 1972 no LP
"Aquilo Bom".*

Conclusão - alguns caminhos.

A análise das imagens das capas sobre os capítulos acerca do Nordeste permite concluir que a maior parte das coleções trabalham com representações de uma semântica que é rural, turística, com poucas conexões econômicas em escalas maiores, características culturais marcadas pela ruralidade.

Das dez coleções analisadas, nove apresentaram a dimensão de representação imagética com mais vínculos com o passado do que com o presente. Em noventa por cento das obras, o grau de *estranhamento* torna-se baixo e, por conseguinte, outras redes de relações não são formadas, como a inserção na economia nacional e global, os recentes processos de urbanização e migração de curta distância, entre outras possibilidades. Como afirmado no início desta dissertação, não é possível aprender apenas pelo homogêneo.

Também os gráficos construídos a partir das imagens das coleções, apresentam números neste sentido. No conjunto de suas imagens sobre Nordeste, sete das dez coleções, setenta por cento, apresentam mais imagens rurais do que urbanas. Quando somadas as imagens rurais e naturais, noventa por cento das obras têm menos imagens urbanas.

A comparação entre as imagens introdutórias entre Nordeste e Sudeste/Centro-sul, sustentam, ainda mais uma bipolarização entre urbano-rural, moderno-arcaico, popular-erudito, estático-dinâmico. Seis, das dez coleções, apresentaram estas marcantes contradições, ou seja, sessenta por cento das obras.

As análises propostas apontam algumas deficiências na relação imagem e conteúdo. Não encontramos mais discursos deterministas na leitura verbal das coleções didáticas. Porém, as imagens carregam muitos traços de um Nordeste que não é mais tão presente. Além disso, o senso-comum parece persistir nestas imagens. Para superar esta visão e trazer outros problemas e representações outras imagens devem ser pensadas.

Decodificar supõe situar referencialmente o objeto da leitura, identificar seu tempo e espaço; decifrar supõe encontrar um sentido

menos escondido do que complexo. Sem dúvida, decodificar supõe uma interpretação, enquanto decifrar supõe uma hermenêutica, que difere da interpretação, porque esta é uma obra do receptor na memória fixada em seu repertório; enquanto aquela é uma arte do emissor, que coloca no texto as chaves-pistas de leitura: decifração, compreensão do texto. (FERRARA, 1986 p.26)

Manuel Correia, apresentou críticas para a atualização de sua seminal obra, *A terra e o homem do nordeste*, com primeira edição de 1963. Acrescentou mais dois capítulos ao longo dos quase quarenta anos que separam a primeira e a sexta edição, datada de 1998. Os capítulos são: *O Capitalismo e a Evolução recente da Agricultura Nordestina* (acrescentado na quinta edição) e *O Nordeste e o impacto da Globalização* (acrescentado na sexta edição)

Em, *O Capitalismo e a Evolução recente da Agricultura Nordestina*, os principais destaques estão no oeste da Bahia, Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e o distrito de São Desiderio ligados à monocultura mecanizada de exportação de grãos e algodão. Também o sul do Maranhão conta com a mesma expansão. Hoje, chamamos esta região de MATOPIBA, área de maior crescimento econômico do país. Ao mesmo tempo em que vários problemas ambientais e sociais tornam-se mais intensos.

A agricultura nordestina vem sofrendo grandes transformações nas últimas décadas, com o avanço da cultura da soja, o desenvolvimento da cultura irrigada de diversos produtos e com os problemas que atingiram os sistemas agrícolas tradicionais, como o da cana-de-açúcar, o do algodão e o do cacau.(ANDRADE, 1998, p. 228)

No mais recente capítulo, de 1988, *O Nordeste e o impacto da Globalização*, Correia destaca a recente industrialização do Nordeste e sua inserção em outras escalas da economia. Andrade chama a atenção para o risco da análise regional isolada da dinâmica global. Isto seria impossível para a compreensão da escala da economia global.

Atualmente, não se pode refletir sobre o desenvolvimento regional sem se levar em conta o processo de Globalização que altera completamente a linha de crescimento da economia mundial. Este processo traz como consequência, a nível continental, a formação dos grandes blocos regionais, como no nosso caso, o Mercosul, que une quatro países do continente sul-americano aos quais se agregarão, possivelmente, dentro de alguns anos, mais dois – Bolívia e Chile (ANDRADE, 1998, p.236)

Conclui-se, ainda, que o processo de globalização pode ter consequências negativas para a região nordestina que perde na concorrência de itens tradicionais de produção. A busca por outros gêneros de produção acarretaria em imprevisíveis consequências sociais e econômicas.

[com a a globalização] a região Nordeste fica duplamente penalizada; de um lado há uma competitividade a nível internacional, de vez que ela é produtora de mercadorias para o mercado mundial, do outro, há uma competitividade a nível nacional, uma vez que necessita competir no mercado brasileiro. Daí a deterioração do preço de seus produtos tradicionais como o açúcar, o algodão o cacau, o sal, a cera de carnaúba, etc. e a necessidade de reescalonar a sua produção com novos artigos, com a soja, os frutos tropicais, o petróleo e a oferta turística, entre outros. Mas, como competir com estes produtos? (ANDRADE, 1998, p.236-237)

É fato que a região se constitui em elemento chave para o Ensino de Geografia nos ciclos do Ensino Fundamental II. As mudanças recentes do espaço nordestino, vem aparecendo na maior parte dos materiais didáticos em sua forma escrita, verbal. Porém, a materialização destas mudanças, suas espacializações, paisagens, não encontram relação, na maior parte dos casos, entre texto e imagens.

As principais mudanças estão ligadas com as novas escalas de integração com a economia e as aglomerações urbanas, sobretudo, nas capitais e, em alguns casos, no interior. Um exemplo é a criação da área metropolitana do Cariri, no sul do Ceará, nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Caririçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri e Várzea Alegre.

Há novas próteses de circulação e sua inserção com a economia global, como os portos de Pecém (CE), Suápe (PE), Itaqui (MA). Além disso, a complexa usina petroquímica de Abreu e Lima (PE) e recentes instalações de indústrias automobilísticas com a FORD (BA) e a JEEP (PE).

Acrescenta-se, ainda, a área de maior crescimento econômico do país, chamada de MATOPIBA (iniciais dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). São Desidério (BA) é considerado um dos maiores produtores de algodão do país e o maior produtor de grãos das regiões Norte e Nordeste. Assim como, Barreiras (BA), Luis Eduardo Magalhães (BA), Gilbués (PI), Corrente(PI), Balsas(MA) que se destacam fortemente no agronegócio.

Estes avanços econômicos não significam que há alterações drásticas no crônico problema da má distribuição de renda (sendo um problema nacional e não, exclusivamente, nordestino) e problemas ambientais.

Também, existem números positivos com relação aos avanços sociais no Nordeste. Como exemplo, podemos observar o IDHM, que avançou em dois municípios do sertão, Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), sendo Petrolina, o município com o maior IDHM depois da área metropolitana de Recife.

IDHM em Petrolina(PE) e Juazeiro(BA)

Município	1991	2000	2010
Petrolina	0,471	0,580	0,697 – 6º lugar – PE
Juazeiro	0,396	0,531	0,677 19º Lugar – BA

Fonte: IBGE Cidades. Disponível em <http://goo.gl/n0iNzH>

A análise do Estado de Pernambuco pode apontar para a complexidade da utilização das sub-regiões, sobretudo o sertão. A diversidade dos índices de IDHM, conforme o mapa 15, abaixo, não permite tratar o sertão como um espaço monolítico, seco e pobre.

MAPA 15 – IDH em Pernambuco

Fonte: Disponível em IBGE Cidades <http://goo.gl/8LT4yu>

A geografia que fundamentou Roberto Lobato Corrêa (1989), como o “lugar das perdas” transformou-se. O Nordeste monolítico: seco, pobre, rural e decadente não permite analisar suas recentes transformações espaciais e novos problemas sociais e ambientais (além dos problemas estruturais, como, por exemplo, de poucas políticas públicas).

O “lugar das perdas” do professor Corrêa (1989), “definido como a região das perdas. Das perdas econômica e demográfica, sobretudo, mas também, ainda que em menor escala, do poder político. (CORRÊA, 1989 p.12), tem novas implicações e algumas perdas podem ser relativizadas.

A constituição cidadã, nossa sétima carta, de 1988, garantiu a representação política do Nordeste inclusive com a sub-representação demográfica na Câmara dos Deputados. Pela nossa constituição, a representação mínima é de oito deputados por Estado e máxima de setenta.

Além disso, após o cálculo do coeficiente eleitoral (número de votos válidos dividido pela magnitude/ “cadeiras”) as sobras são definidas pela fórmula D'Hondt (GIUDICE, p.20-25, 2010), privilegiando os partidos maiores.

De forma simplificada, quanto maior a população, menor será a representatividade *per capita*. Apesar da grande população existente no Nordeste, a existência de inúmeros Estados, nove ao todo, oferece uma forte representação política na câmara dos deputados em Brasília, com o título de bancada nordestina. Isto não ocorre em outras regiões do país.

Com relação às “perdas” econômicas, o Nordeste tem diversificado sua economia e apresenta uma menor dependência da cana-de-açúcar. Áreas metropolitanas com fluxos dinâmicos são cada vez mais comuns. A instalação de elementos do circuito superior da economia como fábricas automobilísticas e shoppings fazem parte da realidade espacial nordestina. A região apresentou índices de crescimento econômico maiores que a média nacional nos últimos anos.

A demografia também apresentou mudanças. Sempre classificada como uma região de repulsão populacional pela sua estagnação econômica, recentemente, alguns Estados vêm apresentando índices diferentes. Há anos em que existe migração positiva ou uma migração negativa de índices muito menores do que verificados em anos anteriores.

As pesquisadoras Silvana Nunes de Queiroz e Rosana Baeninger, do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em artigo intitulado, *Migração de Retorno: O Caso Recente das Migrações Cearenses*, apontaram áreas de retenção demográfica, rotatividade demográfica e perda demográfica, tornando o debate demográfico nordestino um pouco mais complexo do que o passado recente de região de repulsão demográfica.

Contudo, é necessário frisar que o Nordeste pensado em sua totalidade, ainda não virou uma região de migração positiva, como as regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Pensar transformações no espaço nordestino não significa uma defesa de prosperidade econômica e um desenvolvimentismo que supera seus tradicionais

problemas. As novas relações nas paisagens nordestinas revelam novas integrações de sua espacialidade na economia nacional e global. Novos problemas, sobretudo ambientais, dado que os sociais são bem antigos, só serão compreendidos numa lógica de economia de outras escalas que não são somente as locais. Choques culturais, a urbanização do sertão, novas redes de circulação são partes de sua formação espacial.

ANEXOS

1) Homem e espaço: Anselmo Lazaro Branco, Elian Alabi Lucci

35 imagens

Cultura: Festa do Maracatu Rural em Nazaré paulista(PE),

Rural: painel Cana de Lula Cardoso Ayres, Paineis do ciclo da cana de açúcar(3), Caatinga em Angicos(SE) Caatinga em Cabrobó (PE), Rio São Francisco em Itaccarambi(MG), Sertão em Porções(BA), Caminhão pipa em São José do Egito(PE), produção de camarão em São Gonçalo do Amarante(RN), Cordoaria de Sisal em Valente (BA), parreiral irrigado em Petrolina(PE), produção de soja em Barreiras(BA), produção de arroz irrigada em Arari(MA), Salinas em Galinhos(RN), produção de petróleo em Mossoro(RN)

Urbano: Industria petroquímica em Camaçari(BA) 2, Polo digital em Recife(PE), Industria automotiva em Camaçari(BA), refinaria Landulpho Alves em Mataripe(BA), polo logístico em Jaboatão dos Guararapes(PE)

Natureza: Area de Proteção ambiental em Cariri(PB), Parque nacional dos lençóis maranhenses(MA), Parque nacional da Chapada diamantina(BA), Praia dos Porcos em Fernando de Noronha(PE), Mangue em Barra Grande(PI), Mata dos Cocais em Alcantara(MA), Carnaúbas em Patos(PI), Babaçu em Alcântara (MA), Porto de Suape em Ipojuca(PE)

Turismo: Praia de Pajuçara em Maceio(AL), Praia do Sancho em Fernando de Noronha(PE), pinturas rupestres na serra da Capivara em São Raimundo nonato(PI)

2) Por dentro da Geografia: Wagner da Costa Ribeiro

10 imagens

Urbana: Aracaju(SE), Feira de Caruaru(PE), centro de Juazeiro do Norte(CE), polo industrial de Camaçari(BA), imagem de feira de negócios em Fortaleza(CE)

Rural: Criação de gado em Cabaceiras(PB), sertão em Estrela de Alagoas (AL), cultivo irrigado de manga,

Natureza: Carnaúbas em Patos do Piauí

Turismo: complexo hoteleiro em Costa do Sauípe(BA)

3) Para viver juntos – Fernando dos Santos Sampaio, Marlon Clovis Medeiros.

12 imagens

Urbano: Centro de Salvador (BA), vista de Caruaru(PE), vista de Fortaleza(CE)(2), centro de Recife(PE),

Rural: Fruticultura irrigada em Petrolina (PE), painel de Frans Post, *Engenho*, pecuária bovina em Parambu(CE), sertão da Bahia,

Natureza: Sertão em Angicos(SE), carnaúbas em Santa Isabel(PI).

Turismo: pinturas rupestres na serra da Capivara em São Raimundo nonato(PI)

4) Geografia nos dias de hoje: Claudio Giardino, Ligia Ortega, Rosaly Braga Chianga, Virna carvalho.

33 imagens

Rural – Agreste Ingá (PB) agricultura de subsistência, mata dos cocais em Balsas (MA), Zona da mata (canavial), Goiana(PE), agricultura irrigada Petrolina (mesma imagem de capa), zona da mata (canavial) em Cururipe (AL), cacau Ilhéus (BA) , imagem do sertanejo em busca de água verdejando (PE), vaqueiro em Serrita (PE), transposição do São Francisco, problemas ambientais do São Francisco(2) , agricultura moderna Balsas(MA)

Urbano – desigualdade social Recife(PE), arquitetura colonial(BA), Garanhuns(PE), feira de caruaru(PE), petroquímica em Mossoró(RN), Camaçari(BA), Porto de Suape (PE),porto de Itaqui(MA)

Natureza – rio preguiças (MA), Jericoaquara(CE), s.r. nonato(RN), praia de Piaçabu (AL)

Turismo – pelourinho(BA), Recife antigo(PE), São Luis(MA).

Cultura – bonecos gigantes de Olinda(PE), Estrela brilhante de Nazaré da Mata(PE), artesanato em Turmalina (MG)

5) Vontade de Saber Geografia: Neiva Torrezani

18 imagens

Natureza: mata dos cocais em Granja (CE), caatinga em Buique (PE), Agreste, Serra caiada RN, Zona da mata em Uruçuca, Planalto da Borborema em Matureia,

Rural: Sertão em Catunda CE, Açude em serra tralhada PE, Canal irrigação de São Francisco em floresta PE, produção de cana de açúcar em Penedo, minifúndio em custodia(PE), agricultura mecanizada em Balsas (MA), caprinos pequena propriedade em Buique (PE), agricultura irrigada Petrolina PE,

Urbana: São Desiderio (BA), Região metropolitana de Fortaleza, indústria petroquímica de Camaçari.

Migração: Nordestino deslocando-se para o sertão em 1976

Turismo: pinturas rupestres em São Raimundo nonato.

Turismo: Maragogi.

6) Coleção Integralis – Geografia – Helio Garcia, Paulo Roberto Moraes – IBEP

11 imagens

Capa – patativa do Assaré

Urbana – Litoral de Fortaleza (CE), centro de Maceió(AL),

Rural – zona da mata (PE), Jabotão dos Guararapes(PE), Plantação de palma em Tangará (RN), Mulher quebrando babaçu em Chapadinha (MA), gado nelore em Cristalândia do Piauí (PI), usina de açúcar Catende(PE)

Natureza – parque nacional da chapada diamantina (BA).

Turismo -Planta antiga da cidade de Salvador.

Cultura– cestarias em Barra de São Miguel (AL).

7)Projeto Apoema – Cláudia Magalhães, Lilian Sourient, Marcos Gonçalves, Roseni Rudek. Editora Brasil.

23 imagens.

Capa – praia do Pipa

Rural – Gravura anônima engenho, agricultura de subsistência em Campina Grande (PB), moradia com cisterna em Jati sertão cearense, babaçu em Chapadinha(MA), Salina em Grossos (RN), Frans Post Engenho, Usina de cana de açúcar Ipojuca, rio seco em estação ecológica do Raso da Catarina (BA),

criação de gado em Serrita(PE), seca em casa nova(BA), carnaúbas em Guadalupe (PI)

Urbano – Litoral de Fortaleza(CE), litoral de Maceió(AL), litoral do Recife(PE), litoral Salvador(BA), centro de Juazeiro do norte(CE).

Saúde- Vacinação

Cultura – Bumba meu boi (MA), Olodum Salvador(BA)

Natureza- planalto da Borborema em Toritama (PE), Delta do Parnaíba Araisos (MA), Parque estadual dos Canudos(BA), cactos em Piranhas (AL),

8) Espaço e vivência: Andressa Alves, Levon Boligian, Rogério Martinez, Wanessa Garcia

16 imagens

Capa: imagens rurais

Rural: Salinas em grossos(RN)(2), sertão em Cabrobó(PB)(2), Carnaúbas em Maranhão, Ilhéus produção de cacau, colheita de uva em Petrolina (PE), poços artesianos em Gurgueia (PI) e Uauá (BA), Irrigação de canavial em Penedo (AL), produção de grãos em Balsas(MA), ponte da amizade em Imperatriz (MA),

Urbano: Recife região portuária, Campina grande, periferia de Salvador, indústrias em Camaçari,

9) Projeto Mosaico: Beluce Belluci e Valquíria Pires Garcia

16 imagens

Urbano – Fortaleza (CE), Alagoa Grande (PB), favelas em Salvador (BA), petroquímica em Camaçari (BA)

Rural – Vaqueiros em Serra Talhada(PE), mata dos cocais em Bacabal(MA), agreste estrela de alagoas (AL), Balsas(MA) agricultura extensiva, sertão roliude nordestina(PB), sertão cearense construção de um açude, falta de água em Gravatá (PE), cisterna em Pedra(PE), plantação de subsistência e cisterna em campo redondo(RN), Petrolina(PE) agricultura irrigada

Migração - retirantes

Turismo – praia em Ilhéus(BA)

10) Expedições Geográficas: Melhem Adas, Sergio Adas

24 imagens:

Urbana: Parque Dona Lindu em Recife (PE), palafitas nas margens do rio Capibaribe(2), indústria petroquímica em candeias(BA), Vista de Caruaru(PE), indústria de produção de calçados em Campina Grande(PB), Ponte em as áreas urbanas Petrolina(PE) e Juazeiro(BA), Base de lançamento de satélites em Alcântara (MA), Porto de Itaqui(MA)

Natureza: Mata atlântica em Uruçuca(BA), Agreste em Campina Grande(PB), Parque nacional do Catimbau em Buíque (PE), Caatinga em buíque(PE), Caatinga em Currais novos (RN), Parque Nacional das Sete Cidades em Piracuruca(PI), Mata dos Coacais e, barreirinhas(MA),

Rural: Mulheres marisqueiras em Barra de São Miguel(AL), Produção de algodão em Campina Grande(PB), agricultura irrigada de uva em Petrolina(PE), Delta do Parnaíba (PI), Comunidade quilombola em Alcântara (MA)

Cultura: Festival de Inverno em Guaranhuns(PE)

Migração: migrantes, foto de 1952

Turismo: pinturas rupestres na serra da Capivara em São Raimundo nonato(PI), centro histórico de São Luis,

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida**. In: Dossiê nordeste seco, [s.l.]: Estudos avançados, número 36, 1999.

ADAS, M; ADAS, S **Expedições Geográficas**. São Paulo: Editora Moderna, 2ª edição, 2015

ALVES, A.; BOLIGIAN, L; GARCIA, W; MARTINEZ, R. **Geografia: espaço e vivência**. São Paulo: Atual, 5ª edição, 2013

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. [s.l.]: Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **Livros Didáticos e Currículos de Geografia. Pesquisas e Usos: Uma História a Ser Contada**. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. [s.l.]: Recife: Editora Universitária UFPE, 6 ed. 1998.

_____. **O Nordeste e a Questão Regional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Brasil: globalização e regionalização**. Conferência na sessão de abertura do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense. (2001).

Disponível em

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/51/49>

BAZIN, André. **O cinema, ensaios**. Coleção Leituras afins, São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRASIL. MEC. Secretaria do Ensino Médio. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. Brasília: MEC/SEM, 1998.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____, MEC, **Guia de Livros Didáticos Secretaria do Ensino Fundamental II**, PNLD 2017

BREITBACH, Aurea Correa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. [s.l.]: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. [s.l.]: Ed. 34, 2001.

CARLEIAL, Liana Maria da F.; NABUCO, Maria Regina (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 155-169

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Geographia do Brasil. Tomo I**. Rio de Janeiro: Impressões Artísticas, 1913.

CARVALHO,V; CHIANCA, R; GIARDINO, C; ORTEGA,L. **Geografia nos dias de hoje**. São Paulo: Leya, 2º edição, 2015

CASTELLAR, S; JERUSA, V. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, Coleção Ideias em ação, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade – Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão**. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CHAUÍ, M. o que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2ªedição, 2008

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **A organização regional do espaço brasileiro**. GEOSUL, n 8 - Ano IV – 2º semestre de 1989. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12712/11881>

DAMIANI, Amélia Luisa. **A geografia e a construção da cidadania**. In: A geografia na sala de aula[S.l: s.n.], 2006. APA.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2v.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 1v.

FERRARA. Lucrécia de. **Leitura sem palavras**. Editora Ática. São Paulo 1986.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista de 1926**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, serviço de documentação, 1955.

_____. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004

GALVÃO, M.V.;FAISSOL,S. **Divisão regional do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.179-218, jan/mar.1969

GARCIA, H; MORAES, P. **Geografia – Integralis**. São Paulo: IBEP, 1ªedição, 2015

GARCIA, V; BELLUCCI, B. **Projeto Mosaico**. São Paulo: Scipione, 1º edição, 2015

GIUDICE, Noelle del. **O sistema proporcional no Brasil: origens, características e efeitos**. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.2, n.7, p. 21-28, jul. 2010.

GOMES, Paulo César. **O conceito de região sua discussão**. In: CASTRO, I.E. et al. *Geografia conceitos de temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GUILLEN, Isabel Cristina Maria. 2001. **Seca e migração no Nordeste: Reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em 01/08/2018.

GUIMARÃES. F. **Divisão regional do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v.3 ,n.2, p.318-373, abr/jun.1941.

GUIMARÃES ROSA, João **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. In: GEOgraphia. Revista da Universidade federal Fluminense, Rio de Janeiro, UFF Ano I, n.1, 1999 . p.15-39.

_____. **Regional-global. Dilemas da região e da Regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de janeiro, Bertrand Brasil,2010

_____. **"Gaúchos" e baianos do novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção da identidade territorial**. In CASTRO, I.E et ali. *Questões atuais de reorganização do território*. Bertrand Brasil, rio de Janeiro, 1996. p. 367-418

_____. **Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional**. Anais do XXII Encontro Estadual

de Geografia: As múltiplas concepções da questão regional no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: AGB, FAPERGS e FURG, 2003.

IBGE. **Cidades**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2003.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Coleção ofício de arte e forma, editora papiros, 10ª edição, 2006.

LACOSTE, Ives. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo. EDUSP. 2014, 1ª edição, 3ª reimpressão.

LUCCI, E.; BRANCO, A. **Geografia: Homem e espaço**. São Paulo: Saraiva, 24ª edição, 2015

MAGALHÃES, C. ; SOURIENT, L.; GONÇALVES.M.; RUDEK, R. **Projeto Apoema**. São Paulo: Editora do Brasil, 1ª edição, 2013

MAGNAGO, Angélica Alves. **Divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v.57, n 4, p.65-92.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica**. [s.l.]: Annablume, 2007.

MORAES, L. B; ARRAIS, T.A. **Material produzido para as aulas de Didática e Prática de ensino de Geografia**. Universidade Federal de Goiás. 2002. (MIMEO)Disponível em <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas>

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)giao Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes**. [s.l.]: Paz e Terra, 1977.

PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphim. **Semiótica visual: os percursos do olhar**. [s.l.]: Contexto, 2010.

QUIROZ, S.M; BAENINGER, .R **Migração de Retorno: O Caso Recente das Migrações Cearenses.** Revista de Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 44, n. 4, p. 833-850, out-dez. 2013

RIBEIRO, Wagner Costa. **Por dentro da geografia.** São Paulo: Saraiva, 3a. edição, 2015

SACRISTÁN, J.G ; GOMEZ, A.P. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SACRISTÁN, J.C. Currículo e Diversidade. In SILVA, T.T ; MOREIRA, A.F.B(orgs). **Territórios Contestados. O currículo e os novos mapas culturais.** 4ª Ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 1995, p.83-113.

SAMPAIO, F.;MEDEIROS, C. **Para viver juntos.** São Paulo: Edições SM, 4ªedição, 2015

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova.** São Paulo, Edusp, 2004.

_____. **O espaço dividido.** (1ªed. 1979). São Paulo: Edusp. 2008.

_____. **Espaço e Método.** (1º ed. 1985). São Paulo: Edusp.2014.

_____. **Espaço do cidadão.** (1ªed 1987). São Paulo: Edusp. 2014.

_____.**Metamorfoses do espaço habitado.** (1ªed 1988) São Paulo: Edusp.2014.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** (1ªed 1994) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro, Record, 9ªedição, 2006

SAUSSURE, Ferdinand de; BALLY, Charles and SECHEHAYE, Albert. **Curso de linguística geral.** [s.l.]: Cultrix, 1973.

TORREZANI, Neiva Camargo. **Vontade de saber Geografia.** São Paulo: Editora FTD, 2º edição, 2015